

**Série
Serviço Social**

ADEMIR ALVES DA SILVA
RAQUEL RAICHELIS
coordenadores

Construção de conhecimentos em Serviço Social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias

**Carola C. Arregui
Dirce Koga**
organizadoras



educ



**Construção de conhecimentos em Serviço Social:
entre periferias, territorialidades,
narrativas, experiências e cartografias**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

Ademir Alves da Silva
Raquel Raichelis
Coordenadores da Série Serviço Social

**CONSTRUÇÃO DE
CONHECIMENTOS
EM SERVIÇO SOCIAL:**
**entre periferias, territorialidades,
narrativas, experiências e cartografias**

Carola C. Arregui
Dirce Koga
Organizadoras



educ



São Paulo
2021

Copyright © 2021 Carola C. Arregui e Dirce Koga. Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Construção de conhecimentos em serviço social : entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias / Carola C. Arregui ; Dirce Koga (orgs). - São Paulo : EDUC, 2021.

144 p. ; 24 cm - (Série serviço social)

Bibliografia.

Livro lançado em comemoração aos 50 anos do Serviço Social da PUC-SP e tem a Série serviço social coordenada por Ademir Alves da Silva e Raquel Raichelis.

ISBN 978-65-87387-61-1

1. Serviço social. 2. Serviço social - Pesquisa. 3. Assistentes sociais - Prática profissional. 4. Periferias. 5. Territorialidade humana. I. Arregui, Carola C. II. Koga, Dirce. III. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social Grupo de Pesquisas "Cidades e Territórios".

CDD 361.3

361.30071

361.0071

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Produção Editorial

Sonia Montone

Preparação e Revisão

Simone Cere

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem de Gerd Altmann por Pixabay

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE SERVIÇO SOCIAL

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis



É com grande satisfação que apresentamos às(aos) leitoras(es) esta série comemorativa dos *50 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP (PPG-PUC-SP)*.

Implantado em 1971, o PPG completa, neste ano de 2021, *cinco décadas de existência*, em uma trajetória pontuada por conquistas, desafios e pioneirismo. Sendo um dos primeiros programas de Pós-Graduação criados pela PUC-SP, o primeiro mestrado e o primeiro doutorado do Brasil e da América Latina na área, seu desenvolvimento constitui expressão da própria história do Serviço Social brasileiro e de sua consolidação como área de conhecimento e de pesquisa. Responsável também pela formação dos primeiros mestres e doutores em países da América Latina, Europa e África, mantém-se como referência no país e no exterior, especialmente em Portugal, França, Argentina e, mais recentemente, em Angola.

A *Série Serviço Social* cumpre dois objetivos principais: comemorar meio século de uma trajetória inseparável da maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social brasileiro, para a qual o PPG em Serviço Social da PUC-SP vem contribuindo desde a sua criação; e divulgar o conhecimento elaborado pelos

Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs¹ que integram a estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social e constituem espaços fecundos de reflexão crítica e produção acadêmica sobre temáticas de relevância profissional, política e social.

Reunindo mestrandas(os), doutorandas(os), egressas(os), pós-doutorandas(os), docentes de graduação e pesquisadoras(es) de diferentes áreas, sob a coordenação de uma(um) docente do Programa, os NEPs são componentes curriculares que assumem centralidade na formação e na produção de conhecimento nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa. Configurando-se como espaços interdisciplinares, fortalecem o caráter plural e o debate teórico-crítico sobre temáticas da área do Serviço Social, seus fundamentos e teorias sociais que lhe dão suporte.

Cadastrados no Diretório do CNPq, os NEPs desenvolvem as pautas de pesquisa do PPG a partir da particularidade dos seus objetos de investigação e são em grande medida responsáveis pela rica produção acadêmica e bibliográfica dos seus docentes e discentes, funcionando como “radares” que esquadrinham as expressões da questão social que pulsam com a realidade social e interpelam a academia. É possível afirmar que parcela significativa das pesquisas e publicações produzidas pelo Programa é tributária dos NEPs e das relações de cooperação acadêmica estabelecidas na PUC-SP e com universidades brasileiras e estrangeiras, agregando, também, as pesquisas de pós-doutoramento.

Esta Série vem a público em um contexto particularmente grave e desafiador para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, que sofrem ataques sem precedentes que ameaçam seu funcionamento, em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus, que se retroalimenta de uma combinação de crises do capitalismo contemporâneo. No caso brasileiro, a crise sanitária associa-se às crises econômica, política e civilizatória e ao ideário neofascista e ultradireitista que reconfigura o Estado e as políticas públicas, com impactos deletérios na política científica e de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Paradoxalmente, apesar do obscurantismo, negacionismo e darwinismo social, presenciamos uma efervescência intelectual

1. Nesta série, representados pelos seguintes Núcleos: Seguridade e Assistência Social (Nepsas); Movimentos Sociais (Nemos); Identidade (Nepi); Criança e Adolescente: ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA-SGD); Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (Nemess); Trabalho e Profissão (Netrab); Ética e Direitos Humanos (Nepedh); Política Social (Neppos); Aprofundamento Marxista (Neam); e Cidades e Territórios.

vigorosa dos programas de pós-graduação – seus docentes, discentes, egressos – que, em tempos de capitalismo pandêmico, buscam a reflexão coletiva para resistir e avançar.

A *Série Serviço Social* insere-se nesse esforço político-acadêmico que mobiliza as armas do conhecimento e da crítica social para desvendar o tempo presente e apontar rumos para seu enfrentamento. Composta por 10 coletâneas, na forma de *dossiê* temático, reúne produções acadêmicas de diferentes autorias e modalidades, conforme os textos selecionados pelas(os) docentes e discentes organizadoras(es), veiculando teses e dissertações defendidas no Programa, pesquisas coletivas, artigos, *papers* e outras contribuições vinculadas às duas áreas de concentração – *Serviço Social e Política Social* e a seis linhas de pesquisa: Fundamentos, conhecimentos e saberes em Serviço Social; Profissão: trabalho e formação em Serviço Social; Ética e Direitos Humanos; Política Social e Gestão Social; Seguridade e Assistência Social; Movimentos Sociais e Participação Social.

Com a presente série comemorativa dos *50 anos do Programa*, cuja edição conta com a parceria da Educ e apoio da Capes/Proex, objetivamos contribuir para o debate das questões pulsantes de nosso tempo – com olhos no futuro, valendo-se da memória da experiência histórica –, animando as formas de resistência ao retrocesso histórico neoliberal e ultraconservador e à infame destruição de conquistas civilizatórias, resistindo à tendência de degradação das condições de vida e de trabalho, favorecendo a emersão de propostas criativas para o fortalecimento das lutas populares por acesso à riqueza – material e imaterial – socialmente construída.

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis

Coordenadores da Série Serviço Social

PREFÁCIO

O SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS NA ATUALIDADE

Tiaraju Pablo D'Andrea¹

O volume que a leitora e o leitor têm em mãos, organizado por Carola Arregui e Dirce Koga, é um aporte essencial para uma melhor compreensão dos dilemas atuais do serviço social enquanto profissão e enquanto postura ética e política diante do mundo. O contexto histórico da cidade de São Paulo na metade do ano de 2020 é distópico. A pandemia causada pelo coronavírus e pela política genocida do governo federal ceifa centenas de vidas nas periferias da cidade diariamente. A rápida disseminação do vírus nos obrigou a um isolamento físico, e as reais consequências da enfermidade em nossos hábitos, costumes e na maneira como nos relacionaremos com o mundo e com os outros ainda são difíceis de mensurar.

Previamente à chegada do vírus, a situação política e econômica no Brasil já era bem grave. A escalada autoritária corroía o mínimo de institucionalidade construída com sangue, suor e lágrimas por gerações. A implementação do neoliberalismo ocorria de maneira veloz. Quando as mortes começaram a proliferar nas periferias, as trabalhadoras e os trabalhadores moradores desses lugares já padeciam do desmonte do Estado e da sociedade salarial. O genocídio causado pela Covid-19 é a maior expressão da desagregação e da derrota histórica da classe trabalhadora.

Diante desse cenário, muitas perguntas se colocam: como pensar e quais as estratégias de defesa dos direitos sociais fundamentais, cada vez mais fragilizados? Como frear a atual política de desmonte da assistência social? Como barrar o sucateamento dos serviços de saúde, cuja fragilidade permitiu a alta mortalidade por

1. Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Coordenador do Centro de Estudos Periféricos.

conta da pandemia? Como impedir a violência policial, que segue dizimando pretos e pobres nas periferias? Como estimular processos de consciência e organização contra as múltiplas opressões que nos perpassam, seja de classe, de raça, de gênero ou territorial? Como propor alternativas ao capitalismo, que em sua crise torna-se cada vez mais predador? Qual o papel da universidade neste cenário? As dúvidas são muitas, mas este livro nos dá algumas pistas.

Ao tratar das periferias, local onde as tragédias se tornam mais visíveis, os artigos reunidos neste volume estão um passo à frente no conhecimento sobre a nossa realidade, tantas vezes concentrado para e a partir das regiões de moradia dos mais ricos e da classe média.

O brilhante artigo de Dirce Koga enfatiza os dilemas do serviço social enquanto profissão e a necessidade da construção conjunta do conhecimento entre profissionais e habitantes dos *territórios de vivência*. Colocando em primeiro plano as experiências territoriais da classe trabalhadora e criticando a colonialidade historicamente presente na constituição do conhecimento acadêmico no Brasil, Koga discorre sobre a prática política de *sujeitas e sujeitos periféricos* que, desde seus locais de moradia, tomam a palavra e passam a (re)contar suas histórias a partir de seus conhecimentos.

O artigo de Carola Arregui também discorre sobre a produção de conhecimento e sobre os desafios da profissão. No entanto, e amparada por uma sólida base bibliográfica, seu texto tem como tema condutor os dilemas da pesquisa, enfatizando questões éticas e metodológicas.

As entrevistas realizadas por Ana Maria de Campos, Sílvia Cristina Arantes de Souza e Dirce Koga com os intelectuais Pedro Pontual e Carlos Rodrigues Brandão são uma delícia na forma e uma preciosidade no conteúdo. A partir de suas trajetórias de vida, os autores recontam processos políticos fundamentais para o pensamento progressista no Brasil e que tiveram importância ímpar na politização das periferias, como a Teologia da Libertação, a obra de Paulo Freire e a educação popular.

O artigo de Raphael Marques e Rodrigo Diniz faz uso de uma sólida bibliografia para discorrer sobre a relação entre classe, territórios e direitos. Ao costurar a luta por direitos e por cidadania às mobilizações pelo e no urbano, os autores sintetizam seus argumentos na importância dos *territórios de vivência*.

No artigo de Frederico Roman Ramos e Antônio Miguel Vieira Monteiro, pode-se observar as inúmeras possibilidades da cartografia enquanto método de

conhecimento da realidade. A partir dela e do texto, fica ainda mais evidente uma das principais questões que assolam as periferias: a sua invisibilidade e a invisibilidade da pobreza.

Por fim, o volume termina com uma série de experiências de pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A missão empreendida pelas autoras organizadoras do volume avança no entendimento daquilo que estamos conceituando como *epistemologias periféricas*: formas de fazer e de pensar em modos de vida que, ao formarem subjetividades calcadas em dada experiência urbana e através da condição da pobreza, produzem uma forma de conhecimento. Essas *epistemologias periféricas* (no plural) se moldam também por meio de experiências raciais e de gênero vividas nas periferias urbanas. No entanto, se a vivência é a base e a experiência fundamental dessas *epistemologias*, ela sozinha é insuficiente. É necessária uma elaboração teórica que dê conta das constrações estruturais que perfazem e constituem a vivência. Por fim, a periferia necessita de um *projeto político* emancipador. É da tríade *vivência, teoria* e *projeto* que podem ser construídas soluções para os muitos dilemas que desafiam esta geração.

Zona Leste de São Paulo
Pandemia, agosto de 2020

APRESENTAÇÃO

Carola C. Arregui

Dirce Koga

Recentemente, o Prof. Boaventura de Sousa Santos, em uma de suas inúmeras participações em “lives”,¹ tão em moda nestes tempos de isolamento social, dizia que um século não começa com o primeiro ano cronológico que lhe é atribuído, mas sim com um acontecimento histórico que marca seu tempo. Para ele, o século XX se iniciou com a I Guerra Mundial e o século XXI com a pandemia de Covid-19.

O tempo que marca este início de século nos impele a repensar, dentre os desafios postos tanto à ciência quanto às políticas públicas, o envolvimento com a produção do conhecimento no campo social. É nesse conturbado contexto que se encontra o projeto coletivo do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PPG-PUCSP, como parte das comemorações dos 50 anos de sua trajetória. É com muita honra que o Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, apesar da condição de ser o mais recente núcleo de estudos e pesquisas no âmbito deste Programa,² compartilha desse momento histórico.

As coordenadoras deste Grupo de Pesquisa se consideram “filhas da PUC”, embora não tenham realizado suas respectivas graduações em Serviço Social nesse espaço acadêmico: Carola C. Arregui é egressa da Escuela Universitaria de Servicio Social Universidad de la República del Uruguay (1987-1992) e Dirce Koga da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Franca-SP (1982-1985). Suas trajetórias acadêmicas se encontram, portanto, no campus Monte Alegre da

1. Esta “live” ocorreu no dia 18/07/2020 – Segundo Colóquio do Ciclo Fundamentação dos Conteúdos da Educação Básica, promovido pela Cátedra de Educação Básica da USP. Boaventura de Sousa Santos tratou do tema “A Cruel Pedagogia do Vírus”.

2. Grupo de Pesquisa que tem suas origens como Núcleo de Estudos e Pesquisas – Cidades e Territórios, criado em 2008 no extinto Programa de Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul.

PUC-SP, onde desenvolveram suas dissertações e teses, além de compartilhar experiências de estudos, pesquisas e consultorias comumente voltadas para os chãos das políticas sociais.

Nesse percurso, ingressamos praticamente no mesmo momento como docentes e pesquisadoras no PPG-PUCSP, e continuamos a história do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, envolvendo discentes e docentes do Programa, além de trabalhadores e pesquisadores de outras instituições de ensino e pesquisa, de organizações governamentais e não governamentais de atuação nas políticas sociais. No período de 2018/2019, ao nos debruçarmos sobre a temática das cartografias e leituras territoriais das cidades e a multiplicidade de territorialidades construídas no seu cotidiano, vimo-nos desafiados a aprofundar sobre as “epistemologias periféricas”, em função do questionamento a uma perspectiva de ciência, cada vez mais hegemônica, que desconsidera os lugares, os sentidos e a pluralidade de sujeitos que produzem conhecimento crítico.

É nesse contexto que, sob a coordenação da professora Dirce Koga, nasce a proposta da Atividade Programada “Construção de conhecimentos a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências”,³ inserindo no debate a construção do conhecimento junto, com e para além do espaço da academia. Esta experiência marcou e serviu de inspiração para a construção deste livro, em que buscamos incluir essa temática para a pesquisa em Serviço Social, ressaltando sua conexão com os desafios postos para esse campo de trabalho profissional e de investigação social. Além da periferia, põem-se em perspectiva as narrativas, cartografias e experiências insurgentes vivenciadas por sujeitos coletivos no cotidiano das cidades em seus diversos e desiguais territórios, com destaque para as produções dos pesquisadores, docentes e discentes participantes do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios.

As coordenadoras abrem o livro com suas reflexões com os seguintes capítulos: “Construção de conhecimento em Serviço Social: embates a partir do território de vivência” (Dirce Koga) e “Pesquisa como princípio e condição para a construção de conhecimento e para o trabalho profissional” (Carola C. Arregui). A partir de suas vivências em sala de aula, bem como em processos de supervisão técnica junto a trabalhadores no âmbito da gestão social, as autoras trazem para o debate a

3. A ATP foi realizada no âmbito do PPG da PUC-SP, sob promoção dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios e de Movimentos Sociais (NEMOS). Em função da pandemia de Covid-19, as duas primeiras sessões ocorreram de forma presencial e as três sessões restantes aconteceram em forma de “live”, com o apoio da TVPUC, e estão disponíveis no link: <http://tvpuc.com.br/home/>.

importância da construção do conhecimento em Serviço Social em sua escala cotidiana. Tal escala envolve tanto os agentes e agenciamentos formais e institucionais quanto aqueles considerados informais, ilegais e até mesmo ilícitos. Nesse sentido, buscaram evidenciar os principais dilemas enfrentados sobre o lugar da pesquisa no cotidiano do trabalho profissional, ao se deparar com demandas postas pelas urgências da gestão, ao lado do compromisso ético, político e de qualidade nas respostas, na perspectiva do pleno acesso dos cidadãos aos direitos sociais.

As reflexões sobre as “epistemologias periféricas” no âmbito do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios foram incentivadas por Pedro Pontual, também membro do Grupo e assíduo participante dos nossos debates. Pensamos que sua rica trajetória em torno da “educação popular”, juntamente com a do educador Carlos Rodrigues Brandão, outra referência nesse campo da produção do conhecimento, poderia nos encher de esperanças e contribuir de forma viva e vivida com os escritos deste livro, a partir de suas narrativas, considerando que o reconhecimento da emergência dos conhecimentos produzidos a partir da periferia exigia a escuta da experiência desses educadores intelectuais e pesquisadores. Transformamos esse desejo em um diálogo partilhado entre Brandão e Pedro junto com membros do Grupo de Pesquisa, já em plena pandemia, fazendo uso de uma plataforma de videoconferência. Temos, então, a belíssima entrevista sistematizada por Ana Maria de Campos (pós-doutoranda do PPG-PUCSP) e Sílvia Cristina Arantes de Souza (doutoranda do PPG-PUCSP), ambas também participantes do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, intitulada “Re-existir pela rememoração do vivido: diálogo com Pedro Pontual e Carlos Rodrigues Brandão”.

Dessas narrativas das vivências em torno do universo dos saberes populares, contamos com as reflexões dos pesquisadores também membros do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios Rodrigo Diniz (doutorando do PPG-PUCSP) e Raphael Marques (mestrando do PPG-PUCSP) no capítulo intitulado “Decifrando o acesso a direitos a partir das experiências nos territórios de vivência”. Os autores trazem para a reflexão parte de suas pesquisas desenvolvidas no âmbito do processo de pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP, que têm em comum os territórios de vivência dos sujeitos na sua luta cotidiana para o acesso à cidade e aos direitos sociais. Em tempos de financeirização das relações econômicas e sociais com repercussões contumazes no retrocesso das políticas sociais, tais vivências demandam processos de deciframento, na direção do reconhecimento enquanto experiências sociais, antes mesmo de serem enclausuradas sob determinados conceitos ou categorias de análise. Os autores propõem refletir e se aproximar dos percursos travados pelos sujeitos em suas lutas, resistências e mediações de classe no dia a dia de

seus territórios de vivência, na busca por justiça social, tal como a consideram. Procuram, então, reconhecer os caminhos acerca desse direito vivido como experiência social, desvelando-o, uma vez que esses percursos também tendem a não ser reconhecidos pelas narrativas oficiais.

Tendo como pano de fundo suas recentes pesquisas no campo da geotecnologia, sem renunciar à crítica às cartografias, os pesquisadores Frederico Roman Ramos (EAESP-FGV/Universiteit van Amsterdam, UvA, Holanda) e Antônio Miguel Monteiro (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe), membros e apoiadores do Grupo de Pesquisa, nos brindaram com o tema “Cartografias entre o visível e o invisível”. Neste capítulo, os autores nos convidam a desvendar os caminhos de construção postos no processo de reconhecimento dos territórios pesquisados, bem como de suas dinâmicas nem sempre passíveis de captura pelas métricas propostas. Nesse sentido, as cartografias se movimentam na relação entre a visibilidade/invisibilidade das expressões concretas da realidade pesquisada, na busca por construir outras leituras sintetizadas na forma de métricas geoprocessadas.

Também coube registrar neste livro uma “Seção de experiências em pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP”, cujos protagonistas são: Michelli Daros (Doutorado obtido em novembro de 2019), Isadora de Souza Modesto Pereira (Doutorado obtido em março de 2020) e Paulo de Tarso Meira (Mestrado obtido em novembro de 2019).

Esse conjunto de reflexões compartilhadas expressam os sentidos dos debates que se encontram em pauta no Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, e que pretendemos aprofundar diante dos novos cenários que as leituras, práticas e interlocuções coletivas nos têm suscitado a partir do cotidiano vivenciado e experimentado pela multiplicidade de sujeitos nos territórios das cidades.

Com certeza, os textos aqui elaborados carregam também as marcas que a ATP “Construção de conhecimentos a partir da periferia” nos deixou, a partir das narrativas e das suas narradoras e dos seus narradores. Nossos agradecimentos, nesse sentido, a Kazuo Nakano e Tiaraju D’Andrea, que abriram essa atividade acadêmica em março de 2020, bem como aos convidados, representantes das cinco regiões da cidade de São Paulo, que compartilharam suas vivências e experiências: Eliana Francisco (Pesquisa – “As narrativas populares e a construção de cartografias do Jardim Irene” – zona sul de São Paulo), Regina Paixão (Fórum em Defesa da Vida e Fórum Social Sul), Emerson Alcalde (SLAM da Guilhermina – zona leste de São Paulo), Deocleciana Ferreira (Movimento de Moradia Fazenda da Juta – zona leste de São Paulo), Cleonice Dias dos Santos (Assessoria Ambiente Arquitetura e Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste e Noroeste – São Paulo),

Sidnei Fernandes Cruz (Sindicato dos Queixadas – Perus – zona norte de São Paulo), Cleiton Ferreira – Fofão (Comunidade Cultural Quilombaque – zona norte de São Paulo), Euler Sandeville Jr (FAU-USP), Selma de Jesus (Ocupação Nove de Julho – zona central de São Paulo), Cintia Fidelis (Assessoria Peabiru) e Luiz Kohara (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos).

Nossos agradecimentos e cumprimentos ao PPG-PUCSP, que nos tem acolhido e desafiado a fazer parte de sua história, com o compromisso ético-político e científico que marca sua trajetória de 50 anos. Nossos agradecimentos às autoras e aos autores deste livro, incluindo o professor Tiaraju Pablo D’Andrea (Unifesp, autor do prefácio), que se dedicaram a escrever e textualizar narrativas construídas nos seus respectivos espaços de conhecimento, concretizando este esforço coletivo e comum na busca por desvendar “histórias a contrapelo” (Walter Benjamin).

E, finalmente, nossos agradecimentos especiais aos participantes do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, trabalhadores e pesquisadores militantes, que têm apostado na construção de conhecimentos a partir de territórios e *sujeitos periféricos*, entre territorialidades, narrativas, experiências e cartografias.

Boa leitura!

Carola C. Arregui
Dirce Koga
organizadoras

SUMÁRIO

Construção de conhecimento em Serviço Social:
embates a partir do território de vivência, **21**

Dirce Koga

Pesquisa como princípio e condição para a construção
de conhecimento e para o trabalho profissional, **43**

Carola C. Arregui

Re-existir pela rememoração do vivido:
diálogo com Pedro Pontual e Carlos Rodrigues Brandão, **57**

Ana Maria de Campos, Sílvia Cristina Arantes de Souza, Dirce Koga

Decifrando o acesso a direitos a partir das experiências
nos territórios de vivência, **85**

Raphael Marques, Rodrigo Diniz

Cartografias entre o visível e o invisível, **111**

Frederico Roman Ramos, Antônio Miguel Vieira Monteiro

Seção de experiências em pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP

O tecer da tese #falaestudante!

Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes, **125**

Michelli Aparecida Daros

A gestão do território no SUAS em Niterói: entre a descentralização político-administrativa e a centralidade do território, **131**

Isadora de Souza Modesto Pereira

O (não) lugar do planejamento na política de assistência social, **137**

Paulo de Tarso Hebling Meira

CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: EMBATES A PARTIR DO TERRITÓRIO DE VIVÊNCIA

Dirce Koga¹

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

— Walter Benjamin —

INTRODUÇÃO

As reflexões construídas neste artigo brotam de vivências que possuem como eixo comum o lugar da construção do conhecimento na área do Serviço Social, a partir da aproximação com o cotidiano de alguns interlocutores desse campo: trabalhadores empregados e desempregados, pesquisadores, estudantes de pós-graduação.

Um dos motivos que inspiram esta reflexão se refere a um conjunto de queixas muito concretas vocalizadas por esses sujeitos sociais, e que sinalizam um distanciamento entre os mundos da academia e seus *territórios de vivência*² na escala do cotidiano: a residência, o trabalho, a família, a militância política, a participação nos coletivos de luta e resistência.

1. Assistente Social, professora e pesquisadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, coordenadora do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios.

2. A abordagem em torno do território de vivência tem suas origens na tese de doutorado da autora deste artigo, e transformada no livro “Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos”

Nesse contexto, observa-se, em contrapartida, que os trabalhadores e *sujeitos periféricos*³ têm se aproximado e se inserido de forma cada vez mais intensa nos programas de pós-graduação, tanto *lato* como *stricto sensu*, trazendo para o debate da academia os dilemas e as questões relacionadas ao cotidiano profissional, bem como às suas experiências de classe. Não sem motivo, novas abordagens passam a fazer parte da agenda de monografias, dissertações e teses relacionadas às questões de gênero, etnia, luta e resistência no campo, na cidade e suas periferias.

Essa incidência de novas abordagens se destaca não somente pelas temáticas e pesquisas que fazem emergir, mas essencialmente pelo *território de vivência* desses “novos sujeitos e sujeitas que entram em cena” na academia, tomando emprestada a referência de Eder Sader (1988). É desse *território de vivência* que Eliana Sousa e Silva, pedagoga, da favela do Complexo da Maré no Rio de Janeiro, trata em sua tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio em 2009.

Entendo, ao contrário, que é fundamental a pluralidade de olhares sobre as vivências e práticas produzidas no mundo social, em todos os níveis. Isso inclui, necessariamente, os intelectuais das periferias e favelas. Ainda temos, porém, no mundo acadêmico do Rio de Janeiro – a afirmação é extensiva a todo o Brasil – uma presença insuficiente do olhar-autor, olhar-sujeito, de atores desses espaços sociais, sobre o seu mundo e sobre o conjunto de sua realidade social. (Souza e Silva, 2015, p. 28)

Quando Eliana Sousa e Silva trata da importância da pluralidade de olhares sobre as vivências e práticas sociais, e inclui nesse contexto os intelectuais das periferias e favelas, a autora abre o horizonte da construção do conhecimento no mundo acadêmico. Na realidade, ela escancara a insuficiência da presença do que denomina de “olhar-autor” ou “olhar-sujeito”, referindo-se justamente aos intelectuais

(Koga, 2003), e se refere à dimensão relacional do território, a partir do seu uso (Milton Santos), privilegiando a escala do cotidiano, em que é tecida a multiplicidade de vivências e experiências praticadas por uma multiplicidade de sujeitos.

3. Tiaraju D’Andrea, inspirado por Tita Reis (músico, morador de Guaianases – zona leste de São Paulo), autor da música “Sujeito Periférico”, “conceitua como sujeito periférico o morador da periferia que passa a atuar politicamente a partir de sua condição e orgulhoso dela” (D’Andrea, 2013, p. 15). Registra-se aqui os agradecimentos a Tiaraju, que gentil e generosamente se dispôs a ler e contribuir com importantes sugestões, que acolhemos neste artigo/capítulo.

de outros mundos, como as periferias e favelas, e poderíamos aqui estender para outros lugares, como os cortiços, as ocupações de moradia, as aldeias indígenas, as comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas.

Sim, esses outros lugares, para além do mundo acadêmico, também apresentam seus intelectuais, que tensionam o debate em torno das realidades vivenciadas e que até então eram mais (re)conhecidas por meio de estudos, pesquisas, dissertações e teses produzidas por intelectuais considerados externos ou “estranhos”.

Essa questão do “estranhamento” foi trabalhada por José de Souza Martins no livro *A chegada do estranho* (1991), em que alerta para a dificuldade de uma sociedade corporativa, como a brasileira, em reconhecer e aceitar o outro, como diferente e igual, na perspectiva de uma contratualidade cidadã. Deixa claro como esse entrave discriminatório, desigual e preconceituoso na sociabilidade brasileira foi determinante para os pobres do campo e da cidade, que “não só tinham privilégios a defender, como não tiveram aliados em suas lutas ...” (Martins, 1991, p. 13).

E complementa a identificação do “estranho” para além do agente imediato do capital,

como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis, e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. (Martins, 1991, p. 13)

Nesse contexto, Martins inclui o cientista social no rol dos “estranhos”, que, no encontro com o mundo dos seus sujeitos de pesquisa, podem incorrer no papel de protagonistas de sua vitimização em vez de seu reconhecimento como cidadãos. É aqui que se anuncia o que o autor denomina de “tragédia que aniquila os frágeis”, ou talvez, na perspectiva de Eliana Sousa e Silva, invisibilize-se e inviabilize-se o “olhar-autor”.

Ganha força a afirmação de Sousa e Silva ao considerar o seu *território de vivência*. Trata-se, mais particularmente, de uma trajetória marcada pela vivência e convivência na favela da Maré, que transpõe os muros da cidade e se adentra no mundo da universidade, sem desvincular-se da favela. Essa trajetória de vivência se constrói em territórios concretos, que têm nas periferias e nas favelas da cidade as práticas sociais das quais faz parte, e dessa forma constitui seu *território de vivência*.

Sob esse prisma, o *território de vivência* se movimenta e se mistura às práticas dos sujeitos em determinados territórios, ao longo de suas trajetórias e histórias de vida. Os territórios, nesse sentido, se colocam como “territórios praticados”, como delineado por Ana Clara Torres Ribeiro, a partir da noção de “território usado” em Milton Santos.

O conceito de território usado, assim como o de espaço banal, confronta alisamentos do espaço produzidos pelo Estado moderno. Alisamentos e abstrações normativas, facilitadoras da incessante ampliação das escalas de realização do lucro, apagam memórias, aprendizados, projetos e sentidos da ação e anulam as conquistas do homem lento. Mas, os contextos criados pela vida de relações trazem à tona a experiência social. A cidade viva e experimental, e plena de rugosidades, não morreu. (Ribeiro, 2012, p. 66)

Esse território usado, recheado de práticas e relações sociais, próximo ao espaço banal, se manifesta na escala do cotidiano, trazendo “à tona a experiência social”. O *território de vivência* faz transbordar a própria experiência social, com suas práticas, memórias, rugosidades (Santos e Silveira, 2000). A particularidade do “olhar-autor” ou do “olhar-sujeito” reside justamente na indissociabilidade entre a experiência social e a construção do conhecimento.

Com a chegada mais intensificada desses outros olhares ao mundo acadêmico,⁴ o desafio que se põe, principalmente junto aos setores mais conservadores e presos às métricas produtivistas, é do seu reconhecimento enquanto produtores de conhecimento e ponto, sem a injunção “**apesar de** ... pobre, morador da periferia”. Agora, deslocam-se do lugar tradicional de objeto de pesquisa ou do “ser exótico”, que tinha tudo para dar errado e deu certo. Exemplos não faltam: a faxineira que passou no vestibular, o filho da empregada doméstica que chega à Harvard, a jovem militante da periferia que se torna doutora em Serviço Social.

Tal deslocamento recoloca o debate dos processos de construção do conhecimento no campo do Serviço Social, que também é impactado com a presença de pesquisadores, intelectuais advindos das periferias, das favelas, das comunidades de povos tradicionais, dos cortiços, se é para identificar esse outro *território de vivência*.

4. Apesar da atual fase do capitalismo financeirizado, associado a um tremendo retrocesso no campo dos direitos sociais e cortes devastadores nos orçamentos das políticas sociais ocorridos nos últimos anos, especialmente com a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 anos o orçamento público, faz-se necessário atentar para os impactos na dinâmica de acesso à universidade após a implantação de programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2004 e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2010.

Na busca por tentar desvendar esse outro *território de vivência* no campo do Serviço Social, privilegiam-se, nesta reflexão, duas abordagens: a colonialidade e o processo de construção do conhecimento e a escala do cotidiano.

COLONIALIDADE E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Em recente obra organizada e publicada pelas professoras Maria Carmelita Yazbek e Marilda Vilela Yamamoto (Cortez, 2019), retoma-se a história do Serviço Social brasileiro juntamente com experiências do Serviço Social na Argentina, Uruguai, Angola, Portugal.

O Centro de Estudos e Ação Social – Ceas foi a entidade fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social do Brasil, a Escola de Serviço Social de São Paulo, que inicia suas atividades em 15 de fevereiro de 1936. O Ceas se constituía em uma instituição feminina, ligada à igreja católica, objetivando a “promoção de estudos sociais com o fim de preparar pessoas habilitadas para a execução de atividades no terreno da ação social” (Yazbek, 1980, p. 35). Para tanto, três anos antes da fundação da Escola de Serviço Social, duas sócias do Ceas seguiram para a Europa para frequentarem o curso de Serviço Social na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas.

Ainda, em 1941, quatro assistentes sociais brasileiras se matricularam, mediante bolsas, em diferentes escolas norte-americanas, para observar os conteúdos programáticos e métodos de ensino do “Serviço Social dos Cursos Individuais, Serviço Social Coletivo e Community Organization” (Yazbek, 1980, p. 50).

Constata-se nessas brevíssimas passagens históricas sobre as origens do Serviço Social brasileiro a constituição de suas marcas nos fundamentos da doutrina social da igreja católica, na vocação para a profissão, na adaptação dos indivíduos à vida social. Observa-se ainda que sua estruturação é protagonizada por mulheres, que pertenciam à burguesia paulistana, e cujo ideário de inserção no “apostolado social” é delineado por Yamamoto e Carvalho (1985) a partir de sua participação no Ceas e nos Centros Operários, antes mesmo da fundação da Escola de Serviço Social:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos destas ativistas, *a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades*. Incapazes de romper com essas representações,

o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção. (Iamamoto e Carvalho, 1985, pp.175-176; grifos dos autores)

Do ponto de vista da formação sócio-histórica do Serviço Social brasileiro e, em particular, da Escola de Serviço Social em São Paulo, não podemos deixar de reconhecer essas marcas que fundam seus alicerces, e que são permeadas por relações de classe, “uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses”, conforme claramente analisaram Yamamoto e Carvalho, acrescentando ainda o fato de que tal “posição de classe lhes faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção”.

Seguindo na diferenciação proposta por Marilena Chauí (2000), essas marcas relativas às relações de classe estabelecidas nas origens da Escola de Serviço Social seriam reveladoras da formação do Serviço Social brasileiro e ou da sua fundação? Seguindo a autora,

[...] O registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias). Diferentemente da formação, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. (Chauí, 2000, p. 9)

O debate, por exemplo, em torno do conservadorismo no Serviço Social brasileiro tem se configurado como temática necessária (Netto, 1981; Yamamoto, 1992; Barroco, 2015; Boschetti, 2015), ante, justamente, as recorrentes manifestações de traços conservadores presentes no cotidiano do trabalho profissional dos assistentes sociais, nos diversos campos de atuação, incluindo a academia.

Em seu artigo sobre “as expressões do conservadorismo na formação profissional”, Boschetti (2015) sinaliza:

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou

da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador. (Boschetti, 2015, p. 642)

Por sua vez, o debate do conservadorismo na academia diz respeito não somente à formação do assistente social no processo de graduação em Serviço Social, mas também no campo da pós-graduação, enquanto lócus de formação de pesquisadores e intelectuais. Também aqui se pode observar traços desse conservadorismo.

Associado ao conservadorismo, e tomando em particular o espaço da academia enquanto campo de formação, em seu sentido mais alargado e reconhecido no tripé “ensino, pesquisa e extensão”, destacaria nesse âmbito traços do autoritarismo brasileiro presentes na complexa rede de relações acadêmicas. Poderíamos citar um rol de mediações relacionais que fazem parte desse cotidiano acadêmico, em que perpassam traços do autoritarismo, que vão desde os embates constantes entre as grandes áreas do conhecimento, passando pelas exigências produtivistas das agências de fomento, até as relações entre docentes e pesquisadores, docentes e discentes, discentes e discentes, orientadores e orientados.

Trata-se de traços de autoritarismo que se reproduzem nas relações cotidianas vivenciadas no mundo acadêmico, refundando desigualdades sociais e, correndo-se o risco de hierarquizar, inclusive, as produções do conhecimento, a partir das condições objetivas de classe. Tem se tornado cada vez mais escassa a obtenção de recursos financeiros junto às agências de fomento para o desenvolvimento das pesquisas científicas. Não raramente, os requisitos exigidos para o financiamento das pesquisas privilegiam os pesquisadores que já possuem um status de reconhecimento em sua respectiva área do conhecimento, tornando mais árduo o caminho para aqueles iniciantes ou considerados coadjuvantes nos projetos de pesquisa.

O advento da pandemia de Covid-19 também deixou muito claro quanto os cortes no financiamento aos fomentos de pesquisa, incluindo aqui as diferentes modalidades de bolsas, impactaram na produção de novos conhecimentos para enfrentamento à situação de pandemia em todas as áreas, e não somente no campo da saúde, incluindo aqui as ciências humanas e sociais. Em plena pandemia, o Ministério da Ciência e Tecnologia não cessou de lançar mão dos artifícios para continuar suas investidas por meio de portarias de cortes e da demissão do próprio

presidente do CNPq,⁵ um dia após o presidente demitir o ministro da Saúde, colocando o país em risco eminente pelo fato de ser contrário às medidas de isolamento social preconizadas pela OMS e pelo então ministro Luiz Mandetta.⁶

Certamente essas investidas só deixaram a nu as determinantes do autoritarismo brasileiro, fundante na sociabilidade nacional. Segundo Chauí (2014), as ciências sociais têm a tendência de explicar a sociedade brasileira pelas ausências, e não necessariamente pelos determinantes que a instituem. Dessa forma, “as relações sociais não são apanhadas a partir dos processos de formação das classes sociais e de seus modos determinados de relação, fundamentalmente marcados pelo autoritarismo” (Chauí, 2014, p. 226).

Ressalta ainda como um dos traços marcantes do autoritarismo presente na sociedade brasileira o fato de ter em sua formação a “matriz senhorial da colônia”, que naturaliza as divisões sociais em “desigualdades postas como inferioridade natural”, assim como naturaliza as diferenças sociais, que tendem a ser transformadas como “desvios de norma” ou ainda como “perversidade ou monstruosidade”. “Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais.” (Chauí, 2014, p. 227).

Tal “matriz senhorial da colônia”, que naturaliza as desigualdades e diferenças sociais, pode ser facilmente identificada na teia de relações acadêmicas, e, no caso particular do Serviço Social, tem se evidenciado um campo de tensionamento diante da intensificação da presença dos “desiguais” e “diferentes” ocupando novos espaços não só em sua hierarquia institucional, mas principalmente na produção de conhecimentos fincados na concretude da realidade vivida, da qual fazem parte.

Trata-se de um tensionamento importante, que revela outros discursos produzidos a partir de outros lugares, além de outro *território de vivência*. Nesse sentido, o tensionamento provoca um deslocamento em relação às imposições de “status quo” induzidas pela presença da matriz senhorial da colônia no meio acadêmico. Um deslocamento em relação ao eurocentrismo que tem marcado sobremaneira as produções do conhecimento nas ciências sociais. Segundo Edgardo Lander, essa construção eurocêntrica

5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/governo-bolsonaro-demite-o-presidente-do-cnpq-orgao-de-fomento-a-pesquisa.shtml>

6. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/16/com-demissao-de-mandetta-bolsonaro-avanca-no-plano-genocida>

pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. (Lender, 2005, p. 13)

É nesse contexto que se insere o debate em torno do colonialismo ou da colonialidade, uma distinção que Grosfoguel emite a partir de Anibal Quijano (2005), em suas incursões sobre a colonialidade do poder. Para esses autores, a colonialidade se refere à continuidade das formas coloniais de dominação, apesar da extinção das administrações regionais.

Continuamos a viver sob a mesma ‘matriz de poder colonial’. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de ‘colonialismo global’ para entrar num período de ‘colonialidade global’... A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial ... Eu uso a palavra ‘colonialismo’ para me referir a ‘situações coloniais’ impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico, e, na esteira de Quijano, uso a designação ‘colonialidade’ para me referir a ‘situações coloniais’ da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista. (Grosfoguel, 2009, pp. 384-385)

A partir dessas chaves analíticas é que circunscrevemos o debate sobre a presença dessa *colonialidade* do conhecimento no campo do Serviço Social, na medida em que pesquisadores advindos das classes populares introduzem outras perspectivas sobre velhos ou novos temas com os quais mantêm uma relação cotidiana de vivência, e passam a desnaturalizar conceitos, abordagens já consagradas. Esse cenário não permite, ao mesmo tempo, pressupor que o *território de vivência* seja condição direta para o contraponto à *colonialidade* do conhecimento produzido ou a um deslocamento capaz de emanar outra perspectiva crítica em relação ao conhecimento hegemônico.

Essa enunciação é bem delineada por Grosfoguel:

Eis que se torna importante distinguir ‘lugar epistêmico’ e ‘lugar social’. O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de

poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas. (Grosfoguel, 2009, p. 387)

Em contraponto, faz-se necessário lembrar que, para além dos muros da academia, se dá a construção de conhecimentos sobre temáticas e pesquisas semelhantes às que têm sido produzidas nesse espaço. Importa identificar aqui o trabalho de Tiaraju D’Andrea (2013), sua tese de doutorado, que traz à tona a emergência dos *sujeitos periféricos* enquanto produtores de conhecimentos, expressando uma nova subjetividade que se forma na periferia:

Calcados na historicidade de atributos estigmatizantes e formulados quase sempre fora dos bairros populares, seus moradores começaram a construir novas formulações sobre si mesmo e sobre sua posição no mundo. Dessa forma, uma nova subjetividade se forma na periferia, sobretudo entre os jovens, enfatizando o orgulho de sua condição e as potencialidades dessa condição. (D’Andrea, 2013, p. 15)

Esta nova subjetividade construída a partir da periferia faz parte da busca do Centro de Estudos Periféricos – CEP, coordenado por Tiaraju D’Andrea no âmbito do Instituto das Cidades da Unifesp – campus da zona leste de São Paulo. Em sua apresentação o CEP expressa sua consciência periférica⁷:

O Centro de Estudos Periféricos é um centro de pesquisa vinculado ao Instituto das Cidades/Campus Unifesp Zona Leste. Este centro é composto por moradoras e moradores de bairros periféricos que produzem conhecimento e incidem sobre a realidade onde vivem. A periferia também produz ciência. Se a história é nossa, nós a contaremos. Mas não pensem que somos apenas especialistas sobre quebrada. A partir deste ponto de vista queremos explicar o mundo.⁸

7. Consciência periférica tem sido abordagem utilizada por Tiaraju D’Andrea, considerada pelo autor como mais abrangente do que “identidade periférica”, e que sua tese (D’Andrea, 2013), já citada, desenvolve com maestria.

8. Disponível em: <https://centrodeestudosperifericos.org/>

Importa decifrar esses novos conhecimentos produzidos a partir de outro *território de vivência*, com outras experiências, e que “também produz ciência”. É importante frisar ainda que se trata de ciência produzida a partir de outro lugar, que envolve, mas não tem referência exclusiva no mundo acadêmico, tal qual tem sido normalmente reconhecido.

Esse deslocamento da ciência produzida a partir de outro lugar implica o reconhecimento da diversidade de conhecimentos no interior do próprio mundo científico e fora dele.

A pluralidade epistemológica do mundo e, com ela, o reconhecimento de conhecimentos rivais dotados de critérios diferentes de validade tornam visíveis e credíveis espectros muito mais amplos de ações e de agentes sociais... O reconhecimento da diversidade epistemológica tem hoje lugar, tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos (a pluralidade externa da ciência). (Santos e Meneses, 2009, p. 12)

Dessa forma, a pluralidade e a diversidade na produção de conhecimentos para além dos muros da academia e a partir de outros territórios, incluindo os territórios e *sujeitos periféricos*, se colocam na agenda do debate enquanto um lugar de partida dessa outra epistemologia. Trata-se de um deslocamento fundamental especialmente para o universo acadêmico de viés elitista, mais afeto a pesquisar sobre territórios e *sujeitos periféricos* e menos a partir desse outro lugar.

ESCALA DO COTIDIANO E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: SOBRE E A PARTIR DA PERIFERIA

O evento da pandemia de Covid-19 trouxe à tona, e de forma terrivelmente concreta, as marcas das desigualdades sociais presentes no cotidiano das sociedades em todo o mundo, seja entre elas ou no seu interior. E, nesse mesmo compasso, no caso brasileiro, os governos em suas três esferas, juntamente com o mercado, tiveram que se curvar diante da centralidade que ocupam as políticas públicas de proteção social no cotidiano de sobrevivência da população.

O Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS⁹ passaram a compor narrativas de outros campos, que raramente se dirigiam a esses sistemas como serviços essenciais e de direito universal, como a mídia de massa, setores do mercado financeiro ou mesmo dos organismos internacionais.

Nesse cenário passam a ser reconhecidas as práticas e experiências calcadas no cotidiano das periferias das cidades, como grandes iniciativas inovadoras, evidenciando quanto a grande mídia e, com ela, boa parte da sociedade brasileira estavam, de fato, optando por não enxergar a potência presente nestes territórios em que proliferam e convivem uma multiplicidade de sujeitos e agenciamentos de luta pela vida, com perspectivas igualmente as mais diversas e contraditórias.

O fato, como alertou Mauro Iasi em artigo publicado no blog da Boitempo (Iasi, 17/04/2020), é que a desigualdade social no Brasil permanecerá pós-pandemia.

A pandemia vai passar. O Brasil que emergirá dela será um país capitalista em crise com uma ordem burguesa em conflito interno e uma nação fraturada. Uma sociedade de classes na qual os 10% mais ricos detêm mais de 74,2% da riqueza do país, com o SUS ameaçado e as universidades desprestigiadas, na qual os preconceitos, o irracionalismo e o obscurantismo foram liberados, e onde o racismo, a homofobia, o machismo e a violência colonialista mata diariamente, violenta a infância e despreza a velhice. (Iasi, 2020, s/p)

Ao mesmo tempo, um dos efeitos da pandemia de Covid-19 parece remeter para a importância da escala do cotidiano em suas intersecções isolamento/mobilidade, tanto no plano privado das relações domiciliares como no espaço público. As alterações desse cotidiano se fizeram sentir no âmbito das cidades brasileiras, e de forma especial nas cidades de porte grande e regiões metropolitanas. A cidade de São Paulo, o grande foco da pandemia no país, viu a qualidade do ar melhorar sensivelmente com a redução das circulações de automóveis, ônibus, caminhões, quando se observava a orientação de distanciamento social, especialmente no início da pandemia.

9. Conforme normas editoriais, as siglas com quatro letras ou mais devem ser escritas com todas as letras maiúsculas, quando cada uma de suas letras ou parte delas é pronunciada separadamente, ou somente com a inicial maiúscula, quando formam uma palavra pronunciável. No entanto, as organizadoras deste livro padronizaram o uso da sigla SUAS toda em maiúscula, porque se trata de uma forma convencional de identificar institucionalmente o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tal como é identificado o Sistema Único de Saúde – SUS.

Porém, é nas periferias das cidades que o impacto da pandemia se faz sentir de forma mais cruel, pois trata-se de territórios que historicamente sofrem com a ausência de serviços básicos de saneamento, saúde e proteção social. Dessa forma, as medidas de proteção mais simples, como lavar as mãos com água e sabão, se evidenciaram como impossíveis em realidades desprovidas de água potável. Isto é, a desigualdade social se reproduz na mesma proporção da ausência ou fragilidade de políticas sociais no cotidiano desses territórios das cidades brasileiras. Em 30 de março, por meio do CEP, as periferias de São Paulo já lançavam um documento exigindo “medidas urgentes para a contenção da Covid-19 nas periferias”, expressando os esforços que já vinham sendo empenhados no âmbito da mobilização solidária da sociedade civil e, ao mesmo tempo, as grandes lacunas de providências voltadas para as periferias, onde vive a maior parte da população da cidade:

Além das importantíssimas redes de apoio, solidariedade e dos comitês de ajuda mútua que vêm sendo organizados de maneira autônoma nestas regiões, é necessário que governos municipais, estaduais e federal também assumam certas medidas em suas respectivas alçadas de responsabilidade.

Quais sejam:

- Montagem urgente de hospitais de campanha nas escolas e terrenos ociosos das quebradas;
- Distribuição de água com a disponibilização de caminhões pipas para regiões que não tem saneamento básico;
- Distribuição gratuita de kits de higiene, limpeza e prevenção (álcool gel, álcool líquido, sabonetes, toalhas, escovas de dente, pastas de dente, máscaras);
- Suspensão da cobrança de contas de água e luz;
- Suspensão da cobrança de parcelas e juros de financiamentos em geral, incluindo as famílias com dívidas com a Caixa; [...]
- Ampliação da rede de wi-fi grátis nas periferias;
- Estabelecimento de fluxo para o abrigo de mulheres em situação de risco de morte com a desburocratização imediata do acesso às Casas-Abrigo para as mulheres, dispondo de um número público que disponha de vagas para o abrigo emergencial em caso de violência, além do acolhimento das demais demandas divulgadas em Nota pela Rede de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Zona Leste (leia aqui);
- Não fechamento do atendimento no hospital de referência em aborto legal, tendo em vista que são procedimentos que não podem esperar e que devem sofrer um aumento de demanda durante o período de confinamento, junto com a violência doméstica;
- Não à diminuição da quantidade de trens e metrô, evitando assim aglomeração no transporte de trabalhadores de serviços essenciais [...]

(Garcia, 2020, s/p)

As medidas reivindicadas por esse documento fazem emergir a dinâmica cotidiana das periferias e as gigantescas desigualdades em relação à porção da cidade abastecida e protegida pelo estado e pelo mercado. A primeira medida citada

diz respeito à “montagem de hospitais de campanha nas escolas e terrenos ociosos das quebradas”. De fato, os primeiros hospitais de campanha montados na cidade de São Paulo localizam-se nos territórios mais incluídos: Estádio do Pacaembu (Distritos Consolação/Perdizes) e Complexo do Anhembi (Distrito de Santana).

No dia 17/4/2020¹⁰, a Agência Brasil divulgava a seguinte notícia em relação à pandemia Covid19 na cidade de São Paulo:

A cidade de São Paulo tem, até hoje, 9.537 casos confirmados de coronavírus, com 690 mortes. Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, a cidade investiga 35.410 casos e 1.138 óbitos suspeitos de coronavírus.

Os distritos de Sapopemba, Itaquera, Jabaquara e Jardim Ângela foram os que registraram maior número de casos de coronavírus na cidade.¹¹

Ou seja, embora os hospitais de campanha na cidade de São Paulo estivessem localizados nos distritos mais incluídos, as maiores incidências de casos registrados encontravam-se em outros distritos, mais periféricos: Sapopemba e Itaquera (zona leste) e Jabaquara e Jardim Ângela (zona sul). Segundo o último Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo, os quatro distritos citados encontram-se na posição de exclusão social,¹² na seguinte ordem: Jardim Ângela (-0,92), Sapopemba (-0,68), Itaquera (-0,60) e Jabaquara (-0,27).

Mais uma vez, a direção governamental segue de costas para a dinâmica socioterritorial sobre a qual se assenta a vida cotidiana da totalidade da população da cidade. Em entrevista para o Instituto Humanitas, Tiaraju D’Andrea faz a seguinte afirmação:

Não nos consta que o poder público tenha feito alguma sinalização no sentido de **implementar hospitais de campanha nas periferias**. Se estivesse de fato se planejando para o pior, o poder público já estaria tomando essa medida necessária. Montar hospitais de campanha no **Estádio do Pacaembu** ou no **Complexo do Anhembi** é importante, mas certamente esses locais

10. Para fins deste texto vamos tomar como referência a data de 17/4/2020 para contextualizar as informações sobre a pandemia de Covid-19 na cidade de São Paulo.

11. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/hospitais-de-campanha-de-sao-paulo-tem-157-pacientes-internados>

12. Segundo metodologia do Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo (Sposati et al., 2013), a escala entre exclusão e inclusão varia de -1 (maior exclusão) a 1 (maior inclusão).

atenderão primeiro à população de classe média alta moradora do entorno desses polos. Mais uma vez a periferia está sendo tratada como a não cidade. (D'Andrea, 2020, s/p)

O boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo publicado no mesmo dia 17/4/2020 apresenta algumas divergências em relação à informação divulgada pela Agência Brasil citada anteriormente sobre os distritos da cidade com as maiores incidências de casos confirmados de Covid-19. Observa-se que, enquanto a Agência Brasil trabalhava com um total de 9.537 casos confirmados, o boletim da Secretaria de Saúde da PMSP trabalhava com 8.285 casos confirmados.

Considerando dados já georreferenciados, em 17/04/2020, o Sivep-Gripe e E-SUS VE foram utilizados para visualizar a distribuição espacial dos casos confirmados de COVID-19 segundo Distrito Administrativo (DA) de residência. Foram representados 3.266 (99,5%) registros dos 3.282 casos confirmados pelo Sivep Gripe e 4.491 (89,8%) dos 5.003 casos confirmados pelo E-SUS VE. Do total de 8.285 casos confirmados, 528 (6,4%) registros não foram geocodificados. Neste cenário, os Distritos Administrativos Morumbi (297 casos), Jardim Paulista (200 casos), localizados na CRS Oeste, e o Distrito Administrativo de Vila Mariana (207 casos), localizado na CRS Sudeste, apresentaram o maior número de casos em 17/04/2020. (São Paulo, 2020, p. 9)

É provável que as divergências entre os números de casos confirmados da Covid-19 pela Agência Brasil e pela Secretaria de Saúde da PMSP estejam relacionados ao período em que cada fonte consolidou os dados, porém chama a atenção a divulgação do boletim epidemiológico da PMSP do dia 17/4/2020 sobre a localização dos óbitos pelo Covid-19, indicando uma tendência de incidência territorial, que se aproxima dos dados de localização dos casos confirmados citados pela Agência Brasil.

Em 17/04/2020, o PRO-AIM / SIM / CEInfo / SMS-SPN foi utilizado para visualizar a distribuição espacial dos óbitos por COVID-19 segundo Distrito Administrativo (DA) de residência. Do total de 1.935 óbitos, sendo 743 confirmados e 1.192 suspeitos, 16 (0,8%) registros não foram geocodificados. Neste cenário, os Distritos Administrativos Brasilândia (54 óbitos), localizado na CRS Norte; Sapopemba (51 óbitos), CRS Sudeste, apresentaram o maior número de óbitos até 17/04/2020; seguidos dos Distritos

Administrativos São Mateus e Cidade Tiradentes, CRS Leste e Distrito Administrativo Ipiranga, CRS Sudeste, com 41, 37 e 36 óbitos, respectivamente. (São Paulo, 2020, p. 9)

Essa tendência de incidência de óbitos indica a direção para os territórios mais periféricos da cidade e, ao mesmo tempo, o descompasso entre as informações de casos suspeitos e confirmados, em função da insuficiência de testes para a Covid-19. Em contraponto, importa ressaltar a trajetória de confiabilidade dos dados produzidos pela cidade de São Paulo, com destaque para o Programa de Aprimoramento das Informações sobre Mortalidade – PRO-AIM.

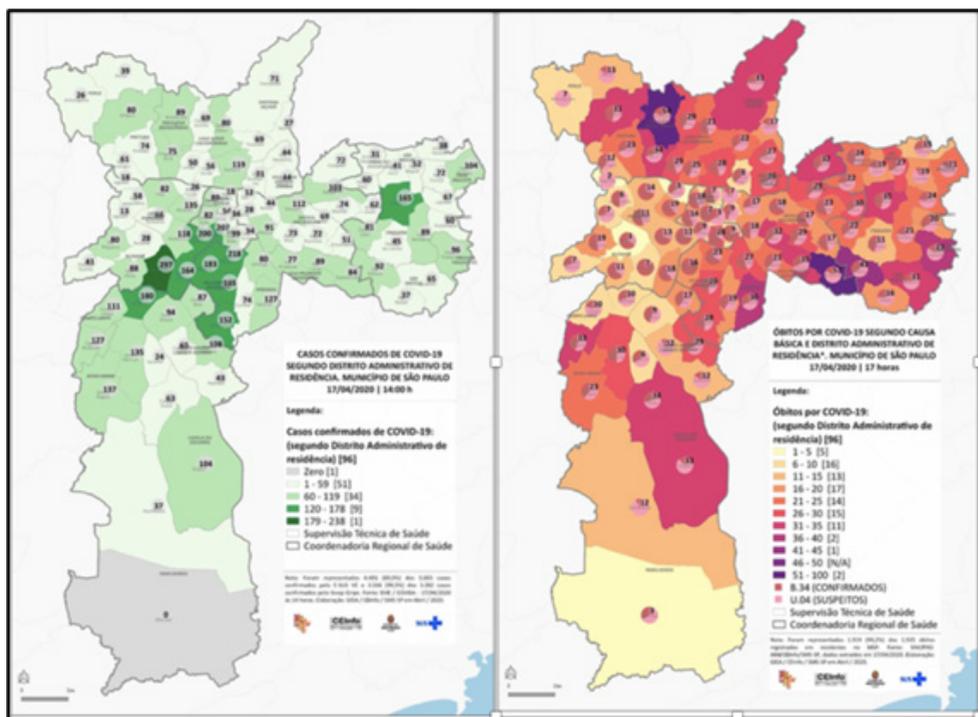
Para acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados no município são utilizadas as informações agregadas dos sistemas E-SUS VE e Sivep-Gripe. Para monitoramento dos óbitos no MSP, a SMS tem observado as informações no SRAG/SIVEP-Gripe, em consonância com os demais entes federativos. Além disso, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi utilizado pelo seu bom desempenho, em particular no MSP, onde há décadas vigora o Programa de Aprimoramento das Informações sobre Mortalidade (Pro-AIM), especificamente dedicado a melhorar as informações sobre mortalidade. (São Paulo, 2020, p. 4)

Interessa-nos, nesse cenário, tomar como referência os dados divulgados pela Secretaria de Saúde no dia 17/4/2020, comparando os dois mapas em relação às incidências da Covid-19 na cidade: um em que são evidenciados o total de casos identificados de contaminação e outro com a concentração de total de óbitos, considerando em ambos a divisão dos 96 distritos da cidade.¹³

A comparação indica a influência da distribuição de aplicação de testes nos casos suspeitos, com uma tendência de confirmação de infectados concentrada no setor sudoeste da cidade (onde se encontram os distritos com melhores indicadores socioeconômicos), em contraponto com a incidência de óbitos, que atinge de forma evidente as regiões mais periféricas e excluídas da cidade, em suas porções norte, leste e sul.

Convém ressaltar que as condições precárias de vida presentes na periferia também podem ser identificadas no cotidiano de grupos populacionais residentes e ou circulantes na região central da cidade, com destaque para a população

13. Acompanhando os boletins subsequentes divulgados no mês de maio/2020, a tendência de concentração dos casos confirmados na região sudoeste da cidade e de óbitos nas suas regiões periféricas se manteve inalterada.



Fonte: DVE/Covisa/Gisa/CEinfo/SMS-SP, abril 2020.

Figura 1 – Mapas comparativos da Covid-19 – casos confirmados e óbitos – cidade de São Paulo

em situação de rua, os moradores de cortiços, favelas e ocupações, a população migrante internacional, incluindo famílias inteiras que continuam chegando e se movendo na cidade de São Paulo.

As medidas de distanciamento social e de proteção necessárias em tempos de pandemia para essa população desterritorializada, sem domicílio, sem documentação se tornam inócuas.

Para além do distanciamento social, na verdade, há que se considerar a realidade de um contingente de pessoas que vivem/se movimentam nos territórios periféricos da cidade, que demandam urgentemente de proteção social, seja na forma de moradia ou de atenção às suas vulnerabilidades e riscos sociais.

A exemplo, a orientação “fique em casa”, que preconiza a campanha geral de combate à pandemia, apesar de necessária e comprovadamente eficaz, tem gerado um campo de conflito para a população que simplesmente não tem casa, ou que vive em condições precárias (coabitação familiar, adensamento excessivo,

um banheiro e um tanque de lavar roupas para todas as famílias que coabitam o mesmo espaço), tendo ainda que se preocupar com o aluguel, para além da alimentação. Não se trata, portanto, de “sair para trabalhar”, trata-se objetivamente de não se ter um lugar para se abrigar.

A precariedade também está presente nas condições de trabalho dos serviços públicos, que atingem os trabalhadores do SUS e do SUAS, que já vinham sendo afetados pela insegurança nas relações de trabalho, pelos baixos salários e pelos cortes nos orçamentos das políticas sociais, que rebatem na qualidade de atendimento associada à redução de equipes técnicas. No total de casos confirmados e de óbitos, incluem-se os profissionais da política de saúde na cidade de São Paulo.

Em 15 de abril de 2020, com relação aos afastamentos e casos de COVID-19 na rede de serviços de saúde, a Rede Básica (59.364 profissionais) apresentou a seguinte situação: 2.525 profissionais afastados por apresentarem síndrome gripal; 292 confirmados (SARS-CoV-2) e a ocorrência (acumulada) de 4 óbitos decorrentes da COVID-19. Esses 2821 profissionais representam, em 14 de abril, 4,75% de todos os profissionais da rede básica. Quanto à Rede Hospitalar (17.972), há atualmente 775 afastamentos por síndrome gripal, 223 por casos confirmados de Covid-19 e a ocorrência de 6 óbitos. Esse total (1005) representa 5,6% dos profissionais vinculados direta e indiretamente à Autarquia Hospitalar Municipal (sem considerar os funcionários alocados da sede da instituição). (São Paulo, 2020, p. 19)

Se, por um lado, esse conjunto de situações vivenciadas expressa as desigualdades sociais reproduzidas cotidianamente pelos territórios da cidade, incluindo aqui algumas intervenções do próprio estado, por outro lado, há que se considerar as vivências e experiências presentes nos territórios periféricos, que não se resumem às ações solidárias divulgadas por ocasião da pandemia. Ao lado de um acúmulo de sofrimento e dor na luta pela vida, encontram-se potentes formas de resistência que marcam uma “história escrita a contrapelo”, para lembrar Benjamin (2018).

Como a história do distrito do Jardim Ângela e seus territórios contada a partir do livro recém-lançado, ainda no início da pandemia de Covid-19 na cidade de São Paulo, *Sociedade Santos Mártires do Jardim Ângela – uma chama de esperança* (Spink et al., 2019). Extraímos algumas falas, a partir desse lugar, que denunciam o cotidiano de luta e resistência em meio à desigualdade social que assola as populações que aí vivem e, ao mesmo tempo, revelam a insurgência associada à dignidade e à solidariedade que marcam essas trajetórias de vida coletiva.

Glória: *Nós lutamos pelos terrenos. Não queríamos aqueles barracos, conseguimos tudo bonitinho, cada família com seu lote. Conseguimos água, luz, energia, asfalto, creche etc. O seu Júlio é uma pessoa muito forte que lutou conosco também. Enfim, conseguimos tudo isso com muita dignidade [...]. Estava junto com a dona Francisca, que tem uma história muito bonita aqui no bairro. Antes da chegada do padre Jaime, na época não tinha nada aqui [...]. Entenderam? A minha luta é de muito tempo.* (Spink et al., 2019, p. 25; grifos dos autores)

Glória, que está na luta há muito tempo, não omite seus companheiros e companheiras de luta – sr. Júlio, dona Francisca, Padre Jaime¹⁴ –, e ensina como se escreve uma “história a contrapelo”, em que todos são importantes. E aqui também faz lembrar Walter Benjamin, em sua terceira tese sobre o conceito de história:

O cronista, que narra os acontecimentos em cadeia, sem distinguir entre grandes e pequenos, faz jus à verdade, na medida em que nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história. (Benjamin, 2018, p. 10)

É digno de nota a força de articulação e mobilização da população, ao lado da preocupação com a construção de conhecimentos presentes na trajetória de luta nesses territórios, como descreve Lucila, uma das lideranças.

Lucila: *Por conta dos muitos homicídios na região, no final dos anos 1980 e anos 1990, o CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular) decidiu fazer uma pesquisa para poder incidir melhor nas políticas públicas e na redução de homicídios. Encontramos na Faculdade de Serviço Social da PUC um apoio no setor de movimentos sociais. Mas foi um trabalho muito difícil. Publicamos os resultados. Essa pesquisa ajudou a desencadear a criação do Fórum em Defesa da Vida (2018).* (Spink et al., 2019, p. 118; grifos dos autores)

No contexto do caderno em que se encontra o presente texto, como parte das comemorações dos 50 anos da pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, traz esperança esse depoimento sobre o apoio encontrado na Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, para uma pesquisa em torno das políticas públicas diante do cenário de forte incidência de homicídios, entre os anos 1980 e 1990.

14. Padre Jaime Crowe está na Paróquia Santos Mártires no Jardim Ângela desde 1987. Diante dos altos índices de violência que marcavam a região, participou da criação da Associação dos Santos Mártires, uma organização da sociedade civil que coordena uma rede de serviços que atendem aproximadamente 10.000 pessoas, além de outras iniciativas que mobilizam toda a região do M'boi Mirim, na zona sul de São Paulo. Destacam-se a Caminhada pela Vida e pela Paz, que é realizada todo Dia de Finados, e o Fórum em Defesa da Vida.

E o curso de Serviço Social da PUC-SP é citado também no depoimento de Padre Jaime, em período recente, associado ao contexto de sua fala sobre a ausência de qualidade de vida dos territórios e *sujeitos periféricos*, apesar de todas as conquistas já alcançadas.

Pe Jaime: *A população da periferia não consegue ter qualidade de vida, pois, embora tenha conquistado alguns serviços públicos na área da saúde e da assistência, só os serviços não garantem qualidade de vida. Por exemplo, você tem emprego, mas leva duas horas e meia para chegar, pois não tem condução adequada. São duas, três ou cinco horas por dia em pé – em conduções com péssimas condições. Cadê a qualidade de vida? Tinha aqui, outro dia, uma jovem, chorando, pois trabalha e tem uma bolsa de estudos na PUC-SP, no curso de serviço social, mas não aguenta mais. Ela acabou trancando sua bolsa e está com medo, porque leva três horas para ir e quase três horas para voltar. Como pode isso? [...]* (Spink et al., 2019, p. 9; grifos dos autores)

A pergunta de Padre Jaime paira sobre nossas cabeças: “Como pode isso?”.

E diante disso, constatamos que o desafio do papel da universidade continua, seja no apoio à produção do conhecimento a partir dos territórios e *sujeitos periféricos*, seja na formação e reconhecimento dos intelectuais periféricos. Pois hoje, em plena barbárie institucionalizada, se faz mais do que urgente lançarmo-nos à tarefa coletiva de “escrever a história a contrapelo”.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Lúcia (2015). Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 124, pp. 623-636.
- BENJAMIN, Walter (2018). *O anjo da história*. Belo Horizonte, Autêntica.
- BOSCHETTI, Ivanete (2015). Expressões do conservadorismo na formação do Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 124, pp. 637-651.
- BRASIL (2020). *Hospitais de campanha de São Paulo*. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/hospitais-de-campanha-de-sao-paulo-tem-157-pacientes-internados>
- CHAUÍ, Marilena (2000). *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- ____ (2014). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Autêntica/Fundação Perseu Abramo.

- D'ANDREA, Tiaraju Pablo (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutoramento em Sociologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- _____. (2020). *Entrevista ao Instituto Humanitas*. São Leopoldo, Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/597914-a-pandemia-de-covid-19-apresenta-as-gritantes-desigualdades-sociais-do-brasil-entrevista-especial-com-tiaraju-pablo-d-andrea>.
- GARCIA, Paula (2020). *Grupo de pesquisa do Campus Zona Leste propõe medidas para contenção da covid-19 nas periferias*. 15 abr. São Paulo, Unifesp Zona Leste. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/4412-grupo-de-pesquisa-do-campus-zona-leste-propoe-medidas-para-contencao-da-covid-19-nas-periferias>.
- GROSFUGUEL, Ramon (2009). Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, pp. 383-418.
- IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de (1985). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 3 ed. São Paulo, Cortez/CELATS.
- IAMAMOTO, Marilda Villela (1982). *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. São Paulo, Cortez.
- IASI, Mauro (2020). *Pré-história, pós-pandemia e o que virá*. Disponível em: <https://blog-daboitempo.com.br/2020/04/17/pre-historia-pos-pandemia-e-o-que-viral/>
- KOGA, Dirce (2003). *Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, Cortez.
- KOGA, Dirce e SPOSATI, Aldaíza (2013). *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais*. São Paulo, Senac Editora.
- LANDER, Edgardo (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntrico. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Clacso, pp. 8-23. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>
- MARTINS, José de Souza (1991). *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- NETTO, José Paulo (1981). A crítica conservadora à reconceptualização. *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano II, n 5. São Paulo, Cortez, pp 59-76.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Clacso, pp.107-130. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2012). Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Revista Redobra*, n. 9, ano 3. Salvador, Laboratório Urbano/FAU-UFBA, pp. 58-71.

- SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra/Portugal, Edições Almedina/Centro de Estudos Sociais.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura (2000). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo/Rio de Janeiro, Record.
- SÃO PAULO (2020). *Boletim Semanal - COVID-19 no Município de São Paulo*. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Saúde, n. 2, 17 abr.
- SOUSA E SILVA, Eliana (2015). *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial.
- SPINK, Mary Jane Paris et al. (orgs.) (2019). *Sociedade Santos Mártires do Jardim Ângela: uma chama de esperança*. São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV/ Terceiro Nome.
- SPOSATI, Aldáiza et al. (2017). *Desigualdades nos territórios da cidade – métricas sociais intraurbanas em São Paulo*. São Paulo, EDUC.
- YAZBEK, Maria Carmelita (1980). *A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945*. *Cadernos PUC – Serviço Social*. São Paulo, EDUC/Cortez, n. 6. pp 11-60.

PESQUISA COMO PRINCÍPIO E CONDIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E PARA O TRABALHO PROFISSIONAL

Carola C. Arregui¹

A PESQUISA COMO INQUIETAÇÃO

Na pesquisa construímos perguntas porque problematizamos aquilo que aparece como naturalizado, porque sabemos que o cotidiano carrega dinâmicas e contradições que precisam ser compreendidas e explicadas. Interrogamos a realidade, tendo como pressupostos referências e princípios ético-políticos que nos mobilizam em torno de parâmetros analíticos e horizontes de intervenção, na direção de uma sociabilidade mais justa, mais igualitária.

Quando Otávio Ianni (2003, p. 14) discute a pesquisa associada à metáfora de uma viagem, afirma o ato de conhecer/investigar como um percurso de descobrimento. Descobrimento porque o real precisa ser desvendado, exige “ultrapassar o que é dado empiricamente e surpreender o que está escondido, desvendando as articulações e o movimento do real”.

Desse modo, a pesquisa é associada a um processo de indagação, uma busca incessante de explicações, pois, como afirma Karel Kosik (1976), o real não se dá a conhecer imediatamente; ao mesmo tempo que indica, esconde. A essência do real não está posta integralmente em sua manifestação fenomênica, não se revela de modo imediato. É preciso a crítica para:

1. Assistente Social, professora e vice-coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, para encontrar a ‘autêntica realidade’ do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, para desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas. (Kosik, 1976, p. 20)

A pesquisa, portanto, tem como atividade peculiar o propósito de desvendar esse jogo de luzes e sombras e descobrir o fundamento oculto das coisas, de forma a observar e evidenciar os processos que nelas ocorrem. Na metáfora da pesquisa como viagem, Ianni reafirma a multiplicidade de movimentos que ocorrem ao longo dessa travessia:

Em geral, a viagem compreende várias significações e conotações, simultâneas, complementares e mesmo contraditórias. Os viajantes buscam o desconhecido, a experiência inusitada, a surpresa da novidade, a tensão escondida nas outras formas de ser, sentir, agir, realizar, lutar, pensar ou imaginar. Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades, ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza. [...] O caminhante devaneia sobre a estrada e a travessia, o que vê e o que não vê, o que aprende e o que imagina que sabe, a aparência e a essência. Pode descobrir que na parte ressoa o todo, que o singular carrega o halo do universal. Esse percurso em que se perde e encontra, forma e transforma. (Ianni, 2003, p. 27)

Assim como a viagem, a pesquisa é um processo reiterado, insistente de interrogação, de questionamento, que supõe o estabelecimento de uma relação entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, entre o pesquisador e o coletivo como área de produção de conhecimento. Ao longo desse percurso analítico de aproximações sucessivas com o real, traduzimos a realidade na sua integralidade e movimento, desvendando e interrogando os processos, a sua dinâmica e suas determinações.

PESQUISA COMO PRINCÍPIO E CONDIÇÃO

Consolidar a pesquisa como princípio e condição para a produção de conhecimento e para o trabalho profissional é firmar como pressuposto que a investigação, conforme anunciado por Potyara Pereira (2005), longe de ser um luxo intelectual, é uma necessidade de realização consequente da profissão, para intervir na realidade com capacidade crítica e criativa, produzindo conhecimentos sobre essa realidade e sobre o trabalho profissional.

Dessa forma, a pesquisa permite problematizar e compreender a dimensão sócio-histórica e as características que configuram o modo de operar do capitalismo que estão na base das desigualdades e antagonismos da questão social e torna-se tarefa fundamental para analisar a forma contemporânea da crise do capital, que, ao mesmo tempo que renova velhas questões, consolida novas configurações, alterando profundamente as relações sociais.

Nesse contexto é que, a partir de meados dos anos 2000, Vera Telles (2013) e um grupo de pesquisadores da questão urbana interrogavam: “Que mundo social é esse que vem se perfilando nas dobras das mutações em curso nas últimas décadas?”. A análise das profundas transformações na trama e no mundo social das periferias urbanas implicou uma longa trajetória de pesquisa e trabalhos de campo necessários para prospectar as configurações urbanas que estavam sendo desenhadas nas periferias das cidades.

É justamente nessas tramas da cidade que se aloja a complicação atual e que será preciso, por isso mesmo, auscultar. É nessas tramas que os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. É aqui que se situa o duplo desafio que temos pela frente: a construção de parâmetros críticos implica ao mesmo tempo a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação. (Telles, 2013, p. 370)

As análises construídas nessas experiências de pesquisa tornam-se referência para a compreensão de uma nova configuração social e urbana, que não consegue ser explicada, na sua integralidade, tendo em vista as categorias analíticas que traduziam as realidades das cidades na década 1990 e o início dos anos 2000. Uma configuração que passou a evidenciar novas fronteiras sociais, territoriais, legais e políticas, produzidas e reproduzidas nos circuitos globalizados da economia, e expressas em:

territorialidades urbanas de contornos incertos, atravessadas por conflitos e campos de tensão espalhados por todos os lados, mas que se configuram em torno dos pontos de fricção postos pelas tendências de uma crescente mercantilização de espaços, lugares, vidas e forma de vida, no seu entrecruzamento com formas de controle e a lógica militarizada de gestão de espaços e territórios urbanos. (Telles, 2015, p. 16)

Realidade social que se agravou e ganhou novos contornos a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático, em 2016, que radicalizou a crise e a ofensiva neoliberal. Ivanete Boschetti (2017) fala de barbárie ao analisar a agudização e as configurações das expressões da questão social, num contexto de particularização do avanço acelerado do reacionarismo e do conservadorismo.

Os desmontes operados pelo conjunto de ataques à legislação trabalhista, à previdência, à garantia de orçamento para as políticas sociais, bem como as diversas medidas de ajuste fiscal, visam, exclusivamente, repor as condições de superexploração dos trabalhadores, e derivam em aumento exponencial de demandas para o Serviço Social, que tem no contexto das políticas sociais o seu grande campo de atuação.

Processos de supressão de direitos que se dão num contexto cada vez mais antagônico à concepção de direitos humanos, e que se expressam nos mais diversos tipos de violências e violações contra a população negra, contra a população indígena, contra a população LGTB, contra a mulher, contra os imigrantes, contra a classe trabalhadora, em suma, contra a maioria da população brasileira. A expressão máxima da noção de violação contra o gênero humano fica evidente num país no qual o presidente trata um problema sanitário mundial como uma gripezinha, enquanto o número de mortes pelo Covid-19 alcançou, até julho de 2020, 80.000 pessoas.

Nessa perspectiva, Mauro Iasi (2017) afirma que estamos num cenário qualitativamente distinto, pois o avanço do conservadorismo ocorre aliado ao avanço de uma visão reacionária propensa a apoiar alternativas autoritárias. E, ao mesmo tempo, o abandono da noção de direito social e da luta por direitos é substituída pelo princípio de que as garantias sociais serão fundamentalmente mediadas pelo mercado, criando, assim, uma encruzilhada para o Serviço Social.

O profissional do Serviço Social tem o risco potencializado de ser o administrador da gestão da precarização do acesso a serviços através de ações públicas menos identificadas como “direitos” e mais direcionadas a ações focalizadas de controle e minimização dos efeitos da miserabilidade absoluta, ainda assim de forma focalizada e gotejante. [...] A contraditoriedade de nossa ação é que operamos com uma intencionalidade que está em flagrante contradição com o mandato institucional de onde atuamos. Isso não é novo, nem é específico do Serviço Social. É o destino de todos aqueles que vivem na ordem do capital e adquiriram consciência da necessidade de superá-la. (Iasi, 2019, p. 435)

Para Boschetti (2017), o atual contexto de agudização da barbárie e os avanços do conservadorismo reafirmam a direção e pertinência do projeto ético-político da profissão, ao mesmo tempo que exigem um renovado esforço de análise crítica para a construção das mediações necessárias de compreensão das mudanças em curso e para a construção de estratégias de materialização do projeto ético-político nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

A pesquisa torna-se, assim, essencial nessa construção, pois, como afirma Carmelita Yazbek (2005, p. 149), é preciso

refletir sobre os fundamentos do que está acontecendo, buscando clareza na construção de nossas explicações, na construção de nossa consciência social e política do contemporâneo e na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas, e utopias coletivas.

Consequentemente, a pesquisa para o Serviço Social nem é privilégio de um grupo esclarecido, nem se esconde no manto da pseudocientificidade ou da neutralidade que negam o caráter ontológico e a dimensão social da produção de conhecimento.

Na discussão da pergunta de como conhecer a realidade está embutida a pergunta: o que é a realidade? O método não é algo autônomo em relação à teoria e ao próprio objeto, não se trata de uma especulação intelectual sobre uma questão a ser investigada ou de um procedimento que busca validar no campo empírico aquilo que é estabelecido previamente na base de hipóteses ou perguntas investigativas. Supõe ter como ponto de partida e de chegada a própria realidade, que precisa ser desvendada, reproduzida como ela é em si mesma, na sua integralidade, na sua estrutura e dinâmica.

Diferentemente daquilo usualmente estruturado nos livros ou nos manuais sobre método científico, Ivo Tonet (2013, p. 112), ao analisar a abordagem ontológica desde a compreensão marxiana, afirma:

Não será o método, elaborado prévia e autonomamente pelo sujeito, que irá prescrever como se deve proceder. Pelo contrário, será a realidade objetiva (o objeto), no seu modo próprio de ser, que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos.

Em função disso problematiza a associação de método científico como um tipo único de caminho adequado para construir conhecimento verdadeiro, baseado num campo de parâmetros tidos como científicos, pois

induz a um falseamento da problemática do conhecimento, com graves consequências para a compreensão e o enfrentamento da realidade social [...] e impede que se percebam os interesses sociais que permeiam a construção da cientificidade. (Tonet, 2013, pp. 10-12)

Com isso, não nega a necessidade e importância do método para a pesquisa. Mas como alerta José Paulo Netto (2011, p. 52), ele não pode ser concebido como

um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que foi recordado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para enquadrar o seu objeto de investigação.

Na pesquisa não é possível dissociar o método da teoria. Na elaboração teórica se explicita o método, e na discussão do método se aprofunda a reflexão teórica. É no processo de aproximações sucessivas que identificamos, construímos e reconstruímos os caminhos e os procedimentos metodológicos necessários para apreender o nosso objeto de estudo. Conforme compreendemos o nosso objeto em seu movimento, vão se explicitando também os percursos e procedimentos necessários para dar conta da sua natureza e dinâmica.

As lentes de observação, os instrumentos e as técnicas de pesquisa, a análise e a interpretação trazem implícitas as formas em que apreendemos e compreendemos o nosso objeto e a realidade social, sejamos ou não conscientes disso.

É nessa perspectiva que Michel Thiollent afirma que técnicas e instrumentos de pesquisa não são neutros, referenciam-se em dimensões fundamentais e indissociáveis: teórico-metodológicas e operativo-instrumentais. No percurso da pesquisa as técnicas e os instrumentos precisam passar pelo crivo da crítica, retirando-os do manto de neutralidade, usualmente associado ao método científico. Na sua utilização quem realiza pesquisa precisa considerar que a crítica dos dados coletados implica uma crítica dos instrumentos de pesquisa, pois:

Na pesquisa tudo é social: o objeto investigado, as pessoas concretas implicadas nele, o grupo de pesquisadores e seu sistema de representação teórico-ideológico próprio e as próprias técnicas de pesquisa. [...] A neutralidade ou a não neutralidade dos instrumentos estão postos desde o começo, isto é, desde a formulação de um questionário ou desde a situação da entrevista. [...] Nos processos de pesquisa social a neutralidade é falsa ou inexistente na medida que qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticos variáveis segundo os interesses sociopolíticos que estão em

jogo no ato de conhecer. A objetividade é relativa, na medida que o conhecimento social sempre consiste em aproximações sucessivas relacionadas com perspectivas de manutenção ou de transformação. (Thiollent, 1981, pp. 23-28).

Produzir conhecimento supõe, então, um processo em movimento: o modo de fazer depende do que o objeto demanda e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na pesquisa de campo.

PESQUISA COMO EXERCÍCIO DE IGUALDADE

Conforme aponta Martinelli (1999, p. 14), a produção de conhecimento no Serviço Social demanda o reconhecimento da singularidade e da experiência social do sujeito. Consequentemente alerta:

para conhecê-lo, há que ouvi-lo e escutá-lo; é preciso reconhecer a experiência social desse sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida. [...] Trata-se, assim, do conhecimento do modo de vida do sujeito como conhecimento de sua experiência social.

Assim, quando Martinelli recupera o conceito de experiência de Edward Thompson, ele reafirma a necessidade de compreender a experiência dos sujeitos, relacionada ao contexto do qual fazem parte, em toda a sua complexidade e no seu acontecer histórico.

Para Edward Thompson (1981, p. 182), que está rebatendo o estruturalismo de Althusser, a experiência não é mero campo de reprodução mecânica, associado “ao senso comum ou matéria-prima ideologicamente contaminada”. Envolve a compreensão de que

as pessoas experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras eagem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Para Thompson, a questão não é a dos limites da experiência, mas a forma como ela se constitui e se produz, pois ela evidencia as ambiguidades e contradições próprias da formação social, do contexto sócio-histórico e da luta entre as classes sociais.

Ao estudar a cultura popular tradicional dos trabalhadores do século XVIII e XIX, Thompson (1998) revela como paradoxo uma cultura popular que é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. E, dialogando com Antônio Gramsci, estabelece um elo fundamental de análise ao afirmar que esse paradoxo expressa dois aspectos da mesma realidade: se, de um lado, evidencia a conformidade e a reprodução dos valores do modo de ordenação do mundo postos pela ordem dominante, de outro, anuncia formas de resistência e uma sabedoria popular que contesta a experiência de exploração, mesmo que não garanta, na sua integralidade, uma dimensão capaz de subverter a ordem.

Dessa forma, a experiência social como categoria, permite analisar as relações de reprodução, mas num campo de possibilidades e modos pelos quais homens e mulheres lidam, constroem, resistem às pressões e determinações históricas.

A experiência na sua dimensão social e cultural, influenciada pelos meios materiais de produção, concretiza-se nas relações sociais, insere-se como parte constitutiva das práticas cotidianas. Representa a disputa de espaços, mas também de narrativas e memórias, e diz respeito à busca e à luta pela construção de sentidos, que são vivenciados, mas também são, como ensina Thompson, elaborados, significados e ressignificados.

Nessa trama, vozes e experiências, ao se articular com a política, possibilitam a criação de um horizonte coletivo de existência e de modos de vida, por meio das práticas expressas na experiência social dos sujeitos. Materializam-se no processo contraditório de ações e vivências de enfrentamento e consentimento, de sobrevivência e resistência, de subalternidade e conflito.

Construídas em interlocução com as histórias e realidades de vidas múltiplas e distintas, são, ao mesmo tempo, singulares e coletivas, universais e particulares, concebidas e experimentadas por meio de inúmeros repertórios e trajetórias. Nesse sentido, a pesquisa – especialmente, a pesquisa de campo – exige que sujeitos e sua experiência social sejam considerados na sua integralidade. Para Yara Khoury, as narrativas orais devem ser pensadas em sua própria historicidade, como expressões de relações sociais.

Escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações em fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente. (Khoury, 2001, p. 81)

O objeto/sujeito da pesquisa não é uma abstração, um problema de pesquisa, um conceito. São pessoas com vivências, com experiências que se fazem histórica e culturalmente. Mais do que o crivo da verdade, a análise da pesquisa de campo deve se atentar para o fato de que:

cada pessoa, valendo-se dos elementos da sua cultura, socialmente criados e compartilhados, conta não apenas o que faz, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez [...]. Cada narrador dá uma interpretação da realidade e situa nela ele mesmo e aos outros, e é nesse sentido que as fontes orais são importantes e significativas. (Khoury, 2001, p. 81)

Ao mesmo tempo, a centralidade da abordagem qualitativa na pesquisa não descarta a complementaridade de fontes e da abordagem quantitativa, pois estas podem ser também necessárias para compreender e interpretar a totalidade social na sua integralidade.

A sua incorporação não resulta, necessariamente, numa perspectiva mecanicista, positivista e incompleta da realidade social. Mas, ao mesmo tempo, é preciso considerar que os dados quantitativos expressam escolhas conceituais, processos de elaboração, usos e retóricas sociais que são inerentes ao seu processo de construção (Desrosières, 2008).

Dados quantitativos e estatísticas não são neutros, não são reflexo da realidade, nem representam uma fotografia do real. São aproximações que nascem no campo da observação, construindo uma tradução analítica da realidade, que é sempre, necessariamente, incompleta (porque o real é muito mais complexo do que aquilo que está retratado no indicador) e provisória (porque se o real está em movimento, uma medida convencionalmente consolidada num momento histórico, não será capaz de permanecer de forma estática ao longo do tempo) (Besson, 1995).

Para Desrosières (2001), associar as estatísticas à ideia fiel de retrato ou a uma fotografia da realidade representa um “atalho enganoso”, contaminado pelo realismo metrológico das ciências naturais. O fato é que, diferentemente dos eventos da natureza, as questões sociais demandam traduzir previamente o que será medido posteriormente. O uso desproporcional do termo *mensurar*, nas ciências sociais e na avaliação das políticas públicas, tem induzido a erros, deixando na sombra as convenções e os conteúdos da quantificação. Essa substituição revela uma espécie de ruptura entre o momento da produção do dado e as fases posteriores de difusão

e apropriação social. A partir daí, esquecem-se os conceitos que fundamentam a quantificação, o dado passa a tornar-se a “realidade”, e o uso do termo *medir* vem mecanicamente associado.

Para recuperar a dimensão das convenções sociais inerentes ao processo de quantificação, insiste na distinção entre o ato de mensurar e o de quantificar. Mensurar, inspirado na epistemologia das ciências naturais, implica que alguma coisa existe sobre uma forma plausível de ser medida a partir da metrologia realista (como a altura de uma criança, a distância entre duas cidades etc.). Já quantificar, no seu sentido mais amplo, significa expressar e dar existência, sob uma forma numérica, àquilo que antes estava expresso no real, mas não ainda pelos números. Dessa forma, quantificar significa primeiro estabelecer uma convenção explicitando o que é o real, que permitirá posteriormente a sua mensuração. Essa construção do dado não pode desconsiderar o estudo dos seus usos sociais e as retóricas de interpretação da realidade.

Processo que é social e político, pois, conforme afirma Telles, a construção dos indicadores sociais, longe de ser uma questão amparada apenas em critérios científicos, envolve necessariamente disputas, no campo prático e político da ação e da intervenção pública, para a definição dos valores, concepções e convenções que as fundam. Este campo de referências, que se tornam parâmetros para conhecer, descrever e avaliar a vida social e seus descompassos, é também o jogo de referências da crítica social pela qual se compreende e problematiza a realidade.

Sem o prisma ou a cifra pela qual o mundo social ganha zonas de relevância, pertinência, importância, o pensamento termina por se esvaziar de sua potência crítica para se ater à constatação de fatos, coisas, índices, informações que podem se acumular ao infinito sem chegar ao discernimento das linhas de força tramadas no tecido social. (Telles, 2004, p. 2)

Portanto, a abordagem quantitativa na pesquisa responde aos mesmos desafios postos para a abordagem qualitativa, no sentido de que

realizar uma pesquisa entendendo a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica a utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação. (Lima e Míoto, 2007, p. 40)

A pesquisa, portanto, é campo permanente de reflexão, é dimensão coletiva de produção de conhecimento que promove os processos reflexivos necessários ao

trabalho profissional, gerando as bases para a produção de novos conhecimentos, de avanços nos quadros conceituais, modelos analíticos e dispositivos metodológicos existentes.

Essa dimensão não nega os desafios relacionados às condições e circunstâncias da produção de conhecimento num contexto histórico e ideológico que, ao ser avesso ao pensamento crítico e às interpretações teóricas abrangentes da vida social, dispensa a pesquisa em profundidade.

No âmbito acadêmico, isso se expressa na pressão para que as universidades adêquem os seus currículos às necessidades do mercado, instrumentalizando a formação e contrapondo-se radicalmente a sua função histórica de formação de massa crítica e ao papel socialmente referenciado da nossa profissão. De outro lado, a aplicação da pesquisa no cotidiano profissional enfrenta a lógica pragmática e tecnicista demandada aos profissionais para o enfrentamento das necessidades sociais, que despreza a análise crítica e a pesquisa no exercício profissional.

Mas é justamente em função desse contexto que o exercício da pesquisa firma-se como princípio e condição para a construção de uma atuação crítica e coletiva nos nossos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Conforme nos lembra Marilena Chauí:

O sentido de nossas experiências, exige um trabalho para elevar uma experiência à sua compreensão ou inteligibilidade, acolhendo-a não como um dado ou fato já determinado, e sim como algo indeterminado, como um não saber que pede para ser determinado e pensado, isto é, compreendido, tornando-se verdadeiramente saber. Para que o trabalho do pensamento se realize é preciso que a experiência fale de si para poder voltar-se sobre si mesma e compreender-se [...]. É preciso esforçar-se para evitar essa tentação apaziguadora, pois quem já sabe, já viu e já disse não precisa pensar, ver, dizer e, portanto, também nada precisa fazer. A experiência é o que está, aqui e agora, pedindo para ser visto, falado, pensado e feito. (Chauí, 2018, p. 77)

REFERÊNCIAS

- BESSION, Jean-Louis (org.) (1995). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo, Ed. UNESP.
- BOSCHETTI, Ivanete (2017). Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, jan./abr., n. 128, p. 54-71.
- CHAUÍ, Marilena (2018). *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática*. Belo Horizonte, Autêntica.

- DESROSIERÈS, Alain (2001). Entre réalisme métrologique et conventions d'équivalence: les ambiguïtés de la sociologie quantitative. *Gênesis*, n. 43, jun., pp. 112-127.
- _____(2008). *L'Argument statistique II. Gouverner par les nombres*. Collection Sciences Sociales. Paris, Presses de l'école des mines.
- IANNI, Otávio. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- IASI, Mauro Luis (2019). Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 136, dez., pp. 417-438. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300417&lng=en&nrm=iso. Access on : 18 July 2020. Epub Sep 23, 2019.
- KHOURY, Yara (2001). Narrativas orais na investigação da história oral. *Revista Proj. História*, São Paulo, Editora PUC-SP, n. 22, jun., pp. 79-103.
- KOSIK, Karel (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, UFSC, v. 10, n. spe., pp.37-45. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Access on: 19 July 2020.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (org.) (1999). *O uso de abordagem qualitativa na pesquisa em Serviço Social*. 3 ed. São Paulo, Veras.
- NETTO, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular.
- PEREIRA, Potyara (2005). A utilidade da pesquisa para o Serviço Social. *Revista Serviço Social & Saúde*, Campinas, Unicamp, v. 4, n. 4, maio, pp.17-28.
- TELLES, Vera (2004). Igualdade: qual a medida? In: VERAS, Maura Pardini Bicudo (org.). *Hexápolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas*. São Paulo, Educ/Cortez.
- _____(2013). Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Revista Contemporânea*, São Carlos, SP, EdUfscar, v. 3, n. 2, jul.-dez., pp. 359-373.
- _____(2015). Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, UFC, v. 46, n. 1, jan.-jun., pp. 15-41.
- THIOLLENT, Michel (org.) (1981). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis.
- THOMPSON, Edward Palmer (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar.

- THOMPSON, Edward Palmer (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TONET, Ivo (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo, Instituto Lukács.
- YAZBEK, Maria Carmelita (2005). Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. *Revista Temporalis*, Recife, Ed. Universitária da UFPE, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social, ano 5, n. 9, jan./jun., pp. 147-159.

RE-EXISTIR PELA REMEMORAÇÃO DO VIVIDO: DIÁLOGO COM PEDRO PONTUAL E CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

Ana Maria de Campos¹

Sílvia Cristina Arantes de Souza²

Dirce Koga³

*Recriar
cada momento belo já vivido
e ir mais
atravessar fronteiras do amanhecer
e ao entardecer
olhar com calma
então
Alma, vai além de tudo
o que o nosso mundo ousa perceber
casa cheia de coragem, vida*

— Milton Nascimento e José Renato —

A centralidade da nossa vida flutua e se expande no cotidiano. Nele os nossos gestos miúdos, prosaicos e rotineiros são tramados e entrelaçados aos gestos ousados, imprevisíveis ou arrebatadores que, às vezes, praticamos. Nossa história é tecida nesse cotidiano, no transcurso de cada momento fugidio. Segundo a filósofa húngara Agnes Heller, nossas vidas estão imersas na cotidianidade:

-
1. Doutora em Educação pela Unicamp. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp, pós-doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.
 2. Doutoranda em Serviço Social na PUC-SP, professora da Faculdade de Serviço Social da UFRB.
 3. Professora e pesquisadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. Líder do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios da PUC-SP.

A vida cotidiana não está “*fora*” da história, mas no “*centro*” do acontecer histórico: é a verdadeira “*essência*” da substância social. [...] As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do *Eu*. O “*Eu*” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “*Eu*” nascem os afetos e as paixões. (Heller, s/d, p. 20; grifos da autora)

Ao nascermos, fomos lançados em um círculo de histórias que nos precederam e que também nos sucederão, sem que possamos vir a administrar o prosseguimento dessas histórias após a nossa partida. No interior desse círculo, no entanto, em constante movimento vivo, vamos nos fazendo e nos refazendo como pessoas. Fazemos história e também somos feitas por ela. “Gosto de ser gente porque a história *em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo*”, afirmou Paulo Freire (2003, p. 53). No encontro com o outro, vamos criando as possibilidades da existência individual e social.

Com Bakhtin aprendemos que,

Tudo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe, etc.), e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo. [...] Assim como o corpo se forma originalmente dentro do seio (do corpo) materno, a consciência do homem desperta envolta na consciência do outro. (Bakhtin, 1997, p. 378)

Nossa consciência despertando envolta pela consciência do outro carrega alguns dos traços desses que nos compõem, e, nesse contexto carregado de simbolismos, começamos a nos compreender como gente, a nos constituir como sujeitos, no interior desse mar de histórias, levando conosco o nome que nos foi atribuído e o universo cultural do qual tomamos parte. Ao mesmo tempo, fazemos escolhas, opções e interrogações, complexificando a trama da vida e da subjetividade sempre inacabada. A partir do ingresso no infinito mar de histórias e do encontro com o outro, vamos inventando as possibilidades de vida em sociedade.

Bakhtin (2010, p. 352) nos ensina que a vida é cronotópica, tempo e espaço são interconectados pelo “entrelaçamento do que é histórico, social e público com o que é particular e até mesmo puramente privado”. O encontro com o outro, em um tempo/espaço específico nos marca: “*Os lugares onde se realizam os acontecimentos das crises, das quedas, das ressurreições, dos renascimentos, das clarividências, das decisões que determinam toda uma vida*” (Bakhtin, 2010, p. 354).

Durante nossa jornada, entramos em contato com muitas pessoas e comunidades. Algumas dessas pessoas marcaram indelevelmente as nossas vidas, a ponto de buscarmos manter a proximidade com elas, seja por meio da leitura de seus escritos, publicados em livros ou periódicos, ou ainda pela escuta de suas histórias, compartilhadas em encontros pessoais ou virtuais, encharcados de afeto e generosidade. Como sujeitos, fazemos a opção de atentarmos para o que essas pessoas nos ensinam, nos provocam e nos incentivam a criar.

É precisamente sobre um encontro vivido com amorosidade que tratamos neste trabalho, pois lembrar é uma maneira de (re)existir, recriando cada momento belo já vivido, como ensinou o poeta. Um círculo de diálogos com o educador Carlos Rodrigues Brandão e com o educador Pedro Pontual, ocorrido em 28 de abril 2020, a partir das 14h, realizado no formato de videoconferência, via Skype, marcou nossa vida com a renovação da alegria e com a esperança, do verbo esperar, criado por Paulo Freire. A princípio, esse encontro deveria ser realizado em um dos auditórios da PUC-SP, *campus* Monte Alegre, mas, em virtude do isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19, tivemos que substituir o encontro presencial pelo virtual.

Evocando saberes e conhecimentos contra hegemônicos, através do diálogo com esses dois educadores, parceiros de Paulo Freire e de muitos outros, fundamentais na criação de uma pedagogia libertária, denominada Educação Popular, convidamos você, querido leitor, querida leitora, a viajar conosco para muito além do que *o nosso mundo ousa perceber*.

Ouvindo Brandão e Pedro, vamos criando possibilidades de reinvenção do social, desde a partilha da vida, dos saberes, dos afetos. Com coragem vamos recriando a educação e o mundo ao nosso redor, através do diálogo com os nossos mestres, pois, neste momento de trágico regresso civilizatório em nosso país, radicalizado a partir de um golpe de Estado em 2016, decidimos ser sentinelas, guardiãs e propagadoras de uma prática social libertadora, fundada na epistemologia da Educação Popular. Como cantou o poeta, “revejo nessa hora tudo o que ocorreu, memória não morrerá [...] longe, longe, ouço essa voz, que o tempo não levará” (Nascimento e Brant, 1980).

EXPERIÊNCIA QUE LAMPEJA...

Palavra quando acesa

Não queima em vão

— Fernando Fillizola / José Chagas —

Apresentamos a seguir, em formato de narrativas livres, os depoimentos dos dois educadores, pois nos ajudam a *escovar a história a contrapelo* (Benjamin, 1985), contribuindo, assim, com a construção de cenários mais solidários e humanizados, em contraponto ao espectro de horror lamentavelmente explícito hoje em nosso país.

As narrativas foram elaboradas tendo como fonte principal o diálogo realizado no dia 28 de abril de 2020, e, a partir da gravação, foi feita a transcrição e a posterior textualização, conforme orientação do historiador José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) em seu *Manual de História Oral*. Após o primeiro tratamento da entrevista, os dois educadores leram-na e fizeram os acréscimos considerados necessários. Assim, as narrativas aqui partilhadas são fruto de um trabalho colaborativo entre nós. Não são transcrições literais, mas transliterações, com a participação e autorização de sua divulgação por parte dos autores.

Consideramos pertinente compartilhar experiências que possam nos inspirar ao trabalho de recriação do mundo. Sabemos que as palavras são instituintes. Através delas narramos nossas histórias, mas também partilhamos memórias de um futuro que já está em gestação, pois semeamos nossas canções ao vento (Guedes e Bastos, 1979). Nossas palavras hospedam sonhos que estão brotando por aí, nos corações de nossos alunos e alunas, como também dos sujeitos que utilizam os serviços públicos, locais onde atuamos. O filósofo berlinense Walter Benjamin afirmou que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 1985, p. 201).

Brandão e Pedro, como bons narradores, partilham experiências singulares, de promoção da vida e da liberdade. “*A narrativa é uma forma artesanal de comunicação*” (Benjamin, 1985, p. 205). É lapidada a cada vez que se narra. O vivido é reconstruído no plano teórico do narrador e dos seus ouvintes. A compreensão emergente da narrativa é autoral, pois é construída a partir de onde pisam os pés e das lentes teóricas dos sujeitos. Podemos aprender a recriar experiências tateando e tenteando, como dizem os gaúchos. Experiências podem lampejar como sonhos incandescentes...:

*Sonhos sempre incandescentes
Recomeçam desde instantes
Que os julgamos mais ausentes
Ah! Recomeçar, recomeçar
Como as canções e epidemias
Ah! Recomeçar como as colheitas
Como a lua e a covardia (Aldir Blanc e João Bosco)*

O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR...

Que nossos mestres nos ajudem a seguir, com a chama acesa da paixão, a plantar solidariedade e inventar liberdade, especialmente onde há tentativa de controle e de subalternização.

Iniciamos nossos diálogos perguntando a Brandão e Pedro sobre quem *estão sendo* (Freire, 2000, p. 79) e como foram se constituindo ao longo da vida, pois aprendemos que a formação humana se dá em todo e qualquer contexto social (Mészáros, 2005), por esse motivo, não nos interessamos apenas pela formação acadêmica. Solicitamos que nos contassem sobre seus percursos de vida desde a formação familiar, também sobre as experiências vividas na seara da educação no Brasil e América Latina, e como foram escolhendo ser os educadores que estão sendo hoje. Iniciamos com a narrativa de Pedro e a seguir a de Brandão.

Pedro Pontual

Em primeiro lugar queria agradecer muito o convite de vocês. Realmente fico muito feliz de poder estar com pessoas com quem já tenho vínculos históricos. Com Brandão, desde muitos anos, nossas trilhas se cruzaram em muitos momentos, vocês vão ver agora nessas nossas biografias. E com vários de vocês, também na história recente. Com a Dirce Koga nem tão recente, já vínculos bem anteriores, vou citar na minha biografia quando começou... E o meu vínculo com o programa de Serviço Social da PUC, já de bastante tempo. Acho que é muito bacana estar aqui.

Pensando um pouco na biografia e naquilo que vocês falaram: na constituição da percepção como Educador Popular. Eu diria que a primeira experiência, que foi bastante determinante para mim, foi a experiência de formação como estudante de escola pública. Eu fui estudante de escola pública. No que hoje se chama ensino fundamental e no ensino médio. Na verdade, na segunda parte do fundamental,

no ginásio, e no ensino médio. Uma das experiências mais revolucionárias da escola pública do Estado de São Paulo. Eu estudei lá de 1965 a 1969. Foram os Colégios Vocacionais. Estudei no Colégio Vocacional Oswaldo Aranha, aqui em São Paulo. Eram seis colégios, seis unidades no estado de São Paulo, coordenados por uma grande educadora, pouco citada nas nossas discussões de educação, mas que teve grande importância naquele período, que foi a professora Maria Nilde Mascellani, que coordenava essa experiência dos Colégios Vocacionais.

Nessa experiência eu pude vivenciar o que era uma escola com capacidade de formação de uma visão crítica da realidade social, o que Paulo Freire chama de “desveladora da realidade social” e uma educação, portanto, capaz de, a partir dessa análise crítica da realidade social, contribuir para uma transformação da realidade social. Uma educação problematizadora. Era uma escola de período integral naquele período. Nós trabalhávamos estudo do meio, projetos... Eu recomendo para quem quiser conhecer mais essa experiência, tem um belíssimo documentário, produzido pelo Toni Venturi, chamado “Vocacional: uma aventura humana”, está no Youtube. E nessa escola eu pude vivenciar a tensão entre uma experiência que se desenvolvia com esse alcance, num contexto de ditadura militar. E que, portanto, nesse contexto foi fortemente reprimida. Eu cheguei um dia à escola e a vi cercada por tropas do exército. Os professores sendo presos, pais e alunos sendo presos, sem poder entrar na escola e tendo que sair para, enfim, ver que tipo de solidariedade se podia fazer com aquela situação. E isso, longe de me desencantar, ao contrário, acabou me promovendo um gosto e um encanto pelo campo da educação. Um compromisso pelo campo da educação, muito importante. Eu queria também colocar uma particularidade que é importante: é que na proposta de ensino médio dos Colégios Vocacionais a gente já tinha uma iniciação: essa relação entre educação e trabalho. E, portanto, a gente fazia opção por uma área, digamos assim, de início, de iniciação ao mundo do trabalho. E a minha opção foi para o que se chamava o subconjunto de Serviço Social. Então vocês vejam que a minha vinculação com o Serviço Social já vem desde o ensino médio. Bem, essa é a primeira experiência que para mim foi extremamente significativa.

Terminando o Vocacional, eu acabo ingressando, fiz a opção, muito determinada, de prestar o vestibular para a faculdade de Psicologia da PUC, porque ali a gente tinha na área de Psicologia Educacional a própria professora Maria Nilde Mascellani, mas tinha também na área de Psicologia Social um núcleo de professores fortemente comprometidos com a Psicologia Sócio-Histórica. E acabei ingressando na Psicologia da PUC. Foi ali que eu fiz, digamos assim, a opção claramente de trabalhar com educação, com as classes populares.

Lá eu fiz a opção de trabalhar junto, efetivamente, com as classes populares. Meu trabalho de estágio se inicia num núcleo de favela da periferia de São Paulo, na Zona Sul, no bairro do Rio Bonito, e ali, como grande parte dos Educadores Populares, minha primeira experiência foi justamente com uma classe de alfabetização de adultos. E junto com a educadora que tinha trabalhado com Dom Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix. Tinha saído fugida da repressão que tinha ocorrido em São Félix do Araguaia, a Eli. Toda noite desenvolvíamos alfabetização de adultos, com o método Paulo Freire, lá na favela do Rio Bonito. E um trabalho também de organização da comunidade a partir das necessidades, dos problemas que aquela comunidade enfrentava, quando começo a trabalhar com aquilo que eram as Pastorais Sociais. Estas foram a grande sementeira de muitas práticas de Educação Popular naquele período. A Pastoral de Direitos Humanos, a Pastoral Operária, da região sul da cidade de São Paulo.

Naquele período, de 1977 e 1978, já estava saindo praticamente da faculdade e começo a participar de um movimento social, que foi extremamente importante naquele período na cidade de São Paulo, que foi o “Movimento Contra a Carestia”. O movimento do custo de vida. Essa participação para mim foi extremamente importante, no sentido da descoberta do potencial educativo, da dimensão educativa de um movimento social. Toda experiência que já vinha das Comunidades Eclesiais de Base, dos Clubes de Mães, das lutas por água, por creche, que desaguararam e se articularam neste movimento contra a carestia. Foi quando consegui perceber o potencial educativo de um movimento social, coisa muito bem sistematizada depois pelo Eder Sader, num livro que é clássico para aqueles que estudam os movimentos sociais naquele período, chamado *Quando novos personagens entraram em cena* (Sader, 1988). Este livro justamente se refere ao fato de que uma das matrizes desses novos personagens, constitutivas desses novos personagens que entram em cena naquele momento, foi a Educação Popular.

Nesse período eu também atuei junto com a professora Maria Nilde no escritório que ela mantinha, de trabalhos de consultoria em educação, chamado Renov, mas que, na verdade, era também um espaço de resistência, de direitos humanos. Por ali passaram muitas figuras importantes que, quando vinham a São Paulo, ali faziam reuniões. Reuniões com pessoas para falar da situação, em um período crítico da ditadura militar, para discutir solidariedade. Por ali passaram Dom Pedro Casaldáliga, quando começa minha vinculação, que segue até hoje, com as pessoas que trabalharam, naquele período, na Prelazia de São Félix do Araguaia,

Dom Tomás Balduino, Dom José Maria Pires, da Paraíba, e com todo o pessoal da linha da Teologia da Libertação, que seguiu sempre muito ao lado, e muito cruzando com a Educação Popular.

Na sequência aparece o convite, entre 1975 e 1977, da Madre Cristina. Madre Cristina, da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho, também uma pessoa importantíssima, vinculada à área de Psicologia. Foi uma figura histórica, promoveu uma reflexão mais progressista do campo da Psicologia, mas principalmente uma grande defensora dos direitos humanos. E ela criou o Instituto Sedes Sapientiae, existe até hoje em Perdizes, e nos convida para criar dentro do Instituto, que era já conhecido, muito por sua área de Psicologia, um Centro de Educação Popular, que também existe até hoje, que ficou conhecido como Cepis: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. Fico no Cepis de 1975 até 1987, doze (12) anos, um espaço muito importante para minha formação como Educador Popular.

Eu destaco que muitos Centros de Educação Popular, assim como o Cepis, foram espaços de muita importância naquele período, de promoção das práticas de Educação Popular. O Cedi – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, onde estava o Brandão; a Fase; o Nova. Enfim, tantas entidades conhecidas genericamente por Centros de Educação Popular. Ainda não tinha o nome de ONG(s), naquele período eram Centros de Educação Popular ou Centros de Informação Popular, Comunicação Popular, que tiveram um papel muito importante na promoção dos trabalhos de Educação Popular. Quem quiser conhecer um pouco mais da história do Cepis, tem um livro publicado, chamado *Semeadores da utopia* (Lopes, 2013), que conta um pouco a história do Cepis.

No Cepis, nós constituímos uma equipe e foi um espaço muito importante para mim, um espaço multidisciplinar. Nós tínhamos psicólogos, pedagogos, sociólogos, teólogos, médicos, arquitetos, mas o que dava unidade a essa equipe era que todos se compreendiam como Educadores Populares e todos atuavam como Educadores Populares. Ali nós tínhamos Frei Beto, Paulo Vanucchi, Paulo Maldos e diversos outros companheiros e companheiras. Estou falando de figuras que são mais públicas, talvez mais conhecidas de vocês. O Cepis trabalhou sempre na formação de lideranças de organizações populares, na área urbana, na área rural, em todo o Brasil. Ali eu tive oportunidade de publicar os meus primeiros textos de Educação Popular, através dos Cadernos do Cepis. Foi através do Cepis que eu tive a oportunidade de encontrar com Paulo Freire pessoalmente, quando ele volta do exílio, ele faz uma visita ao Instituto Sedes Sapientiae, como parte da

postura do Paulo Freire, quando voltou ao Brasil, de querer escutar. Foi uma visita muito interessante, a gente com muita expectativa de ouvi-lo e ele quis muito mais escutar-nos. Foi uma noite muito bonita de troca de experiências.

Neste período do Cepis li pela primeira vez um livro do Brandão, não assinado por ele, o livro *Educação Popular e Conscientização*, publicado com o nome de Júlio Barreiro. Depois ele pode contar melhor a história, porque saiu com o nome de Júlio Barreiro, teólogo uruguaio, em função do contexto de ditadura militar no Brasil.

É através também do Cepis que descubro a importância da dimensão latino-americana da Educação Popular. Em 1979 a gente tem a Revolução Popular Sandinista, que foi um marco bastante importante, porque foi uma revolução popular, com forte conteúdo, uma forte narrativa do discurso da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Fernando Cardenal assume o Ministério da Educação na Nicarágua, com grande compromisso com a Educação Popular. A Nicarágua faz uma importante cruzada nacional de alfabetização. Muitos de nós, Educadores Populares, fomos à Nicarágua contribuir naquele processo. O Ceaal, Conselho de Educação de Adultos da América Latina, foi criado em 1982, no contexto da Revolução Popular Sandinista e nas ideias da Educação Libertadora de Paulo Freire. O Ceaal, a partir de 2012, passou a ser denominado Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe. Em 1981 viajo à Nicarágua e Cuba para conhecer as experiências daqueles países e passo a ter uma relação com uma importante rede de Centros de Educação Popular chamada Rede Alforja, situada principalmente na América Central.

Com o Ceaal, que tem, assim como a Rede Alforja, figuras mais conhecidas de vocês, como Oscar Jara, Raúl Leis e Carlos Nuñez. Naquele período iniciamos uma discussão sobre a chamada Concepção Metodológica Dialética da Educação Popular. A gente começa a discutir muito aquela dimensão da relação entre teoria e prática na Educação Popular. É um momento também em que, junto com o Frei Betto, na esteira da discussão que ele começa a fazer com Fidel sobre o tema da religião e da Teologia da Libertação, somos chamados a iniciar um processo de debate sobre Educação Popular e o pensamento de Paulo Freire em Cuba. Até então, ele não era suficientemente conhecido em Cuba e nem a Educação Popular. No início dos anos 1980 somos convidados pela Casa das Américas, ligada ao Ministério da Cultura de Cuba, a desenvolver o primeiro Encontro Latino-Americano de Educação Popular em Cuba. É a partir desses encontros que se inicia um processo

de apropriação dessa dinâmica da Educação Popular, do pensamento de Paulo Freire em Cuba, hoje profundamente enraizado por toda a ilha. Se fazem muitos encontros sobre Paulo Freire, sobre Educação Popular, em Cuba.

Em 1987 surge um novo *locus* das minhas experiências, extremamente importante. Me desligo do Cepis em função da criação do Instituto Cajamar e do convite que recebi para assumir a Coordenação Pedagógica do Instituto. É 1987, é o contexto da Assembleia Nacional Constituinte, da elaboração da nova Constituição. Começa-se a discutir que aqueles movimentos sociais que atuaram sempre no campo da resistência, das reivindicações, precisavam fortemente dar um salto, no sentido de debater propostas para o país, para as políticas públicas. É nesse momento que se cria o Instituto Cajamar, como um espaço de formação de liderança, de dirigentes, tanto do movimento sindical e do movimento popular, quanto do movimento político partidário. É muito interessante porque o Cajamar foi criado a partir dos dirigentes dos movimentos sociais, que convidam intelectuais orgânicos para fazerem parte do Instituto Cajamar. Nesse processo Paulo Freire é convidado para ser o Presidente do Instituto. Ali eu tenho a minha primeira experiência de trabalho mais próxima com Paulo Freire. Eu era Coordenador Pedagógico e Paulo Freire Presidente do Instituto. E a gente teve ali debates muito importantes sobre a questão da produção do conhecimento em Educação Popular. Foi um momento em que a gente acabou debatendo ali com outras concepções, dentro do marxismo e de outras concepções de teoria do conhecimento. Foi um momento de debate bastante interessante sobre essa articulação entre teoria e prática. Tivemos debates acalorados lá no Instituto e bastante fecundos sobre isso.

É lá no Instituto Cajamar que eu também conheço pessoalmente a Dirce Koga. A Dirce estava participando de um encontro como Educadora Popular da Visão Mundial, que era também uma organização não governamental. E a gente se encontrou, começou a conversar e rolou uma identidade grande que permanece até hoje, alimentada por muitos trabalhos que fizemos em conjunto.

Foi no Instituto Cajamar, nessa relação muito próxima com Paulo Freire, que em 1988, quando se desenhava a possibilidade de se conquistar prefeituras pelo PT, que começo a discutir com Paulo o que seriam ações ou possibilidades de criar projetos de alfabetização em parceria com movimentos sociais. Quando ganhamos a Prefeitura de São Paulo, Paulo Freire é convidado para ser secretário municipal de Educação da cidade de São Paulo e me convida para fazer parte da sua equipe, para conceber e coordenar o projeto que ficou conhecido como o Mova São Paulo: o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Aquela foi uma experiência para mim fundamental: pensar um projeto de alfabetização na dimensão e na escala

de política pública. Até aquele momento eu havia trabalhado Educação Popular sempre no âmbito de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais. E, de repente, o desafio de pensar um projeto na dimensão e em uma escala de uma política pública, na dimensão e complexidade da cidade de São Paulo. Foi um desafio bastante grande, eu lembro que a gente procurou várias pessoas, inclusive o próprio Brandão para buscar ideias e contribuições que pudessem nos ajudar na formulação do projeto do Mova.

O Mova foi uma experiência muito importante. Foi tão importante que acabou virando um paradigma para muitas outras experiências de Mova, criadas em muitos outros municípios. Isso não quer dizer que essas experiências foram copiadas do Mova São Paulo. Ao contrário, felizmente essas experiências foram para outros municípios, como reinvenções melhoradas a partir da nossa experiência. A gente teve depois o Mova do Rio Grande do Sul, que foi uma experiência belíssima, ampliando a nossa experiência. Teve o Mova de Diadema, enfim, teve o Mova Brasil. Uma coisa muito interessante dessa experiência do Mova São Paulo é o seguinte: o Mova, na cidade de São Paulo, existe até hoje. Isso é uma coisa para a gente analisar. No ano passado fui convidado a dar uma palestra no Anhembi, de comemoração dos 30 anos do Mova e nesta gestão! [PSDB]. Com os movimentos sociais e com o apoio desta gestão atual da Secretaria de Educação de São Paulo, o Mova continua existindo como política. Foi uma tarde inteira de discussão inspirada no pensamento de Paulo Freire. Então é uma experiência para a gente analisar. O Mova São Paulo sofreu várias discontinuidades nestes 30 anos, mas soube resistir através dos movimentos sociais que o criaram e de Projeto de Lei aprovado na Câmara Municipal de São Paulo, que o instituiu como política pública.

A partir dessa experiência do Mova, faço a minha dissertação de mestrado (Pontual, 1996), na PUC, orientado pelo professor Sérgio Haddad, justamente estudando quais são os aprendizados que os movimentos sociais e o poder público fizeram na construção de uma relação de parceria no projeto do Mova.

Além da minha participação na Secretaria Municipal de Educação, atuei também no Projeto Integrado de Educação Popular, junto ao gabinete da prefeita Luiza Erundina. Esse projeto visava fazer de todas as ações da prefeitura, ações de Educação Popular. Ou seja, como as ações das diversas secretarias poderiam ser pensadas e planejadas como ações de Educação Popular. E é ali que foram desenvolvidas várias experiências muito interessantes.

Depois da experiência na Prefeitura de São Paulo destaco minha inserção na Prefeitura de Santo André, que foi para mim uma experiência muito significativa. Permaneci na Prefeitura de Santo André de 1997 a 2002, na gestão do saudoso

prefeito Celso Daniel. E eu digo o saudoso porque para mim ele foi uma figura muito significativa. Infelizmente, a maneira como se deu a morte dele e todo o escândalo que se fez em torno dela, muitas vezes esconde a figura de grande intelectual e de grande gestor público que foi Celso Daniel.

Nesse momento que se fazia uma discussão sobre a importância dos governos locais, aparece com grande força a experiência dos Orçamentos Participativos e dos Conselhos de Participação Popular como política pública. Na prefeitura de Santo André me coube, justamente, coordenar o Orçamento Participativo e toda a área de Participação Popular, que para mim foi uma experiência muito importante como Educador Popular. Descobri no Orçamento Participativo uma dimensão educativa extremamente importante. Como política pública, sua metodologia proporcionava um processo educativo entre todos os participantes, extremamente importante. Na minha tese de doutorado (Pontual, 2000), que é justamente sobre os aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado nas experiências de Orçamento Participativo, diversos dos participantes se referem ao Orçamento Participativo como uma escola de cidadania. E realmente ele foi, para mim, uma experiência muito importante na minha formação como educador.

Uma experiência muito marcante também para mim foram as discussões com Celso Daniel, sobre a questão da hegemonia, da luta pela hegemonia. Faço questão de lembrar uma delas: quando ele se reeleger em 2000, com sessenta e quatro por cento (64%) dos votos, em uma reunião de secretariado um colega do secretariado, fazendo uma primeira análise de conjuntura, entusiasmado, diz: “Olha, agora com esse sessenta e quatro por cento (64%) nós temos hegemonia plena na cidade”. O Celso interrompe imediatamente e diz: “Alto lá, sessenta e quatro por cento (64%) dos votos é muito diferente de ter hegemonia na cidade”. E aí faz uma longa discussão, de quase uma hora, sobre o conceito de hegemonia, para dizer que nós não tínhamos hegemonia na cidade. O fato de ter sessenta e quatro por cento dos votos não significava que nós tivéssemos hegemonia na cidade. Ao contrário, ele tinha muita preocupação de que a nossa concepção de sociedade, nossa concepção de projeto de governo não estava ainda compreendida nos corações e mentes das pessoas. E é naquele momento em que ele encomenda para a missão de articular com o conjunto das secretarias de governo um projeto de Educação Popular, em que todas as secretarias do governo incluíssem nas suas ações, ações de Educação Popular, para que a gente pudesse trabalhar com mais intensidade a disputa de hegemonia na cidade.

Saindo de Santo André em 2002, volto para a sociedade civil e ingresso no Instituto Polis, uma ONG que se dedicava à discussão de políticas públicas e que

criou naquele momento uma Escola de Cidadania. Nessa Escola de Cidadania coordenava, junto com a Maria do Carmo Albuquerque, a formação de lideranças de vários movimentos sociais e de Educadores Populares para incidir sobre as políticas públicas, particularmente na cidade de São Paulo.

Ao mesmo tempo, em 2000 assumo a presidência da rede do Ceaal, do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe, de 2000 a 2008. É nesse momento em que mergulho de cabeça na discussão de Educação Popular na América Latina; viajo muito por toda América Latina e aprofundo meus conhecimentos sobre a riqueza e a diversidade das experiências de Educação Popular no nosso continente e me apaixono por elas. Crio uma verdadeira paixão por essa Educação Popular na América Latina e descubro a importância do Brasil se conectar mais com estas experiências e que o Brasil estivesse mais articulado com essas experiências latino-americanas. Tanto Brandão como eu seguimos até hoje nesse esforço de buscar esta maior conexão entre as experiências brasileiras e as experiências de outros países dessa nossa pátria grande latino-americana.

Por fim, em 2011 aceitei o convite para trabalhar na Secretaria-Geral da Presidência da República, gestão da Dilma Rousseff, com Gilberto Carvalho, assumindo a Diretoria de Participação Social, para coordenar a elaboração de uma Política Nacional de Participação Social a partir dos Conselhos, Conferências, Ouvidorias, e demais canais de participação social e diálogos com a Sociedade Civil no âmbito do Governo Federal. Esse foi um desafio enorme. Ali também colado ao Departamento de Educação Popular, coordenado pelo Selvino Heck, que coordenava uma rede de Educadores Populares, criada pelo Frei Betto, na sua passagem também pelo governo, gestão do Lula, chamada Rede de Educação Cidadã – Recid. Com a Recid, procuramos desenvolver um trabalho no sentido de fazer da Educação Popular uma dimensão da participação social.

Esse tempo na Secretaria-Geral da Presidência da República sem dúvida, foi uma experiência muito intensa, particularmente a experiência das Conferências Nacionais. Todo esse processo de participação das Conferências Nacionais que começava lá no município com aqueles delegados representantes dos municípios de todo o Brasil, chegando a Brasília com propostas, com desejos de participar, de interferir nas políticas públicas, foi emocionante e para mim também extremamente marcante.

Hoje, olhando pelo retrovisor, avalio ser uma pena os nossos governos, tanto Lula quanto Dilma, não terem tratado com a devida intensidade e importância o investimento necessário para a participação social e a Educação Popular como método de governo, priorizado e incentivado em todas as instâncias de gestão.

Acho que uma certa crença de que as políticas públicas bem-feitas feitas provocariam por si só a mudança na consciência das pessoas se mostrou absolutamente não verdadeira. Nós estamos vendo as consequências disso. Ou seja, se apostou pouco...

Acho que essa autocrítica é necessária de ser feita. Agora, voltamos à resistência. Voltamos à resistência, ao trabalho de base, que nunca deveria ter sido abandonado, num novo contexto extremamente grave e delicado, em que diversas crises se visibilizam e se aprofundam no contexto da pandemia. Novos atores sociais estão presentes, num contexto onde o pensamento conservador e setores conservadores que o representam se explicitam de forma muito mais visível neste momento, através da manipulação de informações, da destruição dos direitos e do ataque às instituições democráticas.

É hora de nos reinventarmos e buscar construir novos caminhos e praticar o que Paulo Freire denominou de ESPERANÇAR!

Carlos Rodrigues Brandão

Devo iniciar a minha contribuição estabelecendo uma diferença entre um ser histórico e um pré-histórico. Para vocês terem uma ideia da diferença entre o histórico e o pré-histórico, o Pedro estava na escola pública entre 1965 e 1969. Pois bem: em 1965 eu estava completando meu curso de Psicologia, na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1966 me casei com Maria Alice, com quem estou casado até hoje.

Em 1969, quando o Pedro estava saindo da escola, eu já era professor em Goiás e tinha fugido para o Rio de Janeiro, por conta da perseguição política na ditadura militar. Lá eu fiquei escondido durante um ano, justamente o ano de 1969.

Em 1960 eu era um jovem estudante, ia concluir o Curso Clássico no Rio de Janeiro e não conhecia absolutamente nada de política, e me dedicava imensamente, fora os meus estudos, à escalada de montanha, imaginem vocês! Mal sabia eu que no ano seguinte, quando ingressei na vida universitária, começaria a participar do movimento estudantil.

Quando fiz concurso de livre-docência em Antropologia do Simbolismo, eu tinha que apresentar um Memorial. E fiz um Memorial completamente fora dos eixos. Ao invés de ser um memorial estilo *Currículo vitae*, contando a minha vida confessável de professor, de pesquisador, de antropólogo e de educador, eu dividi o meu documento em duas partes. Então tinha um “Memorial” e tinha um “Minha

Memória”. No Memorial eu contava a minha vida acadêmica regular. No “Minha Memória” eu contava a minha vida real. Por exemplo: aluno vagabundo que eu fui expulso de colégio, entre os últimos da sala.

Em 1966 ingressei, menino ainda, na vida militar, com desejo de ser piloto da Aeronáutica. Fui para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, de onde saí através de um acidente. Quebrei a coluna mergulhando em um rio e tive que sair. Jovem estudante e muito pouco recomendável. Eu tenho até um artigo, pedagógico, que eu recomendo, chamado “A turma de trás, uma antropologia da bagunça na escola”. Foi publicado no livro *Sala de aula: que espaço é esse?* (Brandão, 1988), organizado por Regis de Moraes. Deve estar lá pela vigésima quinta edição, não por causa do meu artigo, de que eu gosto muito, mas não recomendo.

Então eu tenho essa trajetória. Meu começo de vida é diferente do de Pedro. Eu sou menino do Rio de Janeiro. Nasci em Copacabana, numa família de classe média. Meu pai é paulista, de Mogi das Cruzes, e minha mãe gaúcha. Vivi uma vida de menino de classe média, numa família católica conservadora, durante praticamente toda a minha infância e boa parte da juventude.

Depois mudei para a Gávea, então a minha vida durante muito tempo era: praia, as meninas, namoradas e, mais tarde, as trilhas das matas da Gávea e do Estado do Rio de Janeiro, entre Itatiaia, Petrópolis e Teresópolis, e mais as montanhas. E tudo começou a mudar justamente quando eu saí da Aeronáutica através de um acidente, que quase me mata. Eu passei muito tempo engessado, com uma luxação de coluna. Mas foi um acidente feliz, porque ele me tirou da vida militar.

Então, em 1957, através de um acidente, eu saí da Aeronáutica e me torno uma pessoa completamente oposta a quem eu fui. Passo a ser um estudante criterioso, volto para o mesmo colégio Andrews, onde aliás o Rubem Alves estudou também, como um inesperado excelente aluno. E, como eu disse a vocês, politicamente mais do que um alienado. Uma pessoa para quem escalar o “Dedo de Deus” era muito mais importante do que saber o que estava se passando com a política nacional. E eu sofro uma nova mudança de vida. E essa, sim, vai me aproximar de vocês.

Justamente em 1961, em março de 61, ingresso no curso de Psicologia da PUC do Rio de Janeiro. Naquele tempo acho que havia quatro cursos de Psicologia no Brasil, eu ingresso em um deles. E ainda no mês de março sou “nucleado”, como nós chamávamos naquele tempo, e ingresso na Juventude Universitária Católica. O Pedro lembrou o nome do Frei Betto, de Leonardo Boff, de Betinho. Pois eu sou dessa geração. Alguns um pouquinho mais velhos, como o Leonardo, alguns da minha exata geração.

Então ingresso na JUC, e me transformo no que nós começávamos a chamar naquele tempo um “engajado”. Começo a trabalhar em política estudantil em tempos em que a JUC está fazendo a chamada “virada para o social”. Um pouquinho mais à frente, inclusive, a JUC vai estabelecer uma “frente única” com o ‘Pecebão’, o Partido Comunista, o que veio a ser uma questão muito candente na época da ditadura militar.

Então, eis que eu saio de uma família paulista-gaúcha, extremamente conservadora, de direita mesmo, me torno a “ovelha negra da família”. E sou visto então como “o comunista da família”.

Vivo intensamente política estudantil, envolvida com a reforma universitária, e logo no final de 1963 sou convidado para ingressar no movimento que vai marcar a minha vida. O Mova marcou a do Pedro Pontual, muitos anos depois. E em 1963 ingresso no MEB – Movimento de Educação de Base, onde inclusive conheci a Maria Alice, com quem vim a me casar.

Até hoje, por tudo o que eu conheço do Brasil, da América Latina e do Mundo, não conheço um movimento mais polissêmico, mais criativo, mais inovador do que o MEB. Um dos poucos movimentos, no mundo inteiro, que logrou ter uma cartilha escrita toda ela como “literatura de cordel”. O MEB trabalhava com escolas radiofônicas no Brasil subdesenvolvido: Minas Gerais, o Nordeste, uma pontinha da Amazônia e o Centro-Oeste. E nós estávamos imprimindo, dois meses antes do golpe militar, uma cartilha chamada “Viver é lutar”. Me lembro, inclusive, da primeira lição: “O povo vive. O povo luta. O povo vive e luta”. Pois essa cartilha foi apreendida pela polícia do Rio de Janeiro, naquele tempo, o Estado da Guanabara. Foi “presa” e levada para uma delegacia. Vocês conhecem alguma história de uma cartilha presa e levada para delegacia? Pois foi o que aconteceu conosco.

O começo da minha vida de Educador Popular é, num sentido mais amplo da palavra, desde 1961, já na JUC, quando nem sequer usávamos esse nome: Educação Popular.

Atenção para isso, porque é muito importante. O que nos unia, então, o que nos congregava, entre estudantes, professores, profissionais recém-saídos da universidade, era a CULTURA POPULAR. Se vocês procurarem em todos os livros do Paulo Freire não vão encontrar as palavras “Educação Popular”. Vão encontrar várias “educações”: “conscientizadora”, “problematizadora”, “como prática da liberdade”. E também as sucessivas pedagogias: em *Pedagogia do Oprimido*, da Esperança, da Autonomia, da Indignação.

O que nos unia no começo dos anos sessenta era a CULTURA POPULAR. Era o Teatro do Oprimido, do Augusto Boal, eram os movimentos e as experiências que envolviam o pessoal da área da Saúde, da área de Engenharia e do Serviço Social. O Serviço Social, eu quase ingressei como estudante. Fiquei na dúvida entre Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, acabei optando pela Psicologia.

O Serviço Social, eu não vou lembrar bem as datas, vocês vão lembrar melhor do que eu, mas justamente nessa época e através de pessoas, professores e estudantes do Serviço Social, que eram também militantes de Cultura Popular, e estavam vivendo o que eu acompanhei de perto, inclusive em reuniões no Rio de Janeiro, o que se chamou a “Reconceituação (ou algo assim) do Serviço Social”. E algo assim ocorreu na área da Saúde, aconteceu na área do Direito, aconteceu muito nas Ciências Sociais, aconteceu na Pedagogia e aconteceu no Serviço Social.

Tanto assim que, em boa parte, algumas pessoas que me influenciaram, nos meus trabalhos de Cultura Popular, enquanto ainda estudante, e logo depois enquanto profissional, vinham do Serviço Social. Eu estou lembrando de duas pessoas: a Safira Ammann, que inclusive escreveu um livro importantíssimo, que é uma crítica feroz ao “desenvolvimento de comunidade” (Ammann, 1980), e a Aldair Brasil.

A Aldair era coordenadora do Setor de Animação Popular do MEB, e foi nesse setor que eu ingressei e trabalhei. E é então no MEB que ingresso em toda a problemática da Educação Popular. Nós chamávamos de “Educação de Base” o que praticávamos e tudo estava envolvido, entrelaçado, com a Cultura Popular: Teatro Popular, Música e Poesia de protesto, Cinema Novo, a Reconceituação do Serviço Social, Releitura Marxista da América Latina. E tudo isto na sequência do que ocorria em meio popular: as ligas camponesas, os sindicatos rurais, depois os operários, as origens de movimentos indígenas, de negros, depois, de quilombolas. O embrião do PT e do MST. E tudo o mais que surge e floresce entre os anos 60 e 80, em plena ditadura militar.

Toda uma série de frentes e de movimentos que mais tarde vão dar origem a tudo o que criamos coletiva, insurgente e solidariamente, porque tudo “isso” surgiu durante períodos de ditadura em vários países da América Latina. E anos mais tarde irá surgir entre nós na América Latina a investigação-ação participativa. E eu vou editar, inclusive, os dois primeiros livros, que são coletâneas: *Pesquisa Participante* (Brandão, 1981) e *Repensando a Pesquisa Participante* (Brandão, 1984).⁴

4. Há um número inteiro da Revista *Em Aberto*, do INEP, publicado em 1984, dedicado exclusivamente ao tema da pesquisa participativa, contando inclusive com uma resenha do livro *Repensando a Pesquisa*

Convivi com Orlando Fals Borda, a quem eu conheci antes de conhecer Paulo Freire, que somente vim a conhecer, e de quem me tornei amigo e companheiro, quando ele voltando do exílio foi para a Unicamp.

Ainda outro dia estava revendo uma fotografia. Estamos na porta de entrada do Cedes – Centro de Estudos de Educação e Sociedade: o Moacir Gadotti, o Maurício Tragtenberg, o Paulo Freire e eu. Fomos, então, os quatro fundadores do Cedes.

Em 1966 estive no México, estudando com Maria Alice, minha esposa, em pleno tempo da ditadura, no Crefal, um Centro de Formação de Educadores da Unesco, focado em educação de adultos, em desenvolvimento de comunidade. Volto ao Brasil no final de 1966, trabalho durante um tempo no Incra, naquele tempo chamado Ibra: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Ali Maria Alice e eu sofremos perseguições. Ora, em julho de 1967, consigo um Jeep emprestado no Ibra, pois o nosso trabalho ficava a 40 km de Brasília, no meio do Cerrado. E então vou à Faculdade de Educação da UnB, onde eu não conhecia ninguém. Me apresento à diretora, Lady Lina Trauld. Batemos um papo longo e eu saí de lá contratado como professor da UnB, e comecei a trabalhar como professor de Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A partir daí, de uma maneira semelhante a Pedro Pontual, que eu vou conhecer um pouco mais tarde, como a Paulo Freire e a outras e outros companheiros, Marcos Arruda, Betinho, Frei Betto. E, entre os de minha geração, alguns vão enveredar pela vida religiosa-e-militante, e outros, uma vida entre militante-e-profissional. E eu vivo uma vida-de-mão-dupla, que nos caracteriza a muitos, até hoje. Uma vida do *Currículo vitae* e a vida do *correr da vida*.

Uma vida de professor. Pois desde agosto de 1967 sou um professor, e desde 1972 um antropólogo. Para vocês terem uma ideia, entre um mês apenas – um breve curso de um mês – e vinte e alguns anos, trabalhei em 13 universidades. Então, eu sou professor, irei fazer uma “carreira de professor”, entre mestrado, doutorado e livre-docência e tudo mais. Mestre e doutorei mais de 70 pessoas, em umas seis universidades. E o meu foco de trabalho principal, depois da Universidade Federal de Goiás, foi a Unicamp, para onde vim em 1976, e durante esse tempo todo, eu vivo exatamente essa “vida dupla”, uma vida oficial e regular como professor e uma vida essencial, de militância em Educação Popular.

Participante, lançado em 1984. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Pesquisa+participativa/212ab679-f909-4761-83d8-a95beabdbcdf?version=1.3>. Acesso em: 8 jun. 2020.

Em 1969, quando o Pedro Pontual está se formando no colégio, eu estou fugindo de Goiânia para o Rio de Janeiro, na verdade, no final de 1968. E me escondo lá, na própria cidade onde nasci.

Em 1968, em Goiás, eu participava ativamente de mobilizações estudantis, inclusive com passeatas nas ruas. E a minha casa era “aparelho” da Ação Popular, da AP. Eu cheguei a traduzir do espanhol para português textos de Mao Tsé Tung, imagem vocês. E, às escondidas, mimeografava na Faculdade de Filosofia de então, para o pessoal da AP levar para fazer trabalho de guerrilha no norte de Goiás.

E assim eu me vinculei, por caminhos próximos aos do Pedro Pontual, a trabalhos de igreja, no tempo em que a Igreja Católica, desde algumas áreas de igreja, eram chamadas então de “Igreja do Evangelho”, “Igreja da Caminhada” entre Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga e outros prelados. Trabalhei com Dom Tomás por mais de 30 anos. E estive também duas vezes lá em São Félix do Araguaia, fora em outras Dioceses e Prelazias, sobretudo no Centro-Oeste.

Meu mundo era o Centro-Oeste do Brasil. E justamente em 1969 eu venho fugido, com uma licença forçada do reitor, que disse: “Eu não tenho segurança nenhuma sobre você, o meu irmão, o Elter Maciel e Padre Pereira”. Estávamos “com a cabeça a prêmio”, como ele falou.

E vindo para o Rio de Janeiro eu me reapresento à PUC, e me matriculo no último ano de meu curso de Psicologia, que deixara interrompido pelo golpe militar. E então sou incorporado no *Cedi, Centro Ecumênico de Documentação e Informação*. Este era um nome, mais ou menos de fachada, para ocultar um movimento ecumênico que agregou militantes protestantes e católicos de resistência à ditadura, através de diferentes iniciativas ao redor da Educação Popular.

Foi quando, através do Cedi, eu fui convocado a um trabalho político destinado a difundir pela América Espanhola as ideias de Educação Popular de Paulo Freire. *Pedagogia do Oprimido* estava sendo publicado em 1969. E difundir a prática do Método Paulo Freire. É então quando eu viajo muito. Começo pela Argentina, Equador, Peru. Foram vários países, e eu recebia falsos convites para dar cursos de “Psicopedagogia Pastoral”. E me encontrava com pequenos grupos, às vezes, pequeninos mesmo. Eu lembro nos Andes, com cinco pessoas e eu com uma lousa, desdobrando palavras geradoras e ensinando em espanhol o método Paulo Freire. Daí saiu um livro, que em espanhol se chamou *Educación popular y proceso de conscientización*. E então o Oscar Jara descobriu que foi a primeira vez em que as palavras EDUCAÇÃO POPULAR apareceram por escrito, como título de um livro ou de um artigo a esse respeito, na América Latina. Este livro teve mais de 15 edições e é lido e comentado até hoje.

E vivi então essa vida professoral, pesquisadora e militante, ao longo de todos esses anos. Eu diria que até hoje, e para vocês terem uma ideia, eu devia, agora, no começo de maio, estar primeiro em Alfenas, com um grupo de estudantes, na universidade de lá, e depois em Foz do Iguaçu; depois em Zamora, no México, num encontro de Educação Popular, depois em Ushuaia, na Argentina, lá no fim do mundo, em um outro encontro de Educadores Populares.

Continuo orientando estudantes de Antropologia, que nada tem a ver com Educação Popular. Para vocês terem uma ideia, das últimas cinco pessoas que estou “doutorando”, três trabalham com índios; com populações indígenas. E continuo escrevendo sempre sobre educação, com foco sobre a Educação Popular. Tenho inclusive alguns livros novos e estou preparando uns inventários para gratuita e solidariamente partilhar com quem queira. Se vocês tiverem interesse eu posso logo que esteja pronto, enviar.

Vivemos agora tempos entre a pandemia virótica e um pandemônio político. Eu acho que, talvez, mais do que nunca – e o Pedro já adiantou algumas coisas – o importante é a gente pensar: e o “nós”? E o que nós podemos fazer? E o que, política e pedagogicamente, nós podemos fazer agora? Hoje? Nos reunindo, nos congregando, e quem sabe? Amanhã nas ruas, nas praças, tentando recriar o que nós gritávamos pelas ruas, nos nossos Fóruns Sociais Mundiais: “Um outro mundo é possível”!

Eu estava acabando de escrever uma mensagem para um querido amigo, mais velho que eu, o Luiz Alberto Gomes de Souza, que militou lá nos tempos da JUC. Entre tantos anos de idade. E ele postou um desabafo do filho dele, o Fernando. E eu escrevi uma mensagem, como resposta, e lembrava uma passagem do Jean Paul-Sartre em que ele diz: “Uma coisa é o que fizeram de nós, e outra coisa é o que nós fazemos do que fizeram de nós”. E eu sou muito apegado a esta segunda parte. Eu acho que, mais do que nunca, nós devemos estar atentos, solidariamente interconectados e prontos para o que der e vier. A sequência completa de Sartre é: “*O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real destas estruturas numa práxis totalizadora*”.

Eu não estou tão preocupado com o que estão fazendo de nós. É terrível! São coisas que remontam a algo pior do que a ditadura militar; porque é uma ditadura que se disfarça, que se camufla. Um governo absolutamente idiotizado é o que vivemos agora. Pelo menos em 1964 eles eram um pouco mais inteligentes.

Maldosa, militar e capitalisticamente astutos e inteligentes. E para pensar o que vivemos hoje, eu sempre gosto de lembrar que em nossa experiência latino-americana não foi nos tempos de plena democracia, mas foi entre tempos de ditadura no Brasil, no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, que nós mais criamos! Que nós mais fizemos e mais nos insurgimos e enfrentamos. Que nós mais inventamos e reinventamos insurgências e os projetos emancipadores que por toda a parte brotaram entre os anos de fogo e agora.

E grande parte do que vem depois desembocar nos tempos mais felizes, entre as experiências, de PT no Rio Grande do Sul, e em plano nacional, e também em alguns estados, quase tudo foi o desaguadouro do que foi pré-criado ainda nos tempos da ditadura.

Não esquecer que é justamente nesses anos, 1960, 1970, 1980, inclusive em boa medida com Paulo no exílio, que “explode” todo um trabalho nosso focado no que veio a ser a Educação Popular. Paulo está em Genebra e está trabalhando com a África. Está escrevendo para africanos sobre a África: Guiné Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe. As ex-colônias recém-libertadas de Portugal.

E somos nós, uma geração então de jovens Educadores Populares, as e os que estamos tocando para frente as experiências latino-americanas da Educação Popular. Eu tenho uma fotografia muito querida, que aliás está na portada, justamente num desses conjuntos de textos meus sobre Educação Popular. Nela nós estamos na Nicarágua, em Manágua. Nós estamos ali, e nessa fotografia está Paulo Freire, abraçando umas pessoas. E nela está todo um grupo de pessoas em pé, e um outro grupo sentado, como se fosse um time de futebol. Eu sou um dos sentados. Então lá o Paulo, já de barba quase branca, é o ano de 1983. E somos uma rapaziada, uma moçada! Uma gente de vinte e poucos anos, estudantes, recém-profissionais, entre Paulo Freire e pessoas jovens como Félix Cadena, Tom de Wit, Vera Gianotten, Silvia Smelkes, Maria Tereza Sirvent, Oscar Jara, Carlos Calvo, Sergio Rodrigues, Marcela Gajardo, e tantas e tantos, fora pessoas mais “antigas”, como Osmar Fávero. Foi quando nós, de Sul a Norte na América Latina, criamos e recriamos experiências de Educação Popular. Criamos o chão de Educação Popular a partir de *Pedagogia do Oprimido*: a partir das experiências pioneiras de Paulo e também dos movimentos populares de antes e de durante a ditadura.



Fonte: Carlos Rodrigues Brandão.

Imagem 1 – Encontro de Educação Popular – Manágua (1983)

E essa é uma primeira vez em que latino-americanamente nós realizamos um dos sonhos do Paulo Freire. O Paulo vivia dizendo o seguinte: “Gente, chega de nortear as nossas vidas. É preciso começar a *sulear*”. Ele usava muito essa expressão, ou seja, “pensar o mundo desde o Sul do mundo”. Como agora com as “epistemologias do Sul”, do Boaventura de Sousa Santos. Pensar o mundo e fazer a crítica do Ocidente, do Capitalismo, desde o Sul. Desde a periferia. “Desde abajo y de la periferia”, como dizem os colombianos. Desde nós.

E nós fizemos isso. Enquanto Paulo estava lá no Norte, em Genebra, na Suíça, ou então, na África, mais ao sul, nós estávamos, toda uma geração de pessoas de igreja, de Igrejas do Evangelho, de movimentos populares, de sindicatos rurais, de movimentos estudantis, de frentes de artistas, de grupos de teatro, criando ou recriando a Educação Popular, o Teatro do Oprimido, a Música de Protesto, o Cinema Novo, a Reconceituação do Serviço Social, de toda uma nova pedagogia; o envolvimento de grupos e coletivos desde a saúde e a medicina, as releituras marxistas desde a América Latina, a investigação-ação participativa, a Teologia da Libertação, a política da libertação, e não sei se vocês conhecem, mas a Psicologia da Libertação, criada pelo Martin Baró e o grupo dele na América Central.

Então, lembro isto como a memória de um aprendizado de todo um longo e fecundo tempo, que começa com uma equipe pioneira de Paulo Freire, trabalhando no *SER: Serviço de Extensão Comunitária*, da então Universidade do Recife, em 1960. Um tempo posterior à Revolução Cubana e que viu nascer a Revolução Sandinista na Nicarágua e, anos mais tarde, o Movimento Zapatista no México e o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil. Vocês encontram, inclusive, os primeiros escritos dessa equipe pioneira, no célebre livro que o Osmar Fávero organizou: *Memória dos anos 60 – Educação popular e Cultura Popular*, ou “*Cultura Popular e Educação Popular*” (Fávero, 1983). É um livro muito importante, é uma compilação, e tem, inclusive, os primeiros escritos da equipe de Paulo Freire e mais o MEB e outros movimentos de entre os anos de 1960 e 1970.

Uma outra coisa importante a respeito da Educação Popular e que é bastante pouco lembrada é que ela possui vários momentos de origem e acolhe vários sentidos. Para vocês terem uma ideia, eu encontrei naquele que considero o mais belo e completo livro sobre a educação, o *Paidéia – a formação do homem grego*, uma referência em que com todas as palavras ele atribuía a ninguém menos do que Platão o haver sido um primeiro educador popular. E coloca isto com todas as letras. Seu autor é Werner Jaeger. Marco Raul Mejía, educador popular colombiano está acabando de publicar um livro, que tem até um prefácio meu, sobre Simon Rodriguez, que foi professor do Simon Bolívar. Um homem que ele considera e é considerado na Colômbia como um precursor da Educação Popular.

Mas consideramos Educação Popular alguma coisa que, em seus termos mais radicais e fecundos, tem o seu momento-chave justamente nos anos sessenta (1960), com os trabalhos de Paulo, a partir do *Pedagogia do Oprimido*. E depois, através de toda a mobilização desaguada dos movimentos de Cultura Popular, primeiro no Brasil e depois explodindo pela América do Sul, entre os mais diversos sucessores.

Mas qual é a origem da Educação Popular?

E alguns perguntam até: ela é ideologicamente de origem comunista? Tem a ver com Partido Comunista? A sua origem é cristã? Talvez seja mais cristã do que comunista? Eu penso assim: a Educação Popular não está situada em nenhum lugar político ou ideológico único. Ela não se originou, por exemplo, como a educação das escolas anarquistas no Brasil desde uma origem partidária ou de movimento sociopolítico exclusivo. Vejam a bibliografia usada por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* e compreendam a sua fecunda liberdade e polissemia. Como nós dizemos em antropologia, a Educação Popular está situada em um *entre-lugares*, em um *território de fronteiras*. E surge entre nós desde pessoas, cristãs, primeiro, católicos,

depois, ecumênicas, militantes. Lembro que em janeiro de 1962, no Chile, foi realizado o *Primeiro Congresso Latino-Americano de Padres pelo Socialismo*, “curas del tercer mundo”. São essas algumas histórias esquecidas que precisamos lembrar. Mil novecentos e sessenta e dois! Lembremo-nos de que em janeiro de 1962, também no Recife, realizou-se o 1.º Encontro Nacional de Movimento de Cultura Popular.

Se vocês pensarem num triângulo, vocês têm num vértice coletivos de cristãos, católicos, depois ecumênicos, de esquerda, envolvidos e pioneiros. Na outra ponta, militantes socialistas, comunistas, e não só os vinculados ao PCB. Pessoas e coletivos trotskistas, companheiros maoístas (inclusive alguns padres). Lembro que eu mesmo traduzi Mao Tsé Tung, a pedido de alguns companheiros da Ação Popular.

E na outra ponta, ou no terceiro vértice, nós não podemos esquecer também toda uma convergência não só de pessoas da América Latina, mas de gente que vinha da Europa para trabalhar conosco. E pessoa e coletivos de pessoas que não eram nem cristãos militantes e nem marxistas ou comunistas. Aqueles que chamo de humanistas laicos.

O próprio Paulo Freire. Quem era Paulo Freire? Ele nunca se identificou como marxista, nem em escritos e nem em ações. Inclusive, em alguns depoimentos dele, ele vai dizer o seguinte: “se marxista for aquele que luta em prol da igualdade social, da justiça, da liberdade em uma sociedade sem classes, irmanada, pode-se dizer que eu sou marxista”. Mas, logo a seguir, na famosa entrevista a Ira Shor, quando ele pergunta: “E você é cristão”? E ele diz, algo assim: “se cristão significa aquele que luta em prol da justiça, da igualdade dos direitos, de uma sociedade solidária, livre, sem oposição de classes, pode-se dizer que eu sou cristão”.

E penso que o mesmo acontecia com várias e vários de nós. E essa convergência envolve até hoje pessoas confessionalmente, religiosamente, filosoficamente, ideologicamente plurivalentes. Polivalentes. Habitantes de *entre-lugares*. Pessoas freirianamente envolvidas em frentes de lutas populares, dentro e fora dos cenários acadêmicos, sem uma assinatura confessional ou ideológica exclusiva. E, assim, pessoas predispostas a pensar o “inérito viável” de Paulo Freire, e pensar desde as “novas epistemologias” de Boaventura de Sousa Santos. Mas dispostas também a aprender com Ailton Krenak, com David Kopenawa e com Eliete Paraguassu, uma mulher negra e quilombola da Ilha da Maré, na Bahia.

Desde suas origens freirianas, a Educação Popular veio a ser bem mais um movimento do que uma instituição. Ela envolve uma outra polissemia, também fundamental. A gente fala de Educação Popular e de educadora ou educador popular. Isto porque nós reconhecemos aí o professor popular, como a professora do

“chão da escola” com um adicional de vocação de “professorar” desde uma vocação popular. No entanto, para além de “professor de carreira”, temos “educador popular”, que pode ser o poeta, pode ser o assistente social, um médico, um engenheiro, um advogado, um operário, um líder camponês, um militante quilombola, e assim por diante.

Então, a riqueza de ela atravessar décadas, quando tantas outras propostas de “educações” vindas da Europa e dos EUA chegaram e desapareceram, está em que vinda de uma mobilização de cultura popular, que lhe é antecedente, ela se afilia a uma área profissional, vocacional, permanecendo, no entanto, um território aberto. Um cenário de ações de todos e de ninguém.

E essa história, em grande medida, é a nossa trajetória. Neste apanhado de artigos sobre o Paulo e a Educação Popular, que eu posso mandar para vocês, eu coloquei de propósito, na frente, essa fotografia. Ali estamos nós quatro. E dois já se foram: Paulo Freire e Maurício Tragtenberg, e ficamos Moacir Gadotti e eu. E na última página justamente a foto de nós na Nicarágua.

O que me toca hoje, e me enche de esperança, é ver como é que 50 anos depois, 60 anos depois, movimentos, mobilizações, pessoas, grupos, articulações, coletivos, tanto em meio popular, como o MST e outros movimentos urbanos e rurais, como entre vocês, há toda gente congregada e consagrada a alguma variante de um trabalho popular, emancipador. Você vê quantos de minha idade e de onde eu venho, as pessoas que se foram, que já não estão mais aqui. E vê agora as pessoas que estão aqui. E que de alguma maneira, seguem em frente, como se fosse uma corrida de revezamento – eu gosto muito dessa imagem, tomando o bastão e seguindo em frente.

Algumas pessoas dos velhos tempos, às vezes, me dizem, e parecem que têm razão na sua angústia. Elas dizem: “Brandão, tudo bem! Mas veja, a gente não tem mais uma Madre Cristina, não tem mais uma Rose Maria Muraro, não tem mais uma Maria Tereza Sirvent, não tem mais um Paulo Freire, não tem mais um Augusto Boal, não tem mais um Rubem Alves, um Orlando Fals Borda, um Darcy Ribeiro”.

E eu digo: “Não temos mais! Mas temos as e os que temos. E essa gente é uma pluralidade muito maior e mais diversificada do que no “nosso tempo”! Não porque, de repente, não haja mais “pessoas proféticas”, para usar uma palavra que Paulo gostava muito. É porque eu acho que justamente agora tem muita gente. Uma gente individualmente “menos visível”, mas nem por isso menos presente e valorosa. Vejam bem o que eu procurei demonstrar aqui. Paulo Freire e a sua “equipe nordestina” criaram no comecinho de 1960 um verdadeiro “inédito

viável”. Mas, sem em nada desmerecer a presença de Paulo, foi por sobre as palavras e os feitos dele, quando ele estava distante, no exílio, entre a Suíça e a África, que nós, jovens, entre a arte e a pedagogia, entre o direito e a medicina, começamos a por toda a parte criar o que eu lembrava antes.

Eu acho que é justamente a diferença entre o “nosso tempo” e o “tempo de agora”: aquilo que era um pequeno coletivo, um punhado de gentes do povo e gentes como nós, entre a universidade e a escola, agora somos uma multidão. Por toda a parte onde tenho andado nos últimos anos, aqui e pela América Latina, uma diversificação, uma pluralidade de gentes por toda a parte, entre movimentos, associações, pequenos coletivos, com a mesma garra, levando a mesma bandeira.

Para vocês terem uma ideia, nos anos setenta (1970) os encontros latino-americanos de Educação Popular reuniam mais ou menos as mesmas 20 pessoas. A gente se cansava de se rever. Hoje em dia, por onde eu ando, aqui no Brasil, fora do Brasil, em cada lugar em que eu estou, estão centenas de outras pessoas, como Educadores e Educadoras Populares. Não temos mais um Paulo Freire. E digo mais: nem precisamos. Ele se foi e está presente. Somos o fruto da semente que ele lançou. Temos presente uma memória de Paulo, e temos agora uma pluralidade, das mais variadas tendências filosóficas, biológicas, de várias vocações e envolvimento, trabalhando com e através da Educação Popular.

E sou um antropólogo. Profissionalmente eu sou um antropólogo. Tenho mestrado, doutorado, tudo em antropologia. Academicamente trabalho com o mundo rural, e trabalhei muito com negros, com rituais, festas populares. E eu escrevo sobre educação por obrigação, por vocação, por dever político.

A minha paixão são estudos de antropologia. E agora, aos 80 anos, eu estou começando um trabalho de pesquisa documental (boa de se fazer em “tempos de quarentena”) em cima, imaginem vocês, de um tema muito estranho. Estou fazendo uma longa pesquisa sobre imaginários entre escaladores de alta montanha no Himalaia.

Sem perder momentos como este nosso agora, sobre temas mais populares e mais políticos, mais de consciência, eu estou também me dedicando à literatura, algo que eu sempre vivo. Mas também estou me preparando para fazer uma pesquisa e um trabalho novo, de retorno à educação. Algo que eu vou concluir lá pelos meus 90 anos, se eu chegar lá. Que seria uma busca das origens da educação. Quando é que a educação começou? Vocês já pensaram? Isso é coisa de antropólogo, não de educador. Quero mergulhar nas origens da humanidade e, nelas, na educação em seus ancestrais inícios.

Quando a gente pega o livro de filosofia da educação ou história da educação, ele começa na Grécia. Começa já nas grandes civilizações. E eu quero um mergulho bem mais a fundo. Estou trabalhando com paleontologia. Eu estou me perguntando: “e quando apareceram os primeiros hominídeos, há dois milhões e quinhentos mil anos, quando será que um primeiro homem começou a ensinar uma primeira criança? E como terá surgido a educação?” Bom, mas isso é tema para outro encontro.

Em nome do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, agradecemos aos dois amados educadores que generosamente nos presentearam com suas narrativas de experiência. Também a você, querida leitora, querido leitor, agradecemos a companhia nesta jornada, lembrando sempre, como uma homenagem ao maravilhoso poeta popular Aldir Blanc, companheiro nas artes de João Bosco, que *sonhos sempre incandescentes recomeçam desde instantes...*

Que os sonhos de um país mais justo, amoroso, solidário se façam presentes em nossas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra (1980). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Cortez.
- ÂNIMA (1982). Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento e José Renato. In: ÂNIMA. Intérprete: Milton Nascimento. São Paulo, Polygram, 1 disco vinil, lado A, faixa 3.
- BAKHTIN, Mikhail (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- _____(2010). *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6 ed. São Paulo, Hucitec.
- BENJAMIN, Walter (1985). O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. Magia e Técnica. Arte e Política. São Paulo, Brasiliense, p. 197-221.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) (1981). *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1984). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense.
- _____(1988). A turma de trás. In: MORAIS, Régis (org.). *Sala de aula: que espaço é esse?* 3 ed. Campinas, Papyrus, p. 105-122.
- CAÇA À RAPOSA (1974). Intérprete: Elis Regina. Compositores: Aldir Blanc e João Bosco. In: ELIS. São Paulo, Philips, 1 disco vinil, lado B, faixa 4.

- FÁVERO, Osmar (org.) (1983). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal.
- FREIRE, Paulo (2000). Ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos. In: FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. 5 ed. São Paulo, Cortez, p. 79-88.
- _____(2003). *Pedagogia da autonomia*. 27 ed. São Paulo, Paz e Terra.
- HELLER, Agnes (s/d). *O cotidiano e a história*. 4 ed. São Paulo, Paz e Terra.
- LOPES, Bárbara (2013). *Semeadores da utopia: a história do CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo, Expressão Popular.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (2005). *Manual de História Oral*. 5 ed. São Paulo, Loyola.
- MÉSZÁROS, István (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo, Boitempo.
- PALAVRA ACESA (1999). Intérprete: Grupo Quinteto Violado. Compositores: Fernando Filizola e José Chagas. In: 20 MÚSICAS DO SÉCULO XX. São Paulo, PolyGram, 1 CD, faixa 7.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho (1996). *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina: a experiência do MOVA-SP*. 1996. Dissertação de mestrado em Educação, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____(2000). *O processo educativo no Orçamento Participativo: aprendizado dos atores da Sociedade Civil e do Estado*. 2000. Tese de doutoramento em Educação, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SENTINELA (1980). Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento e Fernando Brant. In: SENTINELA. Intérprete: Milton Nascimento. São Paulo, Ariola, 1 disco vinil, lado B, faixa 1.
- SOL DE PRIMAVERA (1979). Intérprete: Beto Guedes. Compositores: Beto Guedes e Ronaldo Bastos. In: SOL DE PRIMAVERA. Intérprete: Beto Guedes. São Paulo, EMI/Odeon, 1 disco vinil, lado A, faixa 1.

DECIFRANDO O ACESSO A DIREITOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA

Raphael Marques¹

Rodrigo Diniz²

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura se inserir em um debate que vai muito além dos limites tangíveis de um artigo acadêmico. Trata-se de uma empreitada consciente de que a discussão não será aqui esgotada. Uma aventura, sem dúvidas. Mas o que seria da construção do conhecimento sem aventuras? Procuramos nele apresentar uma proposta incipiente de reflexão acerca das experiências de sujeitos no acesso a direitos nas cidades, colocando-as em relação com as diferentes realidades e dinâmicas socioterritoriais que se configuram no espaço urbano. Embasando-nos em linhas teóricas já traçadas, buscamos compreender, primeiramente, o entrelaçar dessas dinâmicas com o *direito achado na rua*, na chave de compreensão dos direitos como legítima organização social da liberdade dos sujeitos (Lyra Filho, 1980). Dessa maneira, podemos ultrapassar as barreiras do positivismo e nos ater à concretude do cotidiano de vivências das populações nas cidades, uma difícil incumbência quando as analisamos em sua contemporaneidade.

Em segundo lugar, buscamos compreender algumas pistas de como as tramas das relações contemporâneas do capital financeiro incidem sobre as produções dos espaços, enfatizando a cidade como lócus da mediação das relações de produção e

-
1. Advogado. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bolsista pelo CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios da PUC-SP.
 2. Assistente Social, mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS São Caetano.

reprodução da vida. Sublinham-se os processos de desigualdades inerentes à lógica de exploração e acumulação do capital, que no bojo das espacializações das cidades impõem aos territórios periféricos a negação a direitos. Ainda se lança a reflexão sobre a luta como um processo mediativo inerente às vivências das camadas da classe trabalhadora para criar e recriar estratégias cotidianas de sobrevivência, travando e requisitando seu reconhecimento como sujeito político.

É dessa forma que, em tempos de financeirização das relações econômicas e sociais, com repercussões contumazes no retrocesso das políticas sociais, podemos buscar caminhos para o deciframento de tais vivências na direção do reconhecimento enquanto experiências sociais, antes mesmo de serem enclausuradas sob determinados conceitos ou categorias de análise que ignoram a dimensão do vivido. Sendo assim, pensar o acesso a direitos a partir dessas experiências pressupõe uma desnaturalização do olhar sobre o que compreendemos como direitos, enquanto aquilo que já está dado, formalmente, na lei do Estado, ou em seus ideais dissociados da compreensão de nossa formação sócio-histórica e das vivências dos indivíduos. Em vez disso, nossa proposta é refletir e nos aproximarmos dos percursos travados por sujeitos em suas lutas, resistências e mediações de classe no dia a dia de seus territórios de vivência, na busca por justiça social, tal como a consideram.

O DIREITO ACHADO NA RUA E OS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA DAS CIDADES

As cidades, e, em especial, seus diferentes e desiguais territórios, são mais do que abstrações em si e configuram o espaço do vivido pelos sujeitos, no dia a dia de seus usos e deslocamentos, entre trabalho e moradia, da procura pelo lazer e pela cultura aos fins de semana, dos conflitos interpessoais diariamente surgidos, assim como das solidariedades e das participações comunitárias. São espaços onde construímos nossos afetos e nossos desprezos, onde atribuímos significados àquilo que nos cerca, sendo que esses mesmos significados se movimentam ao longo da história. Os territórios de vivência são, portanto, chão para uma variedade de relações sociais que nos remetem às práticas cotidianas que mais marcam nossas trajetórias de vida no espaço urbano. Se repetitivas, criadoras ou não, fato é que esse lugar é marcado pela familiaridade do cotidiano com os sujeitos que o praticam.

Contudo, se quisermos tratar da realidade cotidiana, sobretudo das cidades brasileiras, precisamos ter claro que elas são marcadas também por algumas características. Em geral, por profundas desigualdades e exclusões, em que pessoas, em sua

maioria, são privadas de vivência com dignidade, tais como narrado antes, ou seja, do trabalho digno, da moradia digna, de fontes de lazer e cultura, apenas para manter esses exemplos. É nesse contexto que a luta por acesso a direitos se insere nas vivências cotidianas dos sujeitos, afinal se trata também de sobrevivências. Nesse sentido, um aspecto fundamental para compreender essa questão nas cidades está no importante papel ativo da própria população na construção das bases de seus direitos, pois mesmo quando dispostos na legislação, diferem na sua efetividade em meio às profundas desigualdades intraurbanas.

O sociólogo Lúcio Kowarick, em seus estudos urbanos com enfoque sobre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), ressaltou a existência de uma lógica perversa e peculiar às cidades, chamada por ele de *espoliação urbana*. Esta, por sua vez, seria o conjunto de expropriações que se realizam pela inexistência ou precariedade de bens e serviços de consumo coletivo, assim como no acesso à terra e à moradia, socialmente necessários para a reprodução da classe trabalhadora (Kowarick, 1979). Não podemos negar que essa é uma realidade da urbanização de muitas cidades brasileiras, marcadas por ausências no seu desenvolvimento histórico. Como observa Kowarick, na RMSP, entre os anos 1960 e 1970, a periferação da moradia popular cresceu por meio da expansão da produção industrial para as margens da cidade, unindo, em zonas mais longínquas, o local de trabalho com a moradia precária, sem infraestrutura e sem a oferta de bens e serviços locais. Nesse período, a segregação social se acentuava com a predominância da lógica espoliativa do espaço urbano, vez que os espaços mais centrais (com melhores infraestruturas e serviços, alvos de maior volume de investimentos do Estado) ficavam reservados à especulação imobiliária e às camadas da população com maior poder aquisitivo.

Todavia, esse processo de produção do espaço urbano culminava também em *contradições urbanas* derivadas do próprio processo de espoliação, pois a inexistência ou precariedade de acesso à água, coletas de lixo, a falta de transporte adequado, segurança de suas habitações, entre outros, implicavam mobilizações de moradores, tensões e conflitos para que o Estado viesse a prover benfeitorias mínimas nessas regiões (Kowarick, 1979, p. 74). São contradições que impulsionariam lutas no âmbito da sociedade e do Estado no sentido de mitigar as desigualdades provocadas pelo desenvolvimento urbano espoliativo. Logo, se, por um lado, o Estado é precursor de políticas que vão ao encontro dos interesses da classe capitalista, atendendo, por exemplo, às exigências da especulação imobiliária e segregação social, por outro, ele também é pressionado a atender, mesmo que por vezes demagogicamente, demandas dos trabalhadores.

Vale destacar, ainda, que a população moradora desses territórios periféricos nesse processo é submetida, além de tudo, a uma condição de *subcidadania*. Suas moradias eram autoconstruídas e vendidas em lotes, muitas vezes, de maneira irregular e ilegal, trazendo uma constante insegurança jurídica para os que nelas habitam. Como ressalta Kowarick:

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega a benefícios básicos para a vida nas cidades. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania urbana. (Kowarick, 2008, p. 54)

De certo modo, essa insegurança habitacional própria da subcidadania também fez com que o Estado, no domínio do Poder Judiciário, passasse a receber demandas crescentes em torno de direitos sobre a propriedade urbana, tornando-o uma arena de conflitos coletivos nessa matéria. Mais uma possível dimensão das tais *contradições urbanas*. Pesquisas coordenadas por Joaquim Falcão sobre os movimentos de luta por moradia nas “invasões urbanas” do Recife no início dos anos 1980 destacavam também que, nas periferias dessa cidade, a condição de privação do direito à moradia, assim como a insegurança jurídica pela falta de regularização fundiária, desencadeava diversas disputas judiciais, sobretudo coletivas, sobre o direito à propriedade. Esses estudos demonstraram como eram tratados esses litígios coletivos no âmbito do judiciário, e revelaram uma negação e/ou incapacidade dessa instituição em tratar dos conflitos emergentes no espaço urbano, ou seja, de prover acesso a direitos, remetendo a população a meios informais, paralelos e mesmo ilegais de acesso (Falcão, 1984). Mais uma vez revelou-se a distância entre o direito formal-legal e a realidade concreta e desigual desses territórios em relação aos demais da cidade.

Se pensarmos, porém, no contemporâneo das cidades brasileiras e os processos que se desenrolaram dos anos 1980 até hoje, devemos levar em conta a existência de outras características para além das trazidas por esses estudos. Isso não quer dizer que as cidades ainda não sejam produzidas e reproduzidas pelo que foi descrito quando se observavam os anos 1970-1980, mas que existem outros traços que também marcam o tempo presente. Traços esses que podem ser encontrados na flexibilização do trabalho, na financeirização da economia e das políticas sociais, nos novos circuitos globais de circulação de capital, bens e serviços, nas cadeias de

subcontratação, na chamada *viração*, entre outros. São alguns dos novos elementos que podem ser apreendidos nas tramas das cidades contemporâneas. A socióloga Vera Telles esclarece que essas características são, inclusive, um ponto de inflexão para os estudos urbanos diante das transformações provocadas pelas reconfigurações mais recentes no capitalismo contemporâneo, nos forçando a construir novos parâmetros descritivos e para formulação da crítica (Telles, 2010, p. 72). Elas nos levam a um questionamento no sentido da insuficiência de certas perspectivas para compreender essa cidade fragmentada, em processos e conflitos surgidos a partir da emergência, da desordem, e não mais da lógica urbana organizada pelo Estado.

É nesse ínterim da desconstrução da imagem da cidade fordista, até então altamente permeada pela lógica dualista de trabalho e Estado, acumulação e segregação da pobreza, centro e periferia, assim como pelo paradigma da marginalidade, que notamos as clivagens que nos trazem o cenário urbano contemporâneo. É nítida a reviravolta operada nas cidades pela lógica de produção flexível, da financeirização da economia e do papel do trabalho informal, assim como das atividades que operam nas fronteiras do legal e do ilegal, que se intensificaram a partir dos anos 1980. Como acrescenta Vera Telles nesse último ponto: “Trata-se, sobretudo, de uma crescente e ampliada zona de indiferenciação entre o legal e o ilegal, lícito e o ilícito, entre o direito e o não direito, entre a norma e a exceção” (Telles, 2010, p. 156). É preciso levar em conta essas relações que transitam entre fronteiras incertas.

Hoje, o crescimento do mercado informal está diretamente conectado aos circuitos de um novo capitalismo mundializado, ocorrendo aqui mais uma dobra no espaço urbano, de modo que a reluzente e pujante economia global é colocada face a face com o mundo ordinário das reciprocidades populares, estendendo e complexificando mais ainda as relações entre riqueza e pobreza urbana e em relação ao acesso a direitos. Revela-se, assim, a maior incapacidade e o distanciamento do Estado para o bem-estar social e o bem comum do cidadão nas cidades, principalmente, nos territórios periféricos. O Estado, mesmo que antes já voltado para a segregação social na cidade e, residualmente, para o provimento de serviços e bens coletivos à classe trabalhadora, agora se volta ainda mais para políticas sociais financeirizadas (quando existentes) e para a gestão diferenciada das ilegalidades no espaço urbano.

No tocante às políticas sociais, quando não suprimidas, houve uma redução do seu conceito à política de combate à pobreza, sobretudo, de maneira financeirizada, o que provocou alterações profundas em seu modo de organização.

A prestação residual de serviços de garantia de direitos foi substituída pela monetarização de políticas sociais a partir da vinculação de sua realização por meio de benefícios. Dessa forma:

Tem-se aqui uma alteração da materialização das políticas sociais. Ela se torna ao mesmo tempo apoio ao beneficiário e investimento na circulação de mercadorias. A aplicação do benefício se dá no mercado e, pela incidência de impostos regressivos nas mercadorias (quem menos tem, paga mais), uma parte do benefício retorna ao Estado na forma de taxas. Uma das mãos estende e a outra recolhe. Portanto, a monetarização da política social tende a ser mais uma política econômica com efeito social pela ampliação das condições de consumo. O gerenciamento de políticas monetárias é similar ao da gerência financeira. A relação direta entre o agente institucional e o requerente se dá no momento de preencher cadastros e apresentar documentos. (Sposati, 2011, p. 111)

Nesse seguimento, a lógica cadastral das políticas sociais passou a ser o *modus operandi* em meio a esse véu ideológico neoliberal que se sobrepôs à ação do Estado. A partir dos anos 1980, isso provocou um maior distanciamento dessas mesmas políticas sociais da realidade cotidiana da vida das pessoas. O acompanhamento do desenvolvimento social das famílias na política de assistência social, por exemplo, já considerando o déficit estrutural de recursos humanos nessa política, acarretou uma descontinuidade na prestação da assistência direta às demandas mais próximas do indivíduo, vez que os profissionais destinados a esse acompanhamento são obrigados à mera avaliação documental do sujeito usuário da política, e não à integralidade de sua situação social, assim como sobre o desenrolar de sua trajetória em seu território. A monetarização das políticas sociais acabou por provocar o afastamento dessa dimensão das dinâmicas das relações sociais e reais demandas que estruturalmente mantêm desigualdades na vida social.

Nesse cenário de tempos desencontrados das cidades, da racionalidade ligada à produção do espaço contemporâneo global e fragmentado, que se conjuga com a anterior mas ainda atual produção da segregação e exclusão social, vai se hegemonizando a mercadorização da vida pelo capital. No entanto, sujeitos, movimentos sociais e coletivos continuam a marcar presença em suas experiências de luta por outra sociabilidade e por acesso a direitos nas cidades. As *contradições urbanas* a partir das práticas dos sujeitos não deixam de existir nesse cenário, não desaparecem, mas são também reconfiguradas. A luta por acesso a direitos travada pelos sujeitos em seus territórios de vivência se conforma na luta pelo próprio direito à cidade

(Lefebvre, 2001). Sendo assim, articulam-se no cotidiano de vivências de seus territórios, estabelecendo lógicas contrárias ao espaço e tempo que se hegemonomizam e que lhes procuram dominar a vida no seu tempo presente.



Foto: João Gold. Fonte: Thiago Gabriel (2020).

Imagem 1 – Resistência indígena Guarani Mbya na Ocupação YaryTy, em 2020, contra a construção de empreendimentos habitacionais contíguos à Terra Indígena do Jaraguá

Não podemos resumir, porém, esse cotidiano de lutas, resistências e mediações, somente a fatores macroestruturais. Eder Sader, em célebre obra sobre movimentos sociais nos anos 1970-1980 que se formaram na RMSP, destaca o lado da experiência da luta nos núcleos urbanos, explicando que:

Pois quando observamos os traços dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 70, nos damos conta de que eles dificilmente podem ser explicados pela exposição das “condições dadas”, decorrentes do sistema social: os padrões da acumulação capitalista, o desenvolvimento urbano (ou sua crise), a forma do Estado. Das condições do chamado “milagre brasileiro”, com suas fatias de superexploração para tantos e vantagens para outros, não se consegue deduzir nem as mudanças no comportamento sindical, nem as

motivações presentes nas comunidades de base, nem a emergência de donas de casa das periferias em mobilizações de bairro do modo como o fizeram nem, aliás, qualquer uma das tendências presentes na ação das classes sociais. (Sader, 1988, p. 38)

É nesse sentido que o *direito achado na rua* pode servir como uma chave de compreensão das experiências que provocam as *contradições urbanas*, como ocorreram nos anos 1980, mas que também continuam se realizando no tempo presente e cotidiano da população. A dimensão da experiência vivida pelos múltiplos sujeitos coletivos ao longo dos anos 1970 e 1980, período em que também foi pensada a noção de *direito achado na rua*, é importantíssima para ressaltar aos olhos dos estudiosos esses processos sociais que ocorreram e ocorrem nas cidades, embora não somente nelas. Isso envolve, portanto, as práticas de lutas, resistências e mediações de sujeitos no espaço urbano por acesso a direitos, no âmbito até mesmo de um desenvolvimento do “pluralismo jurídico”, que transita entre ordens legais formais e informais, dentro da experiência concreta de realização dos direitos. Essas experiências são suas próprias, “legítimas organizações de liberdade”, no sentido de que os sujeitos em suas práticas consideram a justiça social. Nessa chave de compreensão, fica evidente que não podemos levar em conta apenas as relações de produção, seus nexos de causa e consequência. Caso fosse assim, seria difícil observarmos as múltiplas e diferentes experiências surgidas e que continuam a surgir pelo acesso a direitos.

O *direito achado na rua*³, mais que um conceito, também foi e continua sendo uma linha de práticas e reflexões em torno do que compreendemos sobre o que é o Direito e o que são direitos.⁴ Essa chave de compreensão não toma como

3. A partir das noções desenvolvidas pela Nova Escola Jurídica Brasileira, iniciada por Roberto Lyra Filho ainda nos anos 1980, desenvolveu-se com a pretensão de desfazer uma posição paralitante do conhecimento jurídico, sendo ela a contraposição abstrata entre o positivismo e o jusnaturalismo idealista, como certa vez destacou Marilena Chauí (1982). Com certeza, uma das muitas concepções teóricas críticas acerca do Direito, mas que, através de suas sólidas bases sociológicas, mantém seus adeptos até hoje, que ampliam suas fronteiras, como é o caso de José Geraldo de Souza Júnior, que veio a sistematizar boa parte do que havia iniciado Lyra Filho, como podemos ver em muitas de suas produções (Souza Júnior, 1993; Souza Júnior; 2008; Souza Júnior, 2015).

4. Propomos nesse momento diferenciar o “Direito”, como muitas vezes trata a corrente do “*direito achado na rua*”, dos “direitos”, vez que podemos entrar em uma confusão entre a ciência jurídica em sentido estrito e os diversos direitos que se conformam no processo histórico de lutas emancipatórias, como propôs a corrente do “*direito achado na rua*”. Interessa-nos, assim, os direitos em seu sentido mais amplo, para podermos estabelecer um diálogo interdisciplinar.

base os direitos em seu sentido legal-institucional, como corriqueiramente lhes é atribuído, ou, então, como se fossem decorrentes de alguma ordem natural. Ao contrário, insere os direitos no seu processo histórico, “*um processo de libertação constante*”, pois, neste, “*o aspecto jurídico representa a articulação dos princípios básicos da Justiça Social atualizada, segundo padrões de reorganização da liberdade que se desenvolvem nas lutas sociais do homem*” (Lyra Filho, 1982, p. 53). Na prática, os direitos são frutos das relações sociais concretas da vida que têm como norte a própria emancipação da pessoa humana. Possuem avanços, retrocessos, mas nunca estão imóveis, como na lei formal ou na ordem natural.

Como bem explica Lyra Filho:

Justiça é Justiça Social, antes de tudo: é atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação duma sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem; e o Direito não é mais, nem menos, do que a expressão daqueles princípios supremos, enquanto modelo avançado de legítima organização social da liberdade. (Lyra Filho, 1982, p. 56)

Daí a ideia de *direito achado na rua*, pois “*a rua aqui, entendida enquanto metáfora do espaço público, o local, por excelência, de onde emergem as lutas sociais e o Direito.*” (Sousa Júnior, 2015, p. 82). Por isso, esse pensamento crítico tem como um de seus objetivos⁵ reconhecer o potencial emancipatório de práticas coletivas que tenham perspectivas fundamentalmente humanistas, de liberdade, que estejam no mesmo escopo daquilo que poderia ser legitimamente reconhecido enquanto “direitos humanos”. É claro que a definição desse último é controversa, acarreta tensões culturais, compartilha uma falsa universalidade, e está longe de ter uma concepção unificada, com contornos bem definidos. Mas se ele não preenche o “todo” de um conceito, também não é o “nada”. Boaventura de Souza Santos

5. Enunciando os objetivos dessa linha teórica, José Geraldo de Souza Júnior diz que ela se dispõe principalmente a: “1. Determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos, a partir mesmo de sua constituição extralegal, como por exemplo, os direitos humanos; 2. Definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito; 3. Enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa em que sejam superadas as condições de espoliação e de opressão entre as pessoas e na qual o direito possa realizar-se como um projeto de legítima organização social da liberdade.” (Souza Júnior, 1993, p. 10).

demonstrou isso, por exemplo, ao propor uma concepção multicultural dos direitos humanos, a partir do que chama de hermenêutica diatópica (Santos, 1997). Sem dúvida, um desafio da construção social do conhecimento.

A própria ideia do *pluralismo jurídico*, desenvolvida pelo mesmo Boaventura de Souza Santos em sua tese de doutorado⁶, está associada à compreensão do que pode se configurar com o *direito achado na rua*. Em sua pesquisa de campo na favela do Jacarezinho, Santos inaugurou um intenso debate⁷ a respeito dos diferentes níveis jurídicos que se sobrepõem na realidade social, sendo uma porta que se abriu para as diversas fraturas entre a ordem estatal e as paralelas noções acerca dos sistemas de justiça. Em linhas gerais, Santos procurou em seu trabalho de campo demonstrar como a Associação de Moradores do Jacarezinho intervinha e era solicitada nos diversos conflitos sociais que aconteciam em sua comunidade, prevenindo e resolvendo litígios, muitos deles tradicionalmente tratados nas instâncias judiciais, outros, negados e desconsiderados por elas (Santos, 2015). Dessa maneira, a justiça do Estado, representada pelo Poder Judiciário, apresentava-se distante da realidade daqueles moradores que encontravam nas suas próprias formas de organização o acesso à justiça.

A noção de *pluralismo jurídico* trazida pelo jurista português se cruza com o *direito achado na rua*, como explica Souza Júnior, ao dizer que:

Santos, de fato, designa as porosidades de diferentes ordens jurídicas, contrapondo-se à visão de unidade de ordenamentos, que obrigam a constantes transições e transgressões referidas a práticas sociais emancipatórias, nas quais as transgressões concretas são sempre produto de uma negociação e de um juízo político. (Souza Júnior, 2008, p. 280)

Sendo assim, nos cabe pensar nas possíveis experiências que fazem o *direito achado na rua* e suas conexões com o espaço urbano, assim como suas lógicas de produção, dentro do pluralismo jurídico dos territórios de vivência, mais particularmente, das cidades. Para isso, pensamos ser necessário prospectar as trajetórias de lutas, resistências e mediações dos sujeitos para podermos compreender como se dão as dinâmicas dos direitos vividos, diante das desigualdades intraurbanas.

6. Tese realizada em 1973, no âmbito da Universidade de Yale, sob o título “*Law against Law: Legal Reasoning in Pasargada Law*”, há pouco tempo publicada em sua versão em português. Cf. Santos (2015).

7. Muitas outras teses e trabalhos desenvolveram o conceito de *pluralismo jurídico*, como é o caso de Antonio Carlos Wolkmer (1994).

Direitos que só podem ser entendidos no processo social e histórico de lutas por emancipação e realização de justiça social, na medida em que afastam as sociabilidades que aprisionam o ser humano. Se a racionalidade de produção do espaço urbano prevê um avassalamento de direitos, ela também abre brechas para a constituição de outra ordem possível, que não será construída artificialmente pelas instituições que mantêm a vigente, senão pela vida ativa e pelo exercício da cidadania nos territórios, sobretudo a partir da sua prática cotidiana.

ENTRE INJUNÇÕES DE CLASSE, TERRITÓRIOS E DIREITOS

Pensar as mediações inerentes ao acesso a direitos e a relação com as experiências sociais dos sujeitos em seus territórios de vida pressupõe um intenso e complexo desafio analítico como já foi destacado. É quase que um enigma do tempo presente tecido e costurado por dimensões da severa crise econômica, ética, sanitária e civilizatória sem precedentes nos últimos cinquenta anos, situações encampadas produzidas e reproduzidas no âmbito do capitalismo, em sua fase de lógica financeira, que atinge escala global, destacando o que David Harvey (2018) denomina de “*a loucura da razão econômica*”.

O tempo presente capitalizado e capilarizado pelas lógicas privatistas, exploratórias e violentas da razão econômica se coloca imenso e desafiante, como o enigma da esfinge – “*Decifra-me ou te devoro*” –, remete à ousadia de sua apreensão ou a reprodução de seu enredo, sendo devorado pela mesma lógica que se pretende decifrar. Portanto, o enigma contemporâneo não se trata do mito da Esfinge de Tebas, que eliminava aqueles que se mostrassem incapazes de responder ao seu problema;⁸ agora, a esfinge se expressa pelas relações sociais engendradas pelo capital financeiro, que com sua sagacidade se mostra perspicaz, sádico, sem limites à acumulação e expropriação do tempo e do espaço.

Assim, as categorias tempo e espaço, inerentes à construção humana, mediadas pelo trabalho como elo ontológico da produção e socialização, se tornam no

8. Aqui lembramos o mito da Esfinge de Tebas, que devorava aqueles que não conseguiam decifrar seu enigma: “*Que criatura tem quatro pés de manhã, dois ao meio-dia e três à tarde?*” Todos que tentavam respondê-la eram dominados e devorados, até que Édipo acertou: “*é o ser humano! Engatinha quando bebê, anda sobre dois pés quando adulto e recorre a uma bengala na velhice*”. Porém, muito além de um enigma de um mito antigo, as lógicas contemporâneas do capital se tornam o enigma que devora as relações sociais e as formas de produção e reprodução da vida, impingindo mediações complexas no tempo presente.

contexto do presente aviltadas, subtraídas e extremamente sugadas pela esfinge do capital, interessada na sua metabólica forma de acumulação, dominação e controle, que opera a destruição dos direitos sociais, alarga reformas trabalhistas, previdenciárias, retirada de investimentos em políticas sociais, sucateamento de sistemas de seguridade e proteção social, deixando ao relevo de toda a sorte (ou falta dela) milhares e milhares de indivíduos.

A lógica da retirada de direitos, sobretudo dos direitos sociais na esfera pública, revela a ganância desenfreada do capital para adensar o sobrelucro, legitimando aquilo que poderia ser ofertado como bem público e direito de todos a ser vendido, negociado, comprado no mercado como ente regulador universal das relações sociais; portanto, os direitos se metamorfoseiam em produtos ou serviços disponíveis no comércio, operando o que Milton Santos (2007, p. 47) designou como a passagem do “*cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito*”. E sob essa mesma toada, existe a busca cada vez maior pela extração do fundo público pelas empresas, bancos, pelo capital corporativo e financeiro, que tomam de assalto aquilo que poderia ser investido em direitos e proteção social.

Deixado ao quase exclusivo jogo de mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos. Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e espacializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se pessoas nem lá estivessem. (Santos, 2007, p. 59)

É justamente nesse processo de beligerância do capital sobre as relações sociais que as cidades movimentam seu processo de criação e recriação de seus espaços, pois a cidade é a expressão contumaz da história, das relações econômicas, culturais da sociedade e de seu modo de produção. Dessa forma, as cidades como expressão do tempo contemporâneo revelam as intrínsecas relações de desigualdades, exclusão econômica, social, política e cultural.

A cidade faz a junção das relações de “*ordem próxima*” dos sujeitos conexas às formas de sociabilidade e vivência cotidiana, como também aquelas postas no campo de “*ordem distante*”, como o Estado, as instituições religiosas, as leis, os direitos e seus códigos (Lefebvre, 2001). Nesse sentido, falar em lógicas de exclusão nas cidades é também destacar as relações inerentes da produção capitalista,

os antagonismos de classes, a inerente e dialética relação entre riqueza e pobreza, acumulação e exploração. Desigualdades próprias da dinâmica metabólica do capital.

As desigualdades são vividas concretamente nos diversos espaços intraurbanos da cidade, sobretudo naqueles relegados à expressão da pobreza, das faltas, contraditoriamente presentes nas periferias, onde os direitos se colocam justamente como uma *“ordem distante”* da vivência cotidiana da maioria dos sujeitos, não como lapso do destino individual de alguns, ou como algo que acontece de modo pragmático e alheio às relações sociais mais amplas e globais. Mas, ao contrário, as densidades das desigualdades, exclusões e as dificuldades do não acesso a direitos estão impregnadas de saturações e determinações sócio-históricas.

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém, sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta, encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata, a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação. (Lefebvre, 2001, p. 52)

As cidades e suas relações intraurbanas revelam a coexistência de espaços de riqueza e de precariedades que são próprios da produção do espaço capitalista e que se materializam no lócus imediato da vida das classes. Portanto, as desigualdades, exclusões são experimentadas nos territórios das camadas das classes trabalhadoras. Uma vez que a cidade não é um palco apartado da história, não é arena de um espetáculo com atores que agem de modo independente dos lugares, mas o oposto, ela é inerente ao processo de produção e reprodução mais amplas das relações sociais e dos modos de vida.

A cidade não é apenas a arena em que as resistências se expressam, pois, no cerne desses antagonismos está a própria produção de seus espaços, de suas estruturas, de seus meios e de seus recursos. Não é apenas o cenário em que as vidas são vividas. É dela, de seus espaços, de seus circuitos, de seus recursos, que seus habitantes não apenas dependem para levar suas vidas, pois em torno delas estão em questão as possibilidades da produção das vidas e das formas de vida. (Telles, 2017, p. 37)

Assim, as cidades e seus territórios mantêm relações com as dinâmicas sociais, com os antagonismos produzidos e reproduzidos pela lógica da produção econômica,

suas formas de espacialização são conexas às relações de classe, aos antagonismos sociais, às estruturas e processos do tempo presente. As dinâmicas espaciais revelam as densidades da vivência, das relações e condições das classes trabalhadoras, em constante processo de produção de suas identidades de classe e de seus espaços de vida.

É importante considerar que as camadas da classe trabalhadora no contexto atual formam um heterogêneo, diversificado e extenso contingente de sujeitos que tocam suas vidas e constroem seus territórios como podem diante do quadro histórico em que estão inseridos. Vivem cotidianamente na mediação da troca de sua força de trabalho por salários, ou mesmo, em sua maioria, por quantidades pequenas, não constantes e cada vez mais insuficientes de remuneração, dadas as “novas morfologias do mundo do trabalho” (Antunes, 2018), que são processos cada vez mais extensos de intensificação, superexploração e autoexploração, que coexistem com formas tradicionais de exploração do trabalho.

Em verdade, estamos presenciando uma intensificação e ampliação dos modos de extração do sobretrabalho, das formas geradoras do valor, resultado da articulação de um maquinário altamente avançado (de que são exemplos as TICs que invadiram o mundo das mercadorias), com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores “qualificações” e “competências” da força de trabalho. *Dada a nova morfologia do trabalho, com sua enorme gama de trabalhadores/as invisíveis, vem ocorrendo uma potencialização dos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração do trabalho)*. Menos do que perda de validade da teoria do valor, nossa hipótese é que a invisibilidade do trabalho é uma expressão aparente que encobre a real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laborativo em que ocorre exploração. (Antunes, 2018, pp. 92-93; grifos nossos)

Portanto, a classe trabalhadora hoje é saturada de novas determinações e mediações próprias do tempo presente, que se sustenta nas relações do capital em sua fase de especulação financeira. Cabe destacar que a classe trabalhadora se constitui muito além da posição na estrutura da produção econômica, as classes se constituem em densos processos relacionais que enredam relações econômicas, culturais, políticas que formam suas identidades, suas formas de pensar, modos de vida no e sobre os espaços territoriais.

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2019) aponta que a composição da classe trabalhadora hoje pode ser destacada pelas condições de vida que aproximam aqueles que vivem unicamente da sua força de trabalho e que experimentam situações de precariedade, de insegurança civil, econômica, que têm suas vidas marcadas por explorações, violações e espoliações.

O proletário é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre precarização em algum grau) assalariados regulares ou não. (Mattos, 2019, p. 90)

Nesse sentido, pensar a classe trabalhadora requer problematizar suas condições de vida, acesso a direitos, seus espaços relacionais e as lutas travadas para a sobrevivência. Alguns números revelam, ainda que em superfície, pistas sobre as condições de vida das camadas da classe trabalhadora no contexto global. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT,⁹ no mundo todo o número de desempregados somou 192 milhões de pessoas em 2017 e 1,4 bilhão de trabalhadores estavam em empregos vulneráveis no mesmo ano. No Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020) revelam que os desempregados são 12,85 milhões de pessoas só no primeiro trimestre de 2020. Em termos comparativos, o contingente de desempregados no Brasil supera a população da cidade de São Paulo, a maior metrópole do país.

No que tange à habitação, o Censo de 2010 do IBGE apontou que no Brasil existiam 6.329 “aglomerados subnormais”¹⁰, e que 6% da população brasileira (11.425.644 pessoas) residia em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, rressacas, mocambos, palafitas, dentre outros lugares.

Os territórios mediatizam as relações de classe, os modos e as condições de vida inerentes às situações das classes. Nas periferias, a precariedade, alguns desconfortos materiais e de acesso a direitos engendrados pelas dinâmicas de exploração e desigualdades se tornam algo muito próximo e comum às mediações de produção e reprodução da vida. Os territórios periféricos são compostos de vidas, histórias e sentidos heterogêneos, porém, com traços, significados, sociabilidades comuns que se inter cruzam com a produção do espaço como vetor dinamizador de experiências comuns traçadas no âmbito sócio-histórico e territorial.

9. Dados do relatório Perspectivas sociais e de emprego no mundo: tendências 2018, disponibilizados no sítio eletrônico da Organização Internacional do Trabalho – OIT, disponível em: http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927. Acesso em: 27 jul. 2020.

10. Designação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, em seu site, informa que “aglomerado subnormal é uma forma irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação” (IBGE, 2019). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15788-aglomereados-subnormais.html?t=o-que-e>. Acesso em: 13 jan. 2020.

Para Milton Santos (2007, p. 107), é impossível separar o território das dinâmicas e relações de classe, pois cada sujeito carrega consigo não só o lugar em que se insere nas relações de produção, mas também está imbuído das relações culturais, ideológicas, políticas, redes, formas de sociabilidades e modos de vida que são construídos no intercâmbio social, cultural e histórico de sua classe, que vive sob determinado chão territorial, experimentando modos de vida, tradições, culturas, condições e partilhas comuns. Em outras palavras, “essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres” (Thompson, 2001, p. 260).

Dessa forma, classe não é entendida somente como elemento econômico estruturante e estático, mas também como processo e relação, construção tecida por homens e mulheres reais que dinamizam suas vidas na trama histórica de seu tempo, em um lugar concreto e real.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (Santos, 2007, p. 107)

Os territórios se relevam em relações de classe, sinalizam formas e condições de vida. Se Milton Santos está certo, os sujeitos sociais no contexto da sociedade capitalista valem a depender do lugar em que se encontram, portanto a depender do lugar das oportunidades, dos acessos. As garantias dos direitos não são materializadas igualmente, ao contrário, podem estar subsumidas às situações excludentes, a negações e privações constantes de direitos.

Para se ter uma ideia, na cidade de São Paulo, a depender do território em que reside, uma pessoa pode viver mais ou morrer mais cedo. Pesquisa realizada em 2019 pela organização Rede Nossa São Paulo¹¹ revelou que, no distrito de Moema (região sudoeste), a expectativa de vida chega a 80,57 anos, enquanto em Cidade Tiradentes (região leste) é de 57,31. Ou seja, uma pessoa que mora em Cidade

11. Trata-se da pesquisa Mapa da Desigualdade, publicada em 5 de novembro de 2019, disponível em: www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019

Tiradentes vive 23 anos menos do que uma moradora de Moema. Se considerarmos o distrito de Anhanguera (região norte), vive-se 21 anos a menos em relação às pessoas residentes em Moema.

Esses dados sobre as desigualdades socioterritoriais podem revelar as relações de classe e seus territórios, e no contexto da última pesquisa citada caberia interperlar: por que em Moema vive-se mais? Seria porque as condições econômicas, acesso a direitos são melhores elevando as condições de vida naquele território? Seria a vida nos distritos de Cidade Tiradentes e Anhanguera difícil, sem oportunidades e com rede precária de acesso aos direitos e políticas públicas? Por que em determinados lugares a rede de proteção social configurada pelos direitos, seguranças de renda, acesso qualitativo às políticas e intervenções públicas é melhor do que em outros? Por que os territórios das classes subalternas são negligenciados e negados em termos de acesso a direitos?

O contexto recente provocado pela pandemia de Covid-19 revela as estruturais desigualdades da sociedade mundial e, sobretudo, da preocupante situação brasileira. Segundo balanço realizado pelo Consórcio da imprensa no dia 27 de julho de 2020,¹² o país chegou ao trágico número de 87.737 mil mortos em decorrência de situações de saúde agravadas pelo novo coronavírus.

Sabe-se que a doença provocada pelo vírus é letal, e que as populações mais pobres tendem a sofrer mais em decorrência das desigualdades estruturantes em que estão inseridas. Já há registros que revelam que os locais com maior número de mortes em decorrência da Covid-19 são os territórios periféricos, pois muitos desses locais não têm acesso às condições sanitárias básicas e essenciais à prevenção e enfrentamento à pandemia, como água para que possam seguir as recomendações de lavar as mãos, higienização de residências, produtos e utensílios de uso comum.

As moradias são habitadas por famílias numericamente extensas, em que evitar o contato ou manter o distanciamento social recomendado pelas autoridades

12. Em 7 de julho de 2020, o número foi 66.741 óbitos, segundo dados do Ministério da Saúde, mesmo dia em que o Presidente da República publica seu teste positivo para a Covid-19.

Dados sistematizados pelo Consórcio da imprensa formado pelo portal de notícias *GI*, jornal *O Globo*, jornal *Extra*, jornal *O Estado de São Paulo*, jornal *Folha de São Paulo* e portal *Uol*, em 27 de julho de 2020, o número de óbitos sobe para 87.737 e o número de infectados no país é de 2.446.397. Esses dados são apurados pelo consórcio com base nos dados disponibilizados pelas secretarias estaduais de Saúde de todo o Brasil. Dados divulgados em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/27/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-27-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghml>

de saúde se torna um desafio quase impossível a ser vencido. Também se somam a falta de recursos financeiros para a obtenção de álcool gel e a pouca, ou parca, oferta de ações públicas que possam intervir em situações de emergência como essa.

As desproteções que sempre existiram e que se adensam no cenário de retração e crise econômica ocasionado pela pandemia lançam grande parte da população à vulnerabilidade sanitária, colocando-a em risco pela propagação comunitária da Covid-19. Nesse cenário, sem poder contar com as ações do Estado para prevenção e enfrentamento da pandemia, nas periferias algumas formas de enfrentamento têm sido realizadas a partir de redes de solidariedade¹³ envolvendo os próprios moradores, que compreendem a lógica do “nóis por nóis”¹⁴ (D’Andrea 2020), a fim de garantir a distribuição de cestas de alimentação, material de limpeza, água e outros materiais próprios à sobrevivência.

Dados da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo mostram o número de mortes por distritos da capital durante a primeira quinzena do mês de abril de 2020. Os registros revelam que nos territórios periféricos há maior densidade de óbitos pela Covid-19. Quando cruzamos esses dados com os quinze distritos mais excluídos¹⁵ da cidade, verifica-se que dos 686 óbitos¹⁶, 306 estão nos territórios mais desprotegidos da capital, correspondendo a 44,6% dos óbitos da cidade naquela semana.

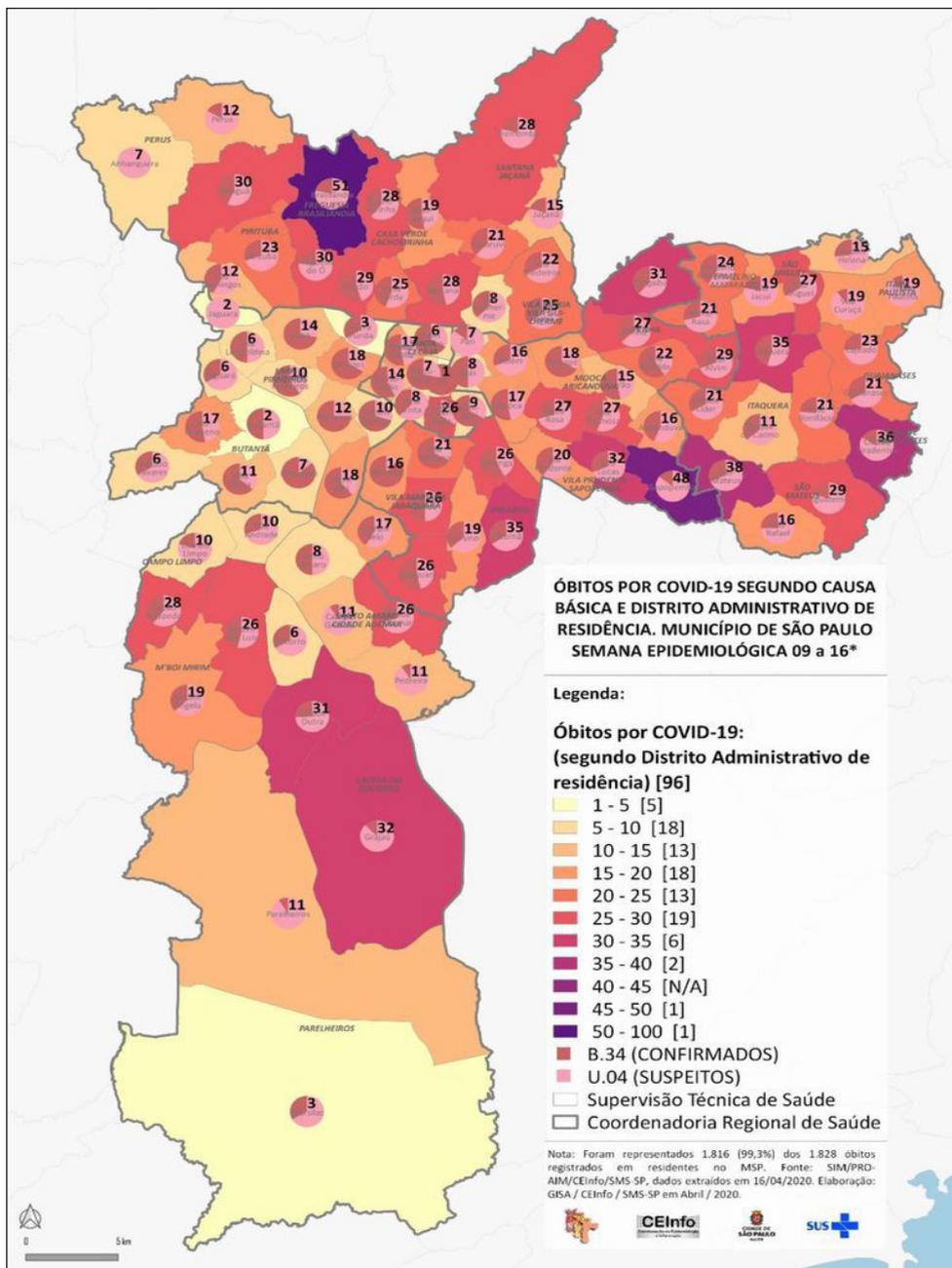
13. No contexto da pandemia, têm se destacado nas favelas e periferias das cidades brasileiras ações de organizações e movimentos sociais para arrecadar doações para a distribuição aos seus moradores para enfrentarem a falta de trabalho, de dinheiro, a fome e outras tantas precariedades vivenciadas. Há de se destacar a iniciativa e ações da Central Única das Favelas – CUFA, presentes em diversas cidades e estados brasileiros. Outro exemplo é a ação realizada pelo coletivo Cultural Quilombaque, do distrito de Perus, da cidade de São Paulo, que reuniu doações de alimentos para doar aos moradores.

14. Expressão utilizada pelo sociólogo, professor e coordenador do Centro de Estudos Periféricos da Universidade Federal de São Paulo em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://ihu.unisinos.br/597914-a-pandemia>. Acesso em: 12 maio 2020.

15. Tomamos como referência para o cruzamento dos dados a relação dos quinze distritos mais excluídos da cidade de São Paulo, classificados pelo estudo do Mapa da Inclusão e Exclusão da Cidade de São Paulo (SPOSATI, 2017), sendo esses territórios: Marsilac, Grajaú, Parrelheiros, Jardim Ângela, Iguatemi, Lajeado, Jardim Helena, Pedreira, São Rafael, Itaim Paulista, Capão Redondo, Brasilândia, Anhanguera, Jaraguá e Perus.

16. Número óbitos registrados na semana de 9 a 16 de abril de 2020 (Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo).

Mapa 1 – Óbitos por Covid-19 por distrito de residência na cidade de São Paulo na semana de 9 a 16 de abril de 2020



Fonte: Secretaria de Saúde da Cidade de São Paulo (2020).

Quadro 1 – Óbitos por Covid-19 na semana de 9 a 16 de abril de 2020 na cidade de São Paulo

Território – Distrito	N.º
Marsilac	3
Grajaú	32
Parelheiros	11
Jardim Ângela	19
Iguatemi	29
Lajeado	23
Jardim Helena	15
Pedreira	11
São Rafael	16
Itaim Paulista	19
Capão Redondo	28
Brasilândia	51
Anhanguera	7
Jaraguá	30
Perus	12
Total de mortos nos distritos mais excluídos	306
Total de mortos na Cidade de São Paulo	686

Fonte: elaboração própria.

O conjunto de dados apresentados, mesmo que particularizados em contextos específicos, movimenta a reflexão de que nos territórios periféricos a luta pela vida e para se manter vivo é um desafio enorme para seus moradores, pois há quase uma nulidade por parte do Estado e do resto da cidade para com os pedaços mais pobres, “é como se pessoas nem lá estivessem” (Santos, 2007, p. 59), ou ainda, “*mais uma vez a periferia está sendo tratada como a não cidade*” (D’Andrea, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUJEITOS PERIFÉRICOS¹⁷ E O ACESSO A DIREITOS NOS TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIA

Esse processo do não reconhecimento dos *sujeitos periféricos* não é algo novo ou apenas travado no contexto recente, mas é velho conhecido, afinal as camadas da classe trabalhadora sempre estiveram relegadas ao rodapé da história por interesses políticos, nos quais suas vidas são negligenciadas, não reconhecidas no circuito normativo e formal seja do direito ou das relações sociais mais amplas.

A “*história dos vencidos*” (Thompson, 2001), dos sujeitos ordinários que vivem entre becos, vielas, favelas, ruas e casas da periferia necessita ser vista, ouvida, acompanhada, analisada, publicizada. É preciso um deslocamento do sentido e do olhar para compreender que a periferia é saturada de histórias, relações, acúmulos que produzem conhecimentos a partir de suas experiências e do “chão” material e cultural dos sujeitos.

É preciso atenção às suas experiências, histórias de vida, formas de enfrentamento e resistências, pois, na história em sua forma homogeneizante regimentada pela dominação e barbárie, as narrativas das classes dominantes se sobrepõem às experiências e aos sentidos das camadas da classe trabalhadora, que são silenciadas, negadas e violentadas. Dessa forma, é necessário destacar a compreensão dos *sujeitos periféricos* como sujeitos políticos que mediatizam suas vidas e experiências a partir de seus espaços territoriais.

O filósofo Walter Benjamin (2017), ao analisar as relações históricas e culturais, enfatiza a necessidade de “*escovar a história a contrapelo*”, como uma possibilidade de romper com os padrões pragmáticos e de controle da classe dominante sobre a cultura e história. Nesse sentido, é preciso deslocar o olhar para o que é periférico, para aquilo que não está contido nas explicações, observando as experiências dos sujeitos historicamente subalternizados, atribuindo novos sentidos às relações históricas a partir das narrativas, vivências e dos sentidos das camadas da classe trabalhadora.

Portanto, pensar nos direitos a partir das experiências dos sujeitos em seus territórios de vida impõe que possamos pensar as determinações inerentes à cidade capitalista, suas produções espaciais, a intrínseca relação entre classes e territórios, como o acesso a direitos “emperra” a depender do espaço social que o sujeito ocupa. Também há de se considerar que existe nos muitos pedaços periféricos da cidade a luta como mediação social para a garantia da sobrevivência, como elemento

17. “Sujeitos periféricos” se refere à categoria utilizada por Tiaraju Pablo D’Andrea, cunhada em sua tese *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* (USP, 2013).

histórico existente na escala do cotidiano em duplo e dialético movimento: para se ter reconhecido seu direito e para ser reconhecido como sujeito de direito com narrativas, história e existência perante as relações sociais.

Essas questões nos levam a pensar, então, que direitos podem ser “achados na rua”, mas também em becos e vielas dos territórios periféricos. Em tempos de pandemia, vemos mais do que nunca uma invisibilização de territórios periféricos por parte do Estado, que possuem desproteções ainda maiores aos impactos de uma crise sanitária, justamente pelos precários e insuficientes serviços públicos de saúde destinados a essas áreas. Se há alguma resposta das políticas sociais, elas são (confirmando suas tendências atuais) de forma monetarizada, por meio de medidas temporárias de renda mínima, insuficientes para a sobrevivência e o necessário isolamento social da população. Contudo, a periferia não é nem nunca foi imóvel. Ela é dinâmica, e os processos sociais que se configuram de maneira diferenciada em cada território demonstram as experiências de luta, resistência e mediações, que não podem ser simplesmente enclausuradas em visões rígidas sobre “voluntarismo”, senão como legítima organização social de liberdade, no caso, a busca pela liberdade do próprio existir, da vida.



Foto: Dede Ferreira, 2020. Fonte: Cleiton Ferreira.

Imagem 2 – Cestas básicas coletadas pela Comunidade Cultural Quilombaque em Perus, distribuídas à população em meio à pandemia de Covid-19



Foto: Rio de Boas Notícias. Fonte: Rio de Boas Notícias (2020).

Imagem 3 – Pia coletiva construída por moradores do morro Santa Marta no Rio de Janeiro para a higienização da população durante a crise sanitária de 2020

A luta como mediação social inerente à vida nos territórios periféricos é movimento mediativo para a busca cotidiana do reconhecimento de sua identidade como sujeito político, que tem o direito a ter direitos, que move múltiplas estratégias para sobreviver, enfrentando as relações e os processos de precariedade, adversidades econômicas, sociais, políticas, culturais e sanitárias.

Viver nas periferias é viver sob o signo da luta para enfrentar as desigualdades. É viver em guerra para se manter e ser reconhecido como sujeito. A luta como ação cotidiana é inseparável aos modos de vida, às estratégias de produção e reprodução da vida, pois mediatiza inúmeros enfrentamentos contra as faltas, opressões, desigualdades, mas também tece resistências e potencialidades de intensa “*inescapabilidade política*” (Feltran, 2011, p. 33), inerente à trama da vida cotidiana nas periferias, tal como expressam as batidas do *rap*...

*“Eu sonho mais alto que drones
Combustível do meu tipo? A fome
Pra arregaçar como um ciclone (entendeu?)
Pra que amanhã não seja só um ontem
Com um novo nome*

O abutre ronda, ansioso pela queda (sem sorte)
Findo mágoa, mano, sou mais que essa merda (bem mais) [...]
Estilo água, eu corro no meio das pedra
Na trama, tudo os drama turvo, eu sou um dramaturgo
Conclama a se afastar da lama, enquanto inflama o mundo [...]
É um mundo cão pra nóiz, perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
Num deixo quieto, num tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão, quem riu de nóiz sem teto [...] (Emicida, 2019)¹⁸

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- BENJAMIN, Walter (2017). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- BRASIL tem média de 1.069 mortes por dia na última semana; 10 estados e o DF têm alta de mortes. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/27/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-27-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 27 julho 2020.
- CHAUÍ, Marilena (1982). Roberto Lyra Filho ou da dignidade política do Direito. *Direito e Avesso*, Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, Brasília, ano I, n. 2.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutoramento em Sociologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- _____. (2020). *A pandemia de Covid-19 aprofunda e apresenta as gritantes desigualdades sociais do Brasil*. Entrevista especial a Patrícia Fachin. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://ihu.unisinos.br/597914-a-pandemia>. Acesso em: 12 maio 2020.
- FELTRAN, Gabriel de Santis (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp.

18. Trecho da música “AmarElo” do rapper E.M.I.C.I.D.A, do álbum de mesmo nome, de 2019.

- GABRIEL, Thiago (2020). Os Guarani contra o fim do mundo. *Revista Vaidapé*, 28 de março. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2020/03/os-guarani-contr-o-fim-do-mundo/?fbclid=IwAR3yYdSpgAjPNzT1ZHMn9ELd5I0r-weORncs2oTBudMEhvPfXnKIBvrVHXTY>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- HARVEY, David (2018). *A loucura da razão econômica*. São Paulo, Boitempo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019). *Aglomerados subnormais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=0-que-e>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- _____(2020). Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua. Disponível em: www.ibge.gov.br/pesquisa_nacional_por_amostra_de_domicilio_continua. Acesso em: 12 maio 2020.
- KOWARICK, Lúcio (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____(2009). *Escritos urbanos*. São Paulo, Editora 34.
- LEFEBVRE, Henri (2001). *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo, Centauro.
- LYRA FILHO, Roberto (1980). *Para um Direito sem Dogmas*. Porto Alegre, Sergio Fabris Editor.
- _____(1982). *O que é Direito?* São Paulo, Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.
- MATTOS, Marcelo Badaró (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo, Boitempo.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *OIT: desemprego e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2018*. Disponível em: http://www.ilo.org/brazil/noticias/WCMS_615927. Acesso em: 27 julho 2020.
- RIO DE BOAS NOTÍCIAS (2020). *Moradores do Santa Marta constroem pia no pico do morro*. 7 de maio. Disponível em: <https://riodeboasnoticias.com.br/inspiracao/moradores-do-santa-marta-constroem-pia-no-pico-do-morro/>. Acesso em: 19 maio 2020.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra.
- SANTOS, Boaventura de Souza (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Universidade de Coimbra, n. 48, jun.
- _____(2015). *O direito dos oprimidos*. São Paulo, Cortez.
- SANTOS, Milton (2007). *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo, Edusp.
- SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (1987). *O Direito Achado na Rua*. Brasília, Universidade de Brasília.
- _____(1993). *Introdução Crítica ao Direito*. Série O Direito Achado na Rua, vol. 1. 4 ed. Brasília, Universidade de Brasília.

- SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (2008). *Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito*. Tese de doutoramento em Direito. Brasília, Universidade de Brasília.
- _____(2015). *O Direito achado na rua: concepção e prática*. Rio de Janeiro, Lumen Iuris.
- SPOSATI, Aldaíza (2011). Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálisis*, v. 14, p. 104-115.
- SPOSATI, Aldaíza et al. (2017). *Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo*. São Paulo, Educ.
- THOMPSON, Edward Palmer (2001). *As particularidades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora Unicamp.
- TELLES, Vera (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argvmentvn.
- _____(2017). O ponto de vista da crítica. In: SANTIAGO, Homero, TIBLE, Jean e TELLES, Vera. *Negri no Trópico: 23°26'13"*. São Paulo, N-1 Edições.
- WOLKMER, Antônio Carlos (2001). *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3 ed. São Paulo, Alfa e Ômega.

CARTOGRAFIAS ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Frederico Roman Ramos¹

Antônio Miguel Vieira Monteiro²

INTRODUÇÃO

Tendo como pano de fundo suas recentes pesquisas no campo da geotecnologia, sem abrir mão da crítica às cartografias, os autores deste artigo buscarão desvendar os caminhos de construção postos no processo de reconhecimento dos territórios pesquisados, bem como de suas dinâmicas nem sempre passíveis de captura pelas métricas propostas. Nesse sentido, as cartografias se movimentam na relação entre a visibilidade/invisibilidade das expressões concretas da realidade pesquisada, na busca por construir outras leituras sintetizadas na forma de métricas geoprocessadas.

Escrever este artigo em meio à pandemia de Covid-19 reforça a ideia de uma *realidade invisível*. A *invisibilidade*, nesse caso, é a característica mais ameaçadora. O vírus é para nós invisível. Com seus 100 nanômetros, para lhe dar visibilidade, necessitamos ampliar nossa visão com o uso de microscópios sofisticados. Mas há também uma *invisibilidade macroscópica* do vírus. Ela decorre da existência de infectados assintomáticos que atuam como vetores de disseminação da doença. Isso dificulta o reconhecimento de indivíduos transmissores e a compreensão dos efeitos da interação entre indivíduos na evolução da pandemia.

Essa *invisibilidade*, de outra ordem, requer outras formas de observação. Requer, por exemplo, um sistema de coleta de exames laboratoriais e plataformas de análise de dados. Na superação dessa *invisibilidade macroscópica*, diferentemente

1. Pesquisador do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas – FGV e do Centre for Urban Studies at the University of Amsterdam.

2. Pesquisador Sênior da Divisão de Processamento de Imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe e Coordenador do Laboratório de investigação em Sistemas Socioambientais – LiSS.

do sequenciamento do código genético realizado em escala nanométrica, padrões de contágio, morbidade e mortalidade são analisados em escala populacional e sobre territórios definidos. Muitas dessas análises utilizam ferramentas que compõem mapas e cartogramas na representação do fenômeno. Duas *invisibilidades* intrínsecas ao mesmo processo, uma microscópica e outra macroscópica.

Portanto, para atacar o problema, a pandemia neste caso, é preciso trazer à luz essas duas fontes envolvidas no processo de adoecimento. Cuidando de uma sem olhar para a outra, alguma *invisibilidade* persiste. Essa situação de persistência de ocultamento de informação relevante para o desenho de medidas de controle e proteção não é um bom guia para que possamos sair da crise sanitária.

FORÇAS INVISÍVEIS: INTENÇÃO MOBILIZADORA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA

Além da perspectiva do indivíduo assintomático, há uma manifestação coletiva e territorial da *invisibilidade macroscópica* da pandemia da Covid-19. Ela se manifesta quando observamos as diferenças entre os percentuais de infectados entre os diferentes grupos populacionais, como aquelas reveladas no Projeto SoroEpi MSP (2020), que realizou estudo transversal no Município de São Paulo durante a pandemia.

O estudo demonstrou que, entre os dias 15 e 24 de junho de 2020, a soroprevalência média foi 2,5 vezes maior nos distritos com a metade mais pobre da população (16% *versus* 6,5%), que foi 4,5 vezes maior nos indivíduos que não completaram o ensino fundamental quando comparada com os que terminaram o ensino superior (22,9% *versus* 5,1%), que foi 2,5 vezes maior nos participantes que se identificam como pretos do que nos brancos (19,7% *versus* 7,9%) e que aqueles que vivem em habitações com 5 ou mais indivíduos apresentam uma soroprevalência quase 2 vezes maior do que aqueles que habitam com 1 ou 2 indivíduos (15,8% *versus* 8,1%).

São conjuntos de processos, *forças invisíveis* aos nossos olhos, que desenham essas distinções na distribuição da doença, de suas consequências e também na capacidade de resposta de cada grupo em seus territórios. Essas forças conformam **campos** de *vulnerabilidades e oportunidades* em torno dos indivíduos, das famílias e de seus territórios de vida. Esses **campos** são constituídos pelas **interdependências**

sociais, econômicas, ecológicas e as **assimetrias individuais e coletivas** que marcam os espaços habitados, *território usado* na concepção de Milton Santos (1997, 2002).

Eles são definidos no *espaço* e no *tempo*, e suas configurações são, em última análise, determinantes das efetivas condições de existência do indivíduo em sociedade, da capacidade fisiológica essencial de sobrevivência à realização plena das potencialidades individuais e coletivas. Aqui, a conceitualização de **campo** dá conta dos efeitos *espacialmente constituídos*, como as *proximidades, afastamentos, concentrações e sobreposições* que incidem sobre as *redes de interação e interdependência*.

A atuação simultânea desses **campos** de *vulnerabilidade e oportunidades* configura e desconfigura os **territórios da existência cotidiana, para os quais precisamos desconstruir as estratégias de invisibilidade macroscópica com as quais convivem**. Assim, os **territórios de vida**, ou *territórios praticados* na concepção de Ana Clara Torres Ribeiro (2003, 2005), são *causa e consequência* da espaço-temporalidade de interdependências sociais e de suas assimetrias características.

Há uma *imaterialidade* inerente ao território, uma *realidade invisível*, mas macroscópica que provoca a pesquisa e construção do conhecimento na superação de sua invisibilidade. Essa superação favorece sua inserção como elemento articulador dos diversos recortes disciplinares que observam os processos sociais, abrindo caminhos para novas possibilidades representacionais.

A realização dessa perspectiva requer, entretanto, duas precondições essenciais. A primeira é a existência de uma **intenção mobilizadora**, uma força motriz que move e põe em marcha a rede necessária para o desenvolvimento (e o uso) da representação. Assim como na ação de vigilância epidemiológica, a mensuração dos diferentes *campos de interação e assimetria* requer a mobilização de uma rede de ação coordenada. Essa intenção nasce quando se reconhece o *território* como um fator elementar na determinação das condições de vida de indivíduos e grupos sociais, posicionando-o como *fator ativo* nas possibilidades de transformação da realidade. É, portanto, a partir dele que a formulação de estratégias de atuação de políticas públicas alcança eficácia. Sem essa intenção mobilizadora, esses processos permanecem *invisíveis*, passam despercebidos e naturalizam-se.

A segunda precondição fundamental é a inovação nos **métodos e ferramentas** capazes de *revelar as interdependências e assimetrias macroscópicas, porém invisíveis*. Instrumentos de observação que revelem os *campos espaço-temporais* que participam na produção e reprodução desses territórios. Isso operacionaliza sua análise e cria condições para disseminação de algumas de suas dimensões através

de representações territoriais que se constituem como novas cartografias do espaço habitado. Alcança-se aí a consecução do potencial transformador. Sem a efetivação dessas precondições, a *invisibilidade* persistirá.

Essas duas precondições sempre estiveram presentes na linha histórica dos trabalhos de *construção de métricas sociais intraurbanas*, originados na *força criadora, mobilizadora e na práxis da* Profa. Aldaíza Sposati³ e dos muitos projetos/trabalhos coordenados por ela ao longo de muitos anos (1996, 2000, 2006). Os resultados, tristemente, revelam que nos territórios da cidade de São Paulo, as *desigualdades* persistem, são estruturais. Em 2017, Sposati concluía que os três Mapas da Exclusão/Inclusão Social (Meis) construídos a partir dos censos de 1991, 2000 e 2010 demonstraram que “os avanços na inclusão social foram quase insignificantes e bem menores do que seria esperável, ainda mais quando se considera que grande parte do período estudado foi marcada por políticas de distribuição de renda e combate à pobreza” (Sposati et al., 2017, p.118).

O primeiro estudo, iniciado em 1994 para a cidade de São Paulo, foi totalmente inovador, ao propor e desenvolver um conjunto de métricas que permitiam a observação dos territórios intraurbanos e a comparação das diferenças existentes entre os **campos** de *oportunidade e vulnerabilidades* que compunham os diferentes territórios das cidades. Naquele momento descrevia, também de forma inovadora, uma perspectiva *relacional* para medir e apresentar a situação de Exclusão e Inclusão social nos diferentes ‘pedaços’ da imensa e complexa cidade de São Paulo. Uma rede acadêmica foi mobilizada, em conjunto com uma rede popular baseada em organizações da sociedade civil, para trazer à luz uma São Paulo complexa e desigual.⁴

De 1994 para os dias de hoje, a Profa. Aldaíza nunca parou de nos surpreender. Provocou a muitos outros e a nós, em particular, para que pensássemos em

3. Aldaíza Sposati faz parte do corpo docente da PUC-SP desde 1972. Pós-doutora pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob supervisão de Boaventura Souza Santos (1992). Professora titular do corpo permanente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social – Nepsas. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP.

4. “Em novembro de 1994, o Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo, as Equipes Arquidiocesana e Diocesana da Campanha da Fraternidade, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida/SP, o Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social - PUC/SP, o Cedec e a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos deram início ao processo de construção do ‘Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo’. O ‘Mapa’ foi apresentado à sociedade em Ato Público no dia 7 de dezembro de 1994, sob a forma de um jornal.”

(<http://www.cedec.org.br/pesquisas/detalhes/idg/27/id/235>)

desenvolver métricas calculadas em diferentes escalas e que permitiriam a observação de *padrões espaciais*, antes encobertos pelos valores médios das estatísticas agregadas. A **intenção mobilizadora** foi sempre *romper a invisibilidade* e criar ferramentas de observação de modo a revelar as assimetrias multidimensionais existentes nos territórios e o reconhecimento do seu potencial transformador.

A capacidade transformadora do trabalho da Profa. Aldaíza está presente na possibilidade de formulação de *heterotopias* como as propostas por Boaventura Sousa Santos. Segundo Sposati (2001, p. 8),

A construção democrática não invoca a homogeneidade. Mais do que isso, uma sociedade de desigualdades, como é a brasileira, supõe múltiplos modos de viver e construir a realidade...Isto não pode significar a naturalização das desigualdades mas a certeza de que é preciso, objetivamente, conhecer a dimensão das desigualdades e as culturas que as geram para poder perpetuar-se, como é o caso brasileiro.

Esta é a **intenção mobilizadora**. Contribuir para o debate político ao revelar as assimetrias existentes nos *territórios praticados*. E fazer isso a partir do debate público, evitando a adoção de parâmetros ou limiares mínimos definidos *a priori* a partir de realidades muitas vezes distantes das vividas nos territórios das cidades. A metodologia propunha e realizava disseminação do conhecimento em atos coletivos, apresentação dos resultados em reuniões organizadas a partir das associações de bairros, moradores, paróquias, etc., realizadas nos *territórios da vida cotidiana*. Nessas mesmas reuniões pactuavam-se padrões de referência para as métricas sociais. Pois, como nos ensina Vera Telles (2003, p. 3):

Porém, não se trata, longe disso, de um ato de soberania técnico-científica dos estatísticos. A rigor, trata-se de um processo mais amplo de “construção social da realidade” e que passa por um conjunto de mediações sociais, políticas, técnicas e institucionais pelas quais coisas e eventos vão sendo nomeados, ganhando o estatuto de realidades sociais reconhecidas como tais.

Essas experiências estabeleceram um caminho de aprendizado de mão dupla. Por um lado, estabeleciam um canal direto para a disseminação de um conhecimento que estimulava o posicionamento crítico a partir do território, revelando as múltiplas assimetrias em perspectiva comparada. Por outro, as discussões nascidas desse conhecimento estimulavam *histórias de vida*, trajetórias, que revelavam

interdependências presentes no território que ressignificavam as métricas de exclusão/inclusão social, iluminando os elementos dos **campos** de *oportunidades e vulnerabilidades* antes obscurecidos.

É preciso resgatar aqui as inovações metodológicas que a Profa. Aldaíza forjou com suas parcerias em fim dos anos 1990 com o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe**, ao propor utilização de ferramentas geocomputacionais na análise e na disseminação dos resultados. Através dessas ferramentas, explorou e deu *visibilidade* às assimetrias territoriais persistentes na cidade. Incentivou a criação de protocolos de novas técnicas geoestatísticas para a visualização de padrões de tendências espaciais e análise da interferência das escalas nos dados analisados (Câmara et al., 2004).

De certa forma, naqueles anos, “inventou” uma *ferramenta difícil* usando a acepção empregada por Sennet⁵ (2008, p. 195) e revolucionou silenciosamente, a partir de São Paulo, a maneira como produziríamos indicadores sociais de base territorial no campo da Assistência e Proteção Social no Brasil. Com essas ferramentas, algumas dimensões da *realidade invisível* e a opacidade do corpo humano nos *espaços habitados* de São Paulo ganharam novos mecanismos para sua revelação.

GEOTECNOLOGIAS EM ESTUDOS TERRITORIAIS: FLUXOS, MULTIESCALAS E TERRITORIALIDADES

A perspectiva que Sennet adota na análise do papel das ferramentas é apropriada para a discussão sobre as possibilidades atuais de utilização de geotecnologias em estudos territoriais. Relevante, sobretudo quando explora os processos de cooperação e aprendizagem que se formam em torno delas. No capítulo denominado “The Great Unsettling”, Sennet (2012) discute como as novas ferramentas de medição geográfica transformaram a cartografia num momento em que o mundo era marcado por grandes inquietudes e transformações. Na era de ouro das navegações, formaram-se magníficas mapotecas guardadas a sete chaves nos centros de controle das metrópoles.

5. Para Sennet, as *ferramentas difíceis* são aquelas que simplesmente não são boas ou suficiente, ou que funcionam bem, mas as pessoas têm dificuldades em aprender a usá-las. Sennet se refere ao período em que os primeiros telescópios, microscópios e bisturis foram inventados, e a como, apesar das limitações características e das dificuldades de manipulação desses primeiros instrumentos, essas invenções foram disruptivas e transformaram o conhecimento de forma surpreendente.

O conhecimento necessário para realizar tais medições topográficas era transmitido em um novo tipo de oficina, laboratórios técnicos que inovaram profundamente a forma como a cooperação se dava. Sem esse novo arranjo, o conhecimento técnico para manipulação das ferramentas não era suficientemente disseminado, inviabilizando que novos aventureiros se lançassem ao desconhecido na busca por literalmente expandir as fronteiras do conhecimento.

Hoje, na segunda década do século XXI, é instigante ver os novos tipos de cooperação e aprendizagem que a internet propicia e imaginar as possibilidades à frente. A revolução digital vem transformando a forma como novas ferramentas são criadas e compartilhadas. Rapidamente, a imagem do analista especialista manipulando seus dados isoladamente vem sendo substituída por outra, onde milhares de especialistas interagem em escala planetária instantaneamente compartilhando dados, códigos e resultados. Como colocado por Batty (2013, p. xix),

as novas formas de comunicação que estão transformando nossas cidades estão abrindo seus segredos na forma de enormes bases de dados, propiciando-nos oportunidades para análise e modelagem muito distintas daquelas disponíveis em tempos anteriores.

Após décadas de desenvolvimentos vertiginosos, as geotecnologias alcançaram um patamar em que se pode efetivamente realizar o que apenas os livros mais inventivos de ficção científica vislumbravam décadas atrás. Da mesma maneira que essas evoluções disruptivas redesenharam o mundo em momentos passados, elas também têm um potencial transformador na maneira como estudamos os *territórios*.

Não podemos negar esse futuro, mas precisamos entrar nele refletindo, de maneira crítica, como pode se dar seu estabelecimento em territórios de *urbanização incompleta* (Santos, 1971; 1998). Para isso, uma perspectiva mobilizadora nos é apontada por Feitosa (2020, p. 5), que finaliza sua reflexão nos afirmando:

É fundamental, portanto, um debate sobre o papel dos levantamentos tradicionais na era do *big data* e *urban analytics*. [...] Não se pode admitir que o entusiasmo com o *big data* subsidie discursos e ações que depreciam e degeneram a produção de dados sobre o país. Movimentos nessa direção atendem apenas a interesses de governos autoritários, avessos à transparência, para os quais dados sobre a realidade do país não passam de um inconveniente.

A maneira como evoluirão as novas ferramentas de análise territorial dependerá da **intenção mobilizadora** de que falávamos anteriormente. Sem ela, a

invenção não será colocada em marcha. Portanto, cabe aqui refletirmos sobre as situações atuais de emergência e para as quais nossas atuais ferramentas de observação ainda não são adequadas.

A crise dos modelos hegemônicos que já era discutida em diversos estudos e disciplinas foi agora desnudada de forma violenta pela crise pandêmica. As referências no campo do urbanismo pós-colonial são relevantes ao apontar a necessidade de novas *tipologias de territorialidades*. Esses estudos apontam para o esgotamento da capacidade que esses modelos têm para explicar as complexidades das formas territoriais de um mundo cada vez mais urbanizado (Robinson, 2006; Brenner e Schmid, 2015; Schmid et al., 2018; Roy, 2009; Monte Mór, 2005).

Como anunciou Thomas Khun (2013) em sua reflexão sobre as revoluções científicas, talvez hoje a ciência normal não seja suficiente para explicar a realidade e *novos paradigmas* sejam necessários no estudo do território. A metáfora do Mundo Líquido de Bauman (2001) quiçá seja a que melhor represente a natureza das ferramentas de observação que precisam ser desenvolvidas na pesquisa territorial. Um mundo marcado pela *incerteza, transitoriedade e imaterialidade*, onde a *dinâmica*, de sistemas nem sempre em equilíbrio, prevalece sobre *estabilidade*.

As assimetrias e interdependências que configuram os territórios num mundo líquido permanecerão *invisíveis* se a representação não der conta da *dimensão relacional* que é em si a própria essência do conceito. Assim, as sínteses necessárias são aquelas em que as *localizações* são compreendidas como *resultados de interações*, e não a partir de sua noção absoluta. Os *fluxos*, as *redes*, as *dinâmicas* prevalecem na análise. O espaço de representação precisa ser multiescalar para dar conta das reverberações que efeitos globais têm nos processos locais e vice-versa.

A pandemia nos dá hoje o exemplo mais concreto do *continuum* micro-macro dos processos sociais em ação. O aquecimento global, as cadeias de produção e consumo, as redes sociais e a financeirização dos mercados de terra são também exemplos de processos globais que configuram os territórios alterando decisivamente os **campos** de *vulnerabilidades e oportunidades* locais que os caracterizam. Como Batty (2013) bem coloca, é preciso um *novo paradigma* em que *interações* são mais importantes que *localizações*.

Cabe aqui, no desafio de observação deste espaço relacional, retomar o conceito de *ferramentas difíceis* como propõe Sennett. A análise dos *campos de interação e interdependência* requer a capacidade da representação de fluxos simultâneos, multidimensionais e multiescalares. Novas formas de materialização desses fluxos

são imprescindíveis para que seja superada a invisibilidade inerente aos processos sociais que eles engendram. Trata-se, portanto, de viabilizar ferramentas que permitam operacionalizar sua análise e fomentar as redes de cooperação ao redor delas.

Assim como o telescópio permitiu a disseminação de uma concepção cosmológica universal, a possibilidade de observação dos *campos de interdependência social* e de seus *fluxos* constituintes revelará processos hoje negligenciados na construção do conhecimento. Ignorados simplesmente porque permanecem *invisíveis* e, assim, naturalizam-se.

Além dos fluxos evidentes, dos movimentos das pessoas, das vidas e mercadorias, há outros determinando os **campos** de *oportunidades e vulnerabilidades* que são menos explícitos e que desafiam a representação. Tome-se como exemplo os fluxos de interação digitais. Ao mesmo tempo que precisamos avançar as possibilidades de representações, novas variáveis aparecem e vão se construindo com imensa importância dentro de uma *matriz de oportunidade* que traz as *trajetórias* que são *portadoras de futuro* e que, desde já, exclui de si uma boa parcela das famílias.

Aqui, novamente, a pandemia desvela as desigualdades antes ocultas, já que um dos elementos cruciais, que determina a capacidade de resposta aos efeitos colaterais das estratégias de controle e contenção da doença, é um bom *acesso* à internet. Muitos estudantes veem seus *campos de oportunidade* serem reduzidos pelo fato de não terem *acesso* a um bom “sinal”.

Essas diferenças estão marcadas nos diferentes territórios das cidades e determinam realidades concretas de situação de vida nesses lugares. Nas periferias das grandes cidades, em áreas de baixa densidade de ocupação, espaços onde a *ruralidade* é forte, nas infraestruturas da educação, da saúde e da proteção, este novo abismo, o *abismo digital*, mostra sua face. Na educação, por exemplo, o *abismo* começa nas condições da escola, nas condições do professor e, na ponta, nas condições da família e do domicílio, para um conteúdo que não seja presencial, amplificando, em muito, o que já era ruim. Novamente as assimetrias vão determinando os *campos de interdependência* possíveis nos diferentes territórios das cidades.

O velho quadro do *acúmulo de desvantagens* se agrava. Sem ainda resolver os problemas das redes de infraestrutura de bens básicos de consumo coletivo, como esgoto, água, já acumulamos o problema das *novas redes*, sem as quais o *acesso* à *matriz de oportunidades*, onde estão as *trajetórias portadoras de futuro*, é impossível! A *invenção* das novas ferramentas será colocada em marcha quando a **intenção mobilizadora** se cristalizar, ou seja, quando houver o reconhecimento de que, *persistindo a invisibilidade dos campos de interação*, não haverá espaço para heterotopias.

HORIZONTES VISÍVEIS

Os caminhos promissores para a realização das ferramentas representacionais de *campos de interação* hoje estão dados nos campos *teóricos e metodológicos*. No campo teórico, estão estabelecidos nas concepções que consideram a natureza multidimensional, pluridisciplinar portanto e complexa desses processos. Incluem-se as formulações que compreendem que as interações entre indivíduos são regidas por motivações mais complexas do que as simples realizações egocentradas de interesses, de que os processos de decisão são influenciados por efeitos individuais e coletivos, endógenos e exógenos. Para esse aspecto, um conjunto teórico que vem do campo das *ciências da complexidade*, discutido em um contexto de análise nas ciências sociais, pode nos ajudar a estabelecer, senão uma linguagem comum, uma orientação para tratar com *processos de interação e interdependência social*.

Se não nos colocamos em extremos, podemos avançar. Não precisamos ficar entre (i) a negação da possibilidade de alguma inovação para a leitura socioterritorial a partir da perspectiva analítica que se apoia nos métodos de estudo para explorar *sistemas complexos* (Stewart, 2001) ou (ii) a aceitação completa de que esta é a única possibilidade (Lane et al., 2009). Como reconhece Page (2005, p. 38) para o campo da Sociologia,

A ciência da complexidade, embora longe de ser completa, oferece um amplo e crescente conjunto de modelos e idéias úteis. [...] Ao envolver e aplicar um conjunto mais rico de modelos, os sociólogos expandem o conjunto de lentes através do qual vêem o mundo social e melhoram a disciplina.

Podemos trocar sociólogos por urbanistas, geógrafos, assistentes sociais, historiadores, antropólogos, e muitos outros.

No campo metodológico, com as possibilidades presentes na oferta massiva de dados, nos novos métodos de análise estatística e *ad hoc* computacionais, na capacidade de processamento que temos nos sistemas atuais e na existência das plataformas de colaboração e comunicação abertas e inclusivas capazes de criar *comunidades de uso, coletivos*, locais, regionais e/ou globais de colaboração, algumas *novas cartografias* que revelem *dimensões não visíveis* desses *campos de interação e interdependências* podem se tornar viáveis se nos dispusermos a visitar, sem medo de reducionismos e sem preconceito analítico, o campo metodológico associado aos estudos da *complexidade*.

Mas como no velho e bom *Mapa da Exclusão/Inclusão de São Paulo*, lá de 1994, novamente a **mobilização** dessas *potencialidades analíticas* só se transformará

em *potência*, em força motriz para a mudança, se a **intenção mobilizadora** estiver presente e se realizar. Se houver um projeto que reconheça a *potência transformadora dos territórios de vida* perante os desafios do século XXI. Um século agora oficialmente inaugurado com a pandemia e com muitas incertezas à frente. A nós cabe, de certa forma e de maneira muito livremente interpretada aqui, ouvir os conselhos de Krishna a Arjuna, antes da grande batalha que este tinha à frente. Esses conselhos são contados no *Bhagavad Gita*⁶, aqui queremos recuperar um elemento que nos parece essencial. Arjuna entendeu que a guerra estava ganha, porque era uma batalha justa contra o egoísmo e as desvirtudes, mas, para isso, seria ainda mais necessário lutar.

REFERÊNCIAS

- BATTY, Michael (2013). *The new science of cities*. Cambridge, MIT Press. 496p.
- BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Zahar. 280p.
- BRENNER, Neil e SCHMID, Christian (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, p.151-182.
- CÂMARA, Gilberto et al. (2004). *Mapping Social Exclusion/Inclusion in Developing Countries: Social Dynamics of São Paulo in the 90's*. In: GOODCHILD, Michael e JANELLE, Dan. (orgs.). *Spatially Integrated Social Science: Examples in Best Practice*. New York, v. 1, p. 223-237.
- FEITOSA, Flávia F. (2020). Big Data e Urban Analytics à brasileira: questões inerentes a um país profundamente desigual. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 8, n. 1, 30 jun.
- KHUN, Thomas (2013). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- LANE, David et al. (eds.) (2009). *Complexity Perspectives in Innovation and Social Change*, Methodos Series 7, Springer.
- MONTE MÓR, Roberto L. (2005). What is the urban in the contemporary world? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 942-948. <https://doi.org/10.1177/0042098017739750>
- PAGE, Scott E. (2015). What Sociologists Should Know About Complexity. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 21-41.

6. **Canção do Venerável: Bhagavad Gita**. Tradução do sânscrito por *Carlos Alberto Fonseca*, Ed. Globo, 2009, 232p.

- PROJETO SoroEpi MSP (2020). *Inquérito domiciliar para monitorar a soroprevalência da infecção pelo vírus SARS-CoV-2 em adultos no município de São Paulo*. Disponível em: <https://www.monitoramentocovid19.org/>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2003). Pequena Reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. Capítulo 1. p. 29-43. In: Maria Adélia Aparecida de Souza (org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas, Edições Territorial Campinas.
- _____(2005). Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia A. et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições.
- ROBINSON, Jennifer (2006). *Ordinary cities: Between Modernity and Development*. London, Routledge.
- ROY, Ananya (2009). The 21st century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830.
- SANTOS, Milton (1971). *Les villes du Tiers Monde*. Paris, Genin.
- _____(1977). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____(1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- _____(2002). O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo, Hucitec/Anpur.
- SENNETT, Richard (2008). *The Craftsman*. London, Penguin Books.
- _____(2012). *Together*. London, Yale University Press.
- SPOSATI, Aldaíza (1996). *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Educ Ed.
- _____(coord.). (2000). *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica Social dos Anos 90*. São Paulo, Nepsas – PUC/SP, Inpe/Programa de Pesquisa em Geoprocessamento, Polis.
- _____(2001). Movimentos utópicos na contemporaneidade: diálogo com Boaventura de Souza Santos. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, v. 16, n.16, p. 5-43.
- _____(2006). A fluidez da inclusão/exclusão social. *Ciência e Cultura*, v. 58, p. 4-5.
- SPOSATI, Aldaíza e KOGA, Dirce (2013). *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- SPOSATI, Aldaíza et al. (orgs.) (2017). *Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo*. São Paulo, EDUC. v. 1.
- SCHMID, Christian et al. (2018). Towards a new vocabulary of urbanisation processes: A comparative approach. *Urban Studies*, 2018, v. 55, n. 1, p. 19-52.

- STEWART, Peter (2001). Complexity Theories, Social Theory, and the Question of Social Complexity. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 31, n. 3, september.
- TELLES, Vera S. (2003). Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INDICADORES SOCIAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL. São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SEÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EM PESQUISA

DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA PUC-SP

O TECER DA TESE #FALAESTUDANTE! UM ESTUDO SOBRE O LEGADO DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS AOS SEUS ESTUDANTES¹

Michelli Aparecida Daros²

A elaboração de uma tese de doutorado reúne um conjunto de antagonismos que estão presentes na trajetória do pesquisador candidato a doutor. São encontros, desencontros, realizações e frustrações que marcam um processo finito, todavia frutífero. Temporalmente, são, em média, quatro anos em que, num movimento emaranhado de surpresas e descobertas, o pesquisador e o seu objeto se fazem. Engana-se o pesquisador que pensa que, ao final desse processo, o objeto se revela para si da mesma forma quando do primeiro encontro. Engana-se também aquele que pensa ser o mesmo de quando iniciou tal processo. Foi nesse processo que a tese *#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes* foi tecida.

Quando o projeto da tese foi elaborado, em 2015, ainda vivenciávamos a continuidade da expansão das universidades e institutos federais no país. Nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi notável o esforço político-econômico empreendido no alargamento do acesso às universidades e institutos federais. O número de cursos e vagas foi ampliado, as formas de ingresso e possibilidades de permanência dos estudantes foram reconfiguradas, novos campi foram construídos e instituições se instalaram em territórios historicamente esquecidos pelo governo federal.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) se fez presente em todos os estados brasileiros por meio dos Institutos Federais de

-
1. Tese defendida em 14/11/2020, sob orientação da Profa. Dra. Dirce Koga. A tese foi agraciada com o Prêmio Capes de Melhor Tese 2019 – menção honrosa, na área de Serviço Social.
 2. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Assistente social da reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criados em dezembro de 2008. Ao observarmos jovens que acessam, de maneira inédita na história de suas famílias, níveis mais especializados da educação escolarizada, indagar quais foram os significados da expansão dos IFs para os jovens da classe trabalhadora nos pareceu de fundamental importância para que o nosso estudo pudesse somar à luta pelo direito à educação de perspectiva universal, pública e democrática.

Tomando por horizonte os escritos de Marx (2012) a respeito do seu percurso investigativo para a elaboração de sua teoria social e, conseqüentemente, suas posteriores interpretações (Netto, 2011), o materialismo histórico-dialético foi a inspiração para o caminho percorrido por nós para capturar a essência do nosso objeto de pesquisa, ou seja, a partir de sucessivas aproximações, buscamos a essência concreta do nosso objeto, para além da aparência dos significados da expansão dos institutos federais como uma ampliação do número de campi dessas instituições, vagas, matrículas, estudantes, ou ainda como uma expansão educacional com potencial democrático (Pacheco, 2011), como anunciada por gestores do Ministério da Educação (MEC), naquele contexto.

O desenho de nossa investigação foi traçado a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Ainda que, em cada momento, os esforços estivessem direcionados em desenvolver determinadas técnicas de pesquisa e seus respectivos instrumentais, foi no entrelaço e interlocução entre as técnicas empregadas e suas respectivas descobertas que o método escolhido se revelou e que as bases da pesquisa puderam ser edificadas.

A pesquisa documental realizada envolveu a consulta, sistematização e análise de dados referentes à expansão da Educação Profissional e Tecnológica e, conseqüentemente, dos Institutos Federais, especialmente durante o período de 2009 a 2014. Foram anos de um trabalho rigoroso de sistematização de dados estatísticos, a maioria deles inéditos, que, além de revelar disparidades e particularidades referentes ao processo de acesso-permanência dos estudantes dos IFs em âmbito nacional, possibilitaram a escolha de cinco Institutos Federais, onde a pesquisa de campo com os jovens estudantes se concretizou.

Foram visitados campi preexistentes à expansão da Rede Federal EPCT e campi instalados durante o processo de expansão dos seguintes IFs: Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Em 2018, por aproximadamente três meses, entre idas e vindas, a pesquisa de campo foi realizada, consistindo na realização de grupos focais com jovens estudantes (15 a 29 anos) dos campi dos IFs visitados. A escolha de dar voz aos estudantes dos IFs foi imprescindível para dar concretude às sínteses que edificaram os eixos investigativos da tese.

O auxílio precioso de profissionais, lotados em setores de atendimento aos estudantes dos IFs visitados, em divulgar a pesquisa aos estudantes e, por sua vez, a disponibilidade e interesse dos estudantes em participar dos grupos focais foram as boas surpresas do processo de ida ao campo.

A possibilidade de estar nos territórios onde os campi se instalaram nos proporcionou algumas vivências, como: observar atentamente o entorno dos campi e a dinâmica das cidades que os receberam; acolher os ricos e densos depoimentos dos estudantes a respeito das suas percepções sobre o seu campus e a expansão dos IFs, as dificuldades relatadas por eles sobre o processo de acesso-permanência nos cotidianos vivenciados, as falhas existentes na infraestrutura dos campi por eles apontadas e por mim verificadas e, em alguns casos, fotografadas; e dialogar sobre diversas questões pertinentes à Rede Federal EPCT com os profissionais dos IFs que deram suporte para que a pesquisa de campo ocorresse; enfim, tal conjunto de vivências nos permitiu inúmeras descobertas, que renderam análises importantes, alicerçando o desdobramento dos capítulos da tese.

Em 2019, a tese foi concluída. Em sua conclusão, *#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes*, esboça, considerando as limitações temporais e de amostra da pesquisa realizada, o legado da expansão dos IFs aos seus estudantes. Devido aos acontecimentos político-econômicos no país nos últimos anos, tivemos que inscrever a expansão dos Institutos Federais e da Rede Federal EPCT no passado recente de nossa história. Todavia, o legado da expansão dos IFs aos jovens estudantes da classe trabalhadora continua vivo e se espalha nas trajetórias de vida e de esperança dos estudantes que, hoje, se (re)inserem no precário mundo do trabalho e na luta e resistência das Universidades e Institutos Federais em defesa de políticas e estratégias de ampliação do acesso à educação pública, universal e de horizonte democrático.

REFERÊNCIAS

- DAROS, Michelli A. (2019). *#falaestudante! Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARX, Karl (2012). Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: NETTO, José Paulo. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 235- 266.
- NETTO, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo, Expressão Popular.
- PACHECO, Eliezer (2011). *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília/São Paulo, Santilhana/Moderna, 2011.

A GESTÃO DO TERRITÓRIO NO SUAS EM NITERÓI: ENTRE A DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E A CENTRALIDADE DO TERRITÓRIO¹

Isadora de Souza Modesto Pereira²

A pesquisa aqui apresentada foi o percurso para a elaboração de tese de doutorado sobre a descentralização político-administrativa do sistema federativo brasileiro e a centralidade do território na gestão da política pública de Assistência Social em diferentes escalas, tendo como fonte empírica a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no município de Niterói, mais especificamente a Proteção Social Básica (PSB) e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras). Tal formulação foi ancorada na minha experiência profissional em gestões estadual e municipal da Assistência Social.

Partimos do entendimento de que a Assistência Social é política pública de direito, dever do Estado, que busca o enfrentamento das desigualdades sociais e a melhoria na condição de vida de seus usuários, na perspectiva da proteção social. E sob essa perspectiva, faz-se imperativo discorrer sobre a necessidade de analisar o conceito de território encontrado na Política Nacional de Assistência Social, assim como sua utilização prática por parte das gestões municipais e estaduais, que se prende, na maioria das vezes, à divisão administrativa de estados e municípios, quando os limites de determinado território precisam estar de acordo com suas características, com sua identidade.

O objeto do estudo consistiu em analisar em que medida o território influencia na gestão e na execução da política de Assistência Social no município de Niterói, em suas múltiplas escalas, observando também sua correlação com o

1. Tese defendida em 6/3/2020, sob orientação de Profa. Dra. Dirce Koga.

2. Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é assessora técnica na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão de Niterói (RJ).

processo de descentralização político-administrativa do sistema federativo brasileiro. Para tal compreensão, percorremos o caminho da abstração de conceitos e processos, como territorialização e descentralização político-administrativa; analisamos a gestão da Assistência Social no cotidiano municipal a partir das relações multiescalares que envolvem a gestão do SUAS, de acordo com as responsabilidades dos entes federados para a política de Assistência Social; conhecemos as múltiplas escalas do município de Niterói por meio de indicadores sociais e como estas interferem ou não na gestão e na execução da Assistência Social no município de Niterói; e, por fim, identificamos os limites do recorte de território pautado nas divisões administrativas intermunicipais e interestaduais.

Dessa forma, os trajetões escolhidos ao longo da pesquisa pretenderam possibilitar aproximações sucessivas em torno das relações interfederativas, percorrendo as categorias e normativas da política de Assistência Social que gravitam sobre essas relações, chegando à escala da gestão no cotidiano dos territórios, em que tais relações incidem de forma concreta na prestação dos serviços socioassistenciais.

Quando adentramos no âmbito da política pública de Assistência Social, observamos mais claramente o enredamento da descentralização político-administrativa. A descentralização, como forma de deslocamento de poder para instâncias mais permeáveis à influência do cidadão, traz a possibilidade de gerir as políticas sociais no sentido da garantia dos direitos de cidadania, incluindo o acesso a serviços de qualidade e resolutivos. Mas, por si só, não muda o tipo de dominação, de clientelismo, que tem marcado as relações entre Estado e sociedade no Brasil.

Constatamos que existe uma sobrecarga nas responsabilidades municipais sobre a política de Assistência Social, que não é acompanhada pelo repasse financeiro. A cogestão proposta pelo SUAS trata, em diferentes aspectos, da relação entre governo federal e município, deslocando o estado da participação efetiva no Sistema Único.

Ao se localizar na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, o município de Niterói demanda ações do ente estadual que caminham ao encontro das necessidades que ultrapassam os limites geográficos. Conforme observamos no decorrer da pesquisa, Niterói possui características específicas de uma cidade de grande porte, mas que superam a limitação dessa distinção pelo quantitativo populacional que a PNAS e a NOB SUAS trazem para a gestão do SUAS.

Encontramos na cidade os principais serviços da chamada Região Metropolitana II, como hospitais, universidades (incluindo a Universidade Federal Fluminense), e uma rede socioassistencial de grande complexidade, o que faz com que o município ofereça serviços para a população advinda das cidades do entorno,

umentando significativamente a demanda de atendimento dos trabalhadores do SUAS em Niterói. A cidade, ao se localizar de maneira limítrofe com a capital Rio de Janeiro, também pode ser caracterizada como cidade-dormitório, pois grande parte do rendimento econômico de seus municípios vem de trabalhos exercidos na capital. Além disso, Niterói comporta diariamente milhares de trabalhadores que passam por ali para chegar à capital, evidenciando o caráter de cidade de passagem.

Essas características, juntamente com a composição dos demais municípios da região, trazem a necessidade de uma atuação mais afirmativa da gestão estadual, na busca pelo objetivo de potencializar as gestões municipais, e de organizar as ofertas e demandas dos serviços socioassistenciais também em âmbito regional. Não há, de fato, a perspectiva de enfrentamento das questões sociais postas em sua dimensão territorial para além das fronteiras do município, como a adoção, por parte da ação estadual, de modelos de gestão da Assistência Social que integrem manifestações regionais da questão social, especialmente em espaços metropolitanos.

Guiamos nossa pesquisa no sentido de conhecer e reconhecer o conceito de território – tanto no arcabouço normativo do SUAS quanto na perspectiva dos trabalhadores da Assistência Social em Niterói, pois a forma de compreensão do território está intrinsecamente relacionada à execução das políticas públicas. Para isso, realizamos entrevistas com profissionais de três Cras do município, com o coordenador da PSB, a coordenadora da Vigilância Socioassistencial e com a Subsecretária da Assistência Social.

Podemos afirmar que as conceituações e abordagens do termo “território” que predominam nos documentos oficiais e que dão materialidade à política de Assistência Social possuem caráter híbrido. Pois ora se observa a aproximação com o conceito trabalhado nesta tese, de espaço vivido, ora se percebe um forte caráter funcional, tornando a referência ao território muitas vezes reduzida à sua importância em termos de administração das ações vinculadas à política de Assistência Social.

A pesquisa mostrou que o conceito território é tratado de diversas formas, conforme a temática a ser abordada nas orientações técnicas e nas normativas analisadas. Esse fato indica uma indefinição no uso do conceito território, que pode ser entendido de formas diferentes nas relações sociais e nas relações de poder existentes no interior da política de Assistência Social. Assim, a abordagem de difusão do conceito é fragmentada conforme a temática, dificultando a compreensão em sua totalidade.

Esbarramos também com a centralidade do território na perspectiva mítica do “local” – bastante presente desde os anos 1980 na valorização da comunidade,

de lideranças e do indivíduo –, uma vez que essa leitura reforça uma compreensão estagnada sobre o lugar e a moralização das vulnerabilidades sociais. Assim, responsabilizam-se determinados atores localizados no espaço pelo sucesso de ações realizadas pela esfera pública, reconhecidas como exemplos para todo o espaço nacional, sem considerar as especificidades de cada território. Quando o espaço é focado dessa forma, não pode ser apreendido na pluralidade necessária à política pública, mas apenas pela pluralidade de sujeitos e lugares isolados.

Destarte, podemos considerar que ainda hoje existem desafios em torno da consolidação de uma metodologia que de fato considere a dimensão territorial como uma das referências propositivas para formulação, análise, controle social e monitoramento da política pública de Assistência Social, visando romper com o que denominamos um uso “funcional” dessa categoria.

É preciso ainda que as gestões municipais expressem a relevância da categoria território na determinação da alocação dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Relevância Especial de Assistência Social (Creas) para além da palavra, do planejamento, e que criem mecanismos de integração setorial permanente com as demais políticas públicas desenvolvidas nos territórios. Tais mecanismos precisam ser permanentes e conscientes de suas possibilidades e suas limitações no enfrentamento das expressões da questão social.

A localização dos Cras, como observamos nas entrevistas, influencia diretamente a atuação e o cotidiano profissional dos trabalhadores. Faz-se necessário que a gestão supere as limitações estruturais de implantação dos serviços e dos equipamentos públicos, no sentido da busca pela vontade política que costumamos a localizar por parte das prefeituras e do estado do Rio de Janeiro no âmbito da Assistência Social.

É necessário o reconhecimento do caráter político do território como construção histórica em constante alteração. O território não pode ser compreendido em sua essência através de delimitações “frias”, respaldadas por um conjunto de indicadores que estabelecerão uma área de atuação/abrangência para os Cras. Dessa forma, poderiam contribuir mais efetivamente com a garantia dos direitos sociais, através da atuação intersetorial com as demais políticas públicas, da organização e mobilização dos usuários na luta em prol desses direitos, do tensionamento junto à gestão municipal para o fortalecimento do SUAS e de uma gestão pública mais democrática.

Por fim, o desafio da efetivação da perspectiva territorial na Assistência Social encontra-se aprofundado na atual conjuntura, ao mesmo tempo que é cada

vez mais atual a importância dessa perspectiva para a resistência da democracia no Brasil, fortalecendo o poder local, disputando o ideário social no território, na defesa dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL (2004). *Política nacional de assistência social e norma operacional básica*. Brasília, Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- _____(2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social – Cras*. Brasília, MDS.
- _____(2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica/SUAS*. Brasília, MDS.
- HARVEY, David (2003). *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo, Edições Loyola.
- KOGA, Dirce (2011). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. 2 ed. São Paulo, Cortez.
- PEREIRA, Isadora de Souza Modesto (2019). *A gestão do território no SUAS em Niterói: entre a descentralização político-administrativa e a centralidade do território*. Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.
- SANTOS, Milton (2002). *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. São Paulo, Edusp.

O (NÃO) LUGAR DO PLANEJAMENTO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL¹

Paulo de Tarso Hebling Meira²

O planejamento é um elemento constituinte da Política de Assistência Social e da sua organização sistêmica: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seja pela obrigatoriedade de seu desenvolvimento por todos os entes da Federação (de maneira contínua e participativa), pela sua importância estratégica como instrumento que organiza, regula e norteia a execução da política ou pelo aprimoramento do próprio sistema.

Planejar é uma ação relativa ao homem e a sua capacidade de pensar e se relacionar com a sociedade onde vive, logo o pensamento é um elemento integrante dos planos – ato de reflexão consciente sobre a ação do sujeito num determinado tempo e lugar, bem como com todas as suas interações relacionais.

O ato de pensar é trabalho³! A atividade do intelectual não pode estar separada do processo produtivo e sua intervenção não pode, portanto, ser reduzida nem

-
1. O desenvolvimento deste artigo parte das inquietações advindas da dissertação de mestrado defendida em 28/10/2019, realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PPGSSO) da PUC-SP, tendo como orientadora a Profa. Dra. Dirce Koga, cujo objeto de estudo foi a relação “lugar/não lugar do planejamento no interior da política de Assistência Social”.
 2. Gestor público, mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e doutorando pela mesma instituição de ensino. E-mail: paulodetarsomeira@gmail.com
 3. Dentro do conceito de subsunção, podemos dizer que o trabalho “de pensar” subsumido, quer dizer, explorado pelo capital, não se trata de um simples pensamento e sim de uma reflexão para o desenvolvimento de ações no interior das relações do capital. A sua imaterialidade tem como base a transformação constante das mercadorias, revelada pelas suas trocas. Se num primeiro momento a mercadoria ao ser trocada tem no preço (aqui representado pelo adiantamento do valor do capital na sua produção, bem como seu sobrevalor, ou seja o excedente) a sua primeira etapa da circulação simples, esta mesma mercadoria, através de trocas sucessivas, adquire um metabolismo próprio no processo de circulação do capital, ou melhor, neste momento as mercadorias não são apenas o capital, mas o próprio capital impregnado pela mais valia e nesta circulação o próprio processo de reprodução do capital. A subsunção das subjetividades ocorre tanto no processo de produção, como no processo de circulação (Marx, 1978, p. 123).

a uma função epistemológica e crítica, nem a um envolvimento e a um testemunho de liberação; é no nível do próprio agenciamento coletivo que ele intervém. Trata-se, portanto, de uma ação ética e libertadora, que se produz diretamente no interior do mundo do trabalho (Lazzarato; Negri, 1933, p. 41). Entre o pensar e o agir, porém, há de haver um espaço para a elaboração “do fazer”. Segundo Wright Mills (1982): um artesanato intelectual. Nesse processo a mente enfrenta por si mesma os problemas do homem e da sociedade, de forma clara e compreensível; é um processo definidor da nossa realidade, pois formula nossos problemas em seus termos, e é em seu nível que tentaremos resolvê-los, solucionando as questões e preocupações que os envolvem. É também nesse mesmo modo que se considera o âmbito temporal no curso da história e localizam-se nele as semanas, anos, as épocas passíveis de exame e, por fim, verifica-se o nível de autonomia moral e política para definir o que se estuda.

A dimensão do que seja planejamento está inserida nos documentos da Assistência Social, com previsibilidade para a sua execução – da Loas⁴ à NOB/SUAS,⁵ inclusive com a apresentação de termos da metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES),⁶ elaborado por Carlos Matus⁷. Preliminarmente é a base para a sustentação da gestão do sistema descentralizado e posteriormente

-
4. Embora a palavra “planejamento” não seja identificada na Loas, a palavra “plano” é citada em duas situações diferentes: na celebração de convênios com entidades e organizações de assistência social e na condicionalidade de repasses do FNAS para Estados e municípios (Brasil, 2009, p. 11; p. 31).
 5. Na NOB/SUAS 2012 o termo “planejamento” é citado em 40 situações diferentes, ressaltado o reconhecimento dos esforços dos entes da federação ao instituir o CPF (Conselho, Plano e Fundo), que demandaram novas práticas, *instituindo uma cultura de planejamento* no cotidiano da assistência social (Brasil, 2012).
 6. O termo “apresentação” se refere especificamente à metodologia de planejamento estratégico situacional no interior do estudo, pois tanto a NOB/SUAS 2012 traz em seu texto a determinação de que “o Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de *planejamento estratégico* que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS” (Brasil, 2012, p. 25), fazendo aqui uma distinção clara entre planejamento estratégico e tradicional ou normativo, quanto a própria Política Nacional de Assistência Social de 2005 se baseia em uma *análise situacional* – termo utilizado por Matus para diferenciar-se do diagnóstico praticado pelo planejamento tradicional, em um capítulo específico (Brasil, 2005, p. 15).
 7. Carlos Matus, no campo da política e gestão pública, é reconhecido como o mais importante pensador latino-americano e um dos mais importantes do mundo, em Ciências e Técnicas de Governo, inovando a forma de governar e fazer política. Integrou a equipe da Cepal, foi diretor da Divisão de Assessoria do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes). (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2014, p. 23). Disponível em: <https://www.institutocarlosmatus.com/blank-qd8r5>. Acesso em: 2 out. 2018.

é indicado como ferramenta estratégica de gestão, cuja operacionalidade carece do desenvolvimento das análises situacionais, por parte dos entes da Federação, devendo caracterizar-se pela ação contínua e gestão participativa.

Do ponto de vista da governança do plano, cabe aos agentes envolvidos, prezar pelo conhecimento e negar a formulação de instrumentos burocráticos descolados da realidade e sem objetivar a transformação social. Decorrem daí planos vazios ou distantes da realidade local, são planos somente “para inglês ver” que apenas iluminam a existência de “presenças frias” – aqueles planos que foram de fato confeccionados para o atendimento de uma formalidade crivada de passividade, ou seja, qualificar essas presenças no sentido de afirmar que “estão”, mas não “estão” ao mesmo tempo. Trata-se de instituições privadas ou públicas, de caráter laico ou não, trabalhadores governamentais ou não, gestores da política, enfim, uma gama de agentes sociais, que se encontram presentes neste cenário, mas não ativos para a efetivação das ações e das mudanças exigidas que eventualmente se encontram contidas nas situações-objetivo do plano.

Ao evocar o conceito de (não) lugar, trabalha-se na perspectiva das “presenças frias” como “ausências”. Essa concepção, inspirada por Marc Augé (1994), sugere trabalhar com situações de ausência de qualquer tipo de significação histórica, lugares de todos e de ninguém – não relacional, não identitário e não histórico. “Presença fria”, no sentido de apontar as estruturas e condições constituintes do planejamento, da gestão pública e da política de Assistência Social que se encontram em situação de proximidade, de dependência ou até mesmo de interdependência, identificadas nas normas burocráticas do Estado e nas suas concepções históricas, que acabam por não representar a tensão necessária para a consolidação da gestão da política de Assistência Social.

Trata-se de espaços de tensões e conflitos permanentes,⁸ onde a burocracia do Estado, ou seja, parte de sua representação institucional formalizada, se confronta com a realidade cotidiana, na obrigação de não somente produzir informações, mas “tratá-las” para a constituição das bases de seus planos de ação. Esse movimento que manifesta as condições possíveis para a junção do “chão e da gestão”, dá pistas para o desenvolvimento dos diagnósticos socioterritoriais. Seria oportuno frisar que

8. A mediação das tensões existentes entre Estado, Mercado e Sociedade, no campo das políticas sociais, em tese, deveria ser de responsabilidade do Estado, uma organização complexa, “caracterizada por situações-limites de poder compartilhado, sendo a única alternativa viável a “gestão negociada”, o que exige um planejamento e procedimentos de gestão de caráter estratégico” (Dagnino e Costa, 2008, p. 37).

é justamente nesse momento que se revela o lugar das técnicas de governo – também um espaço de tensão constante, real, de luta e dos embates políticos, o que Foucault (2008) denominou de “governamentalização”. Uma condição ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, pois são essas táticas do governo que permitem definir o que é de âmbito estatal e o que não é, o que é público ou privado, o que é estatal ou não estatal.

A desconexão entre “chão e gestão” implica produção de planos – um conjunto de informações –, diagnósticos, ações, metas, objetivos, prazos e responsáveis, somente para “inglês ver”, dentro da lógica do plano tradicional, burocratizado, muitas vezes utilizados para o cumprimento de obrigações, como a inserção de dados em sistemas específicos, sem nenhuma relação com o dia a dia dos serviços socioassistenciais. Os documentos são recheados de números frios, gerais e superficiais – é uma “presença fria”, que não contribui para a modificação da realidade vivida. O desafio é outro, centra-se na percepção dessa realidade, no território vivido⁹ e busca outras mediações para garantir o protagonismo da população na elaboração de seu próprio diagnóstico (Koga, 2013, p. 12).

Mesmo com o reconhecimento dos avanços conquistados pela edição dos marcos regulatórios vigentes, nota-se que a determinação da constituição e organização de Conselhos, criação de Fundos e a elaboração de Planos de Assistência Social não parece suficiente para instituir uma cultura de planejamento. Existe, sim, uma mudança de procedimentos administrativos e burocráticos, que não figura significar necessariamente uma mudança cultural na concepção do planejamento público da assistência social.

É necessário, portanto, pensar o processo de elaboração de um sistema de referência e contrarreferência entre as demandas de desproteções sociais e a vigilância socioassistencial, com aporte de recursos financeiros e priorização da gestão, que objetive a oferta e a gestão de políticas públicas e programas sociais a partir das demandas levantadas. Que conte com uma ação permanente de avaliação e

9. Conforme nos ensina Sposati, a concepção de território supõe movimento, isto é, a concepção de território não se confunde com uma área de abrangência, que embute a definição de um dado volume de população ou mesmo o estabelecimento de um espaço geográfico resultante de um dispositivo jurídico estatal. Nesse sentido, é preciso ter claro que o território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Assim, é o processo que define a trajetória do território, e esse processo se reflete na trajetória dos que nele vivem, mas também é demarcado pelas trajetórias dos sujeitos nele abairrados (Sposati, 2013, p. 2).

monitoramento, que, dentre outras questões, verifique a qualidade dos serviços ofertados e a oferta de serviços disponíveis, produzindo indicadores e metas sociais.¹⁰

A utilização do planejamento como ferramenta estratégica para a garantia de direitos passa pela articulação e soma de alguns agentes importantes na teoria do jogo social. O amplo conhecimento do território, vinculado ao conhecimento nele produzido, abre possibilidades da identificação desses agentes contidos no jogo – pessoas, instituições, planos, discursos, leis, tradições, relações de poder, orçamento, etc., que possuem basicamente como característica central a condição de resolução definitiva de problemas ou de minimizá-los através de sua ação/influência. A identificação dos problemas a serem modificados ou solucionados passa pelo respeito e a avaliação das responsabilidades dos entes da Federação, e pela busca da ação intersetorial com demais políticas públicas. A gestão das informações produzidas pela análise situacional, sua alimentação e retroalimentação, não deve permanecer no campo restritivo à gestão da política de Assistência Social, mas contribuir para potencializá-la e materializá-la através da oferta de serviços de qualidade – garantidores de direitos.

O lugar do planejamento é de permanente tensão, estando sobretudo no interior de uma política de primazia estatal. A busca por uma análise que considere a tridimensionalidade do tempo e o curso da política de Assistência Social no Brasil é fator preponderante para o desenvolvimento de planos estratégicos, que rompam com práticas imediatistas, cuja finalidade seja a oferta de proteção social e a ampliação da garantia dos direitos sociais, no campo específico dessa política, bem como com o pragmatismo, o improvisado, a descontinuidade entre gestões, a urgência em atuar depois do ocorrido, refratária ao planejamento e um tanto descrente no investimento na profissionalização de seus agentes institucionais.

Verifica-se a existência de muitas regras em relação ao plano, mas de fato não existe o processo de planejamento, isto é, se observa uma lacuna em toda a história da assistência social entre ela ser uma atenção emergencial ocasional e transitar para ser uma política pública de caráter contínuo e permanente, de primazia do Estado. Propor a continuidade da ação estatal é supor a exigência de uma gestão planejada, um processo de planejamento, uma estratégia de ação que seja partilhada por todas

10. [...] O desafio é materializar nos processos de gestão as condições, procedimentos, fluxos de integração e articulação dessas informações no cotidiano da intervenção, no processo de gestão e entre as esferas de governos, de forma a permitir que a Vigilância Socioassistencial ilumine prioridades, metas e parâmetros para o planejamento, monitoramento e avaliação da oferta e demanda de serviços socioassistenciais, contribuindo assim para a produção de equidade e isonomia no acesso do cidadão ao seu direito por atenções socioassistenciais. (Brasil, 2013c. p. 54)

as unidades de serviços, programas e benefícios, e cuja base de atuação seja a gestão sobre os princípios estratégicos da gestão planejada, que se articulem fortemente com os objetivos da política.

Todas as questões apontadas vão concorrer para que, ao se propor o desenvolvimento de processos planejados, haja o reconhecimento da tridimensionalidade do tempo (passado, futuro e presente), apontando para uma utopia do ponto de vista da direção social da política. Não há domínio do passado nem perspectiva de futuro em uma cultura pontual e emergencial, existente no presente.

Se, por um lado, os “não lugares” permitem uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens em um único espaço, por outro transformam o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte. [...] a relação de cada um com o planeta é uma relação direta, sem mediadores, é “a imagem vertiginosa da solidão”. [...] A relação com o outro é minimizada em detrimento da relação com nós mesmos – não temos tempo para estar/parar, estamos de passagem, em viagem, espaço onde a ação racional se impõe à vida de qualquer coisa: “O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo”. (Sá, 2014, p. 211)

Ao refletir sobre o (não) lugar do planejamento, percebe-se o seu papel espetacularizado e ao mesmo tempo de estranhamento – todos sabem da sua existência, mas verdadeiramente não fazem parte dele.

O (não) lugar do planejamento não significa necessariamente sua falta de lugar. As diversas formas de apresentação da elaboração e de execução de planos, se efetivos ou não, caracterizam um lugar; a atuação de seus agentes está dimensionada em um lugar. Depois de pronto, o plano tem também seu lugar ainda que seja esquecido na estante ou na gaveta.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP, Papirus.
- BRASIL (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica da Assistência Social*. Brasília, DF, MDS.
- _____(2009). *LOAS Anotada - Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília, DF, MDS.

- BRASIL (2012). *Norma Operacional Básica (NOB – SUAS) 2012*. Brasília, DF, MDS.
- _____(2013). *Capacita SUAS Caderno 3. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social*. Brasília, DF, MDS.
- DAGNINO, Renato; COSTA, Greiner (2008). *Gestão estratégica de políticas públicas*. Campinas, SP, T+8.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (2014). *Planejamento Estratégico Situacional*. Brasília, DF, CNTE.
- FOUCAULT, Michel (2008). *Segurança, território, população*. Tradução Cláudia Brandão e Eduardo Berliner. São Paulo, SP, Martins Fontes.
- KOGA, Dirce (2003). Diagnóstico Socioterritorial : entre o chão e a gestão. *Cadernos IHU Ideias*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, p. 25.
- LAZZARATO, Maurizio.; NEGRI, Antonio (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- MARX, Karl (1978). *O Capital - Livro I (Capítulo VI inédito)*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- MILLS, Charles. W. (1982). *A imaginação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SÁ, Teresa (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social*, v. 26, n. 2, pp. 209-229, nov.
- SPOSATI, Aldaíza (2013). Território e gestão de políticas sociais. *Serviço Social*, v. 16, n. 1, p. 5-18.

